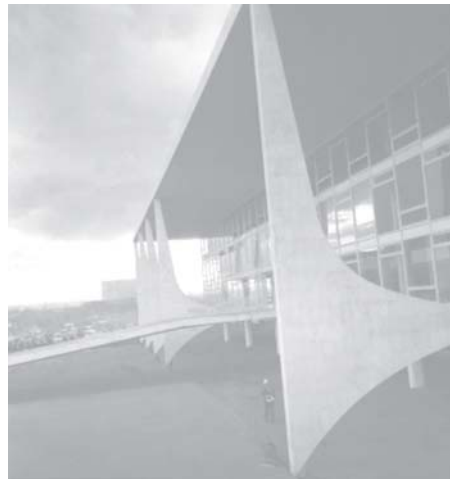
Os Presidentes e a República

Os Presidentes e a República

Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva

Rio de Janeiro - 2009
4ª edição

Os Presidentes e a República

1ª edição, 2001 - 2ª edição revista e ampliada, 2003 - 3ª edição revista, 2006
4ª edição revista e ampliada, 2009
Praça da República, 173, 20211-350, Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 2179-1253

Fotos da Capa: Palácio do Catete e Palácio do Planalto, 20 de abril de 1960.
Arquivo Nacional

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Dilma Vana Rousseff

Secretária-Executiva da Casa Civil da Presidência da República
Erenice Alves Guerra

Diretor-Geral do Arquivo Nacional
Jaime Antunes da Silva

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL)
Os Presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva - 4ª ed. revista e ampliada. - Rio de Janeiro: O Arquivo, 2009.
218p., il., 21 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-60207-18-3

1. Presidentes - Brasil - Bibliografias. 2. Brasil - História - Presidentes. 3. Brasil - História, 1889 - 2007. Título
CDD 923.1981

Equipe Técnica do Arquivo Nacional

Coordenadora-Geral de Acesso e Difusão Documental
Maria Aparecida Silveira Torres

Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo
Maria Elizabeth Brêa Monteiro

Redação de Textos e Pesquisa de Imagens
Alba Gisele Gouget, Claudia Heynemann, Dilma Cabral e Vivien Ishaq

Edição de Texto
Alba Gisele Gouget, José Cláudio Mattar e Vivien Ishaq

Revisão
Alba Gisele Gouget e José Cláudio Mattar

Projeto Gráfico
Giselle Teixeira

Para a elaboração do livro *Os presidentes e a República*, contamos com o apoio da Radiobrás na cessão das imagens relativas aos governos de Ernesto Geisel a Fernando Henrique Cardoso.

Agradecemos a Danielle Adaillon pelas imagens referentes aos governos de Fernando Henrique Cardoso e à Secretaria de Imprensa/SECOM/PR pelas imagens do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Registramos também a colaboração da Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos do Arquivo Nacional e de Cláudio Soares da Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Este livro é uma realização do Arquivo Nacional, órgão integrante da Casa Civil da Presidência da República. Criado em 1838, o Arquivo tem por missão a guarda, preservação, gestão e divulgação do patrimônio documental do poder público do País. Graças ao seu acervo, aos registros produzidos pela Radiobrás e aos elementos documentais da Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República, esta obra tornou-se possível. Dela constam informações biográficas de cada presidente, resumo de sua gestão e a situação do Brasil e do mundo na época.

Em 15 de novembro de 1889, inaugurou-se o período republicano da nossa história política. Resultado de movimento conduzido por um pugilo de brasileiros bem-intencionados – entre os quais se incluíam bravos militares descontentes com o governo imperial –, a República foi proclamada para atender a anseios de modernização e descentralização administrativa, mas também a interesses econômicos de algumas das antigas províncias do Império.

A partir da primeira presidência, assumida pelo marechal Manuel Deodoro da Fonseca, sucederam-se os presidentes ao longo dos últimos 119 anos, sempre sob o compromisso e o propósito de defender a República e promover a paz e a felicidade do povo brasileiro. Entretanto, o modo como tentaram concretizar essa intenção nem sempre foi norteado pelo respeito à soberania e à vontade popular. No Brasil, a prática democrática tem-se alternado

com períodos autoritários. O grande desafio é consolidá-la e ao mesmo tempo fazê-la motor do exercício da cidadania. Somente imbuído desse sentimento é que o indivíduo deixa de ser mero espectador da cena política e passa a agente do seu próprio destino.

Neste segundo mandato presidencial, assim como no primeiro, eu e a equipe de governo visamos muito mais do que honrar o juramento proferido por mim no dia da posse: temos promovido crescente participação da sociedade nas decisões políticas que lhe dizem respeito e continuamos a empreender ações com vistas a instaurar a dignidade do ser humano e a reduzir as históricas desigualdades sociais. A crescente eliminação da miséria e a elevação do padrão de vida de vastos contingentes populacionais nas proporções que ora se verificam constituem fato inédito na história nacional e atestam estarmos no caminho certo. Entretanto, o aumento dos níveis de satisfação e bem-estar da sociedade para além dos patamares agora atingidos não decorrerá de benesses graciosamente recebidas, mas das conquistas que ela própria continuará a alcançar com sua fé, com sua luta, com sua determinação e com sua aprovação ao nosso projeto.

A recente descoberta de incalculáveis riquezas minerais em nosso território, o desenvolvimento de novas tecnologias na área dos biocombustíveis e os novos mercados emergentes conquistados por meio da diplomacia presidencial prenunciam futuro ainda mais radioso para a Nação e permite-nos prever grandiosa era de prosperidade para o povo brasileiro. Esse valioso patrimônio embasará, sem dúvida, a instituição da verdadeira justiça social em nosso país.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

NOTA TÉCNICA

A publicação *Os presidentes e a República* visa apresentar ao leitor um panorama geral sobre os períodos presidenciais que assinalaram os 117 anos de vida republicana, iniciada com o governo do marechal Deodoro da Fonseca, em 1889, e encerrada, na presente edição, com a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2007. Esse livro tem o objetivo de subsidiar o leitor com informações sobre a biografia dos presidentes e acontecimentos políticos e econômicos que marcaram suas respectivas gestões como titulares do Poder Executivo no país. Entre as biografias aqui registradas, encontram-se duas de presidentes eleitos, porém não empossados: Júlio Prestes, que, eleito por voto direto em março de 1930, não tomou posse em virtude da Revolução de 1930; e Tancredo Neves, que, eleito indiretamente, deixou de assumir o cargo em razão de doença que o levou à morte em 21 de abril de 1985. Encontram-se, também, informações biográficas referentes aos presidentes interinos empossados no cargo, bem como aos integrantes da junta governativa instalada em 24 de outubro de 1930, e da junta militar que assumiu o governo do país em 30 de agosto de 1969. O livro *Os presidentes e a República* não pretende esgotar, de modo algum, os temas que marcaram a história republicana brasileira. Dessa forma, devem ser compreendidas as omissões relativas a fatos e pessoas presentes nesta publicação.

Alba Gisele Gouget
Vivien Ishaq

Arquivo Nacional

Manuel Deodoro da Fonseca
marechal

Dados biográficos

Militar, nascido na cidade de Alagoas, atual Marechal Deodoro, estado de Alagoas, em 5 de agosto de 1827. Durante o Império participou da brigada expedicionária ao rio da Prata, do cerco a Montevidéu e da Guerra do Paraguai. Em 1885, foi presidente da província do Rio Grande do Sul. Presidiu o Clube Militar (1887-1889), comandando os setores antiescravistas do Exército. Assumiu a chefia do governo provisório da República em 15 de novembro de 1889. Por meio de eleição indireta, passou a exercer a presidência em 25 de fevereiro de 1891. Faleceu no Rio de Janeiro, em 23 de agosto de 1892.

Período presidencial

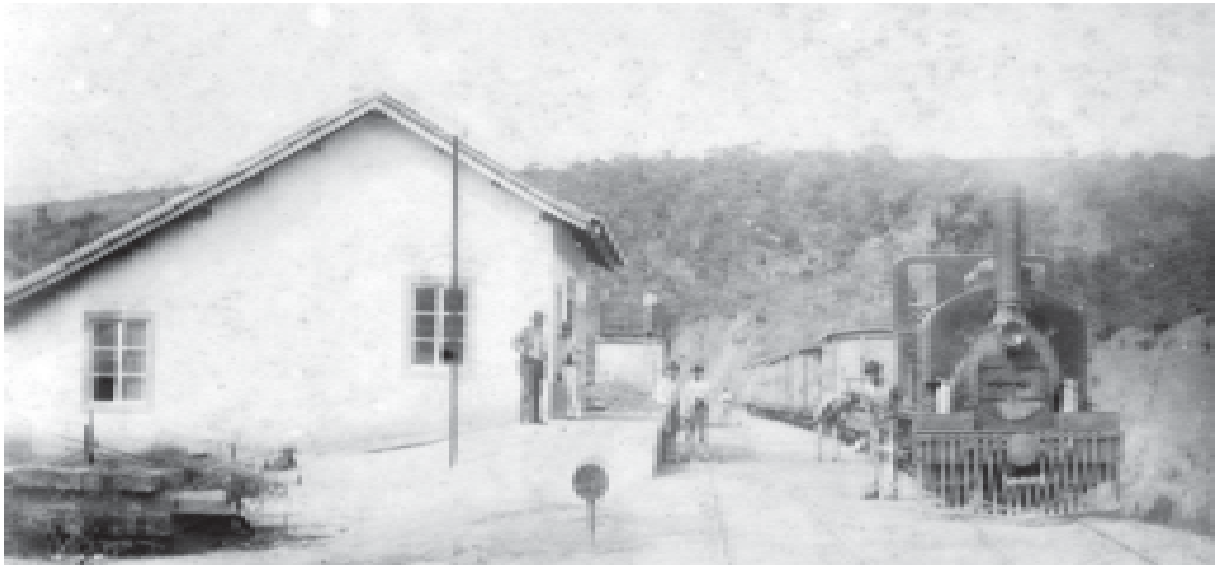
O fim do Império levou ao banimento da família imperial para a Europa, ato somente revertido em 1922. A proclamação do governo provisório da República, em 15 de novembro de 1889, estabeleceu, entre outras transformações, a separação entre a Igreja e o Estado, com a instituição do casamento civil e da laicização dos cemitérios.

Em 1890, foi criado o Código Penal brasileiro, reformado o Código Comercial e, em 1891, promulgada a primeira Constituição republicana do país, de inspiração liberal e próxima ao modelo norte-americano.

O sistema político brasileiro passou a se basear no presidencialismo, no federalismo e no regime de representatividade. Definiram-se os três poderes de governo, Executivo, Legislativo e Judiciário, extinguindo-se, consequentemente, as instituições do Império – Conselho de Estado, Poder Moderador e Senado vitalício.

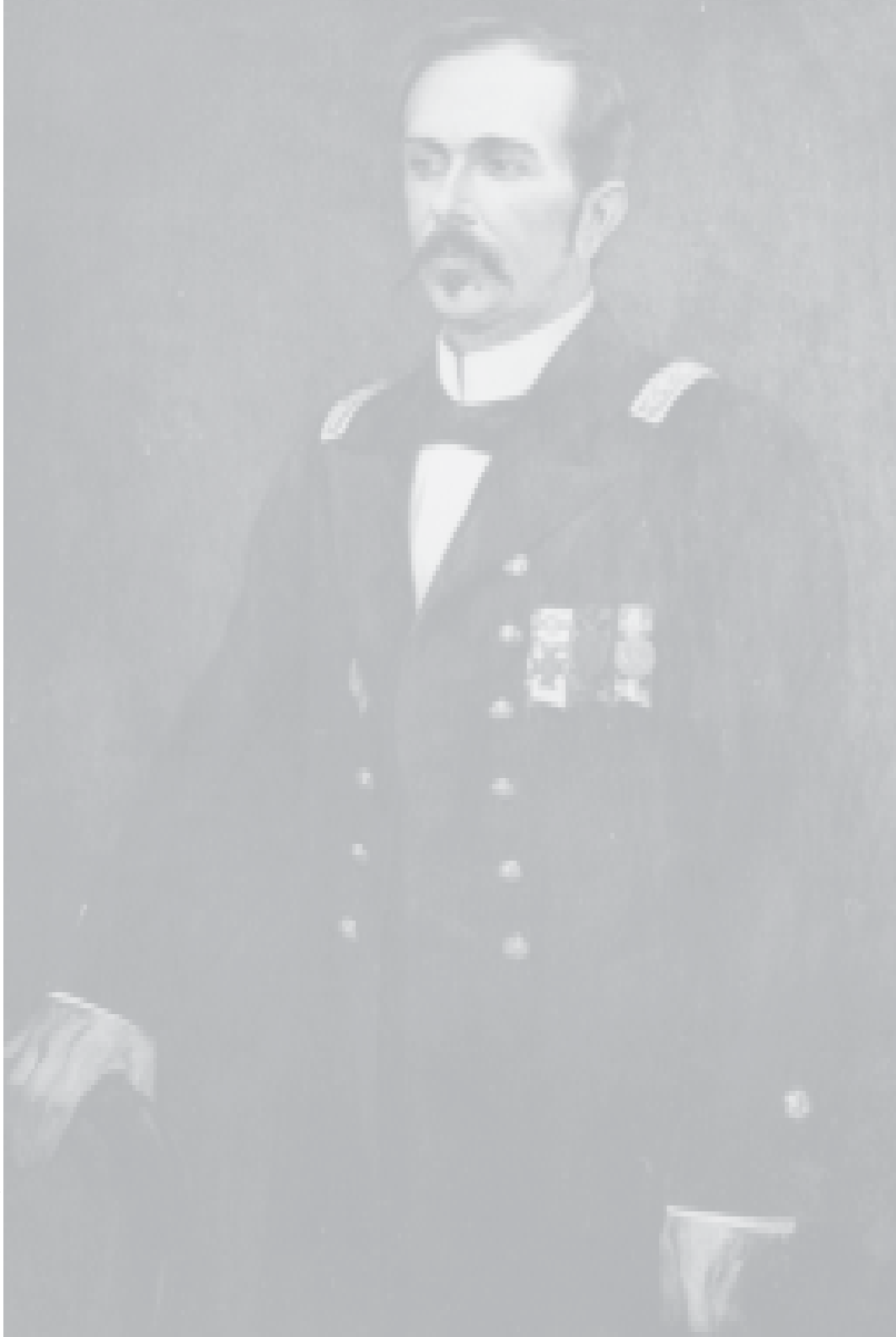
As leis iniciais da República regulamentaram, ainda, o uso dos símbolos nacionais – hino, bandeira, armas e selos –, bem como as datas nacionais, que incluíam o 14 de julho, em uma referência à data francesa e ao espírito republicano revolucionário.

A política econômica, tendo à frente o ministro da Fazenda Rui Barbosa, foi marcada pelo "encilhamento", que se caracterizou pelo incentivo à emissão de moeda por alguns bancos e à criação de sociedades anônimas, resultando em forte especulação financeira e na

Estrada de Ferro Sorocabana, 1889. Arquivo Nacional

falência de bancos e empresas. A formação de um novo ministério liderado pelo barão de Lucena, político vinculado à ordem monárquica, a tentativa de centralização do poder e as resistências encontradas no meio militar conduziram o país a uma crise política, que teve seu ápice na dissolução do Congresso Nacional. Imediatamente se organizaram as forças legalistas, que levaram à renúncia de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891.

O Brasil e o mundo

Nesse período, assistiu-se a uma crescente industrialização e urbanização do país e ao aumento da grande imigração europeia para o Brasil, registrando-se, apenas no ano de 1891, a entrada de 216 mil estrangeiros. No plano externo, a proclamação da República, ocorrida em meio à realização da I Conferência Internacional Americana, aproximou, diplomaticamente, o Brasil dos Estados Unidos da América. Em 1890, Émile Zola publicou *A besta humana*, e no ano seguinte, Conan Doyle publicou, na Inglaterra, as *Aventuras de Sherlock Holmes*.

Arquivo Nacional

Floriano Vieira Peixoto
marechal

Dados biográficos

Militar, nascido em Ipioca, atual Floriano Peixoto, estado de Alagoas, em 30 de abril de 1839. Formado em engenharia, participou da Guerra do Paraguai e foi presidente da província de Mato Grosso. Alinhado com os setores antiescravistas do Exército, destacou-se no processo de instauração da República, passando a exercer a vice-presidência em 25 de fevereiro de 1891. Com a renúncia de Deodoro da Fonseca, assumiu a presidência da República em 23 de novembro de 1891. Faleceu na cidade de Divisa, estado do Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1895.

Período presidencial

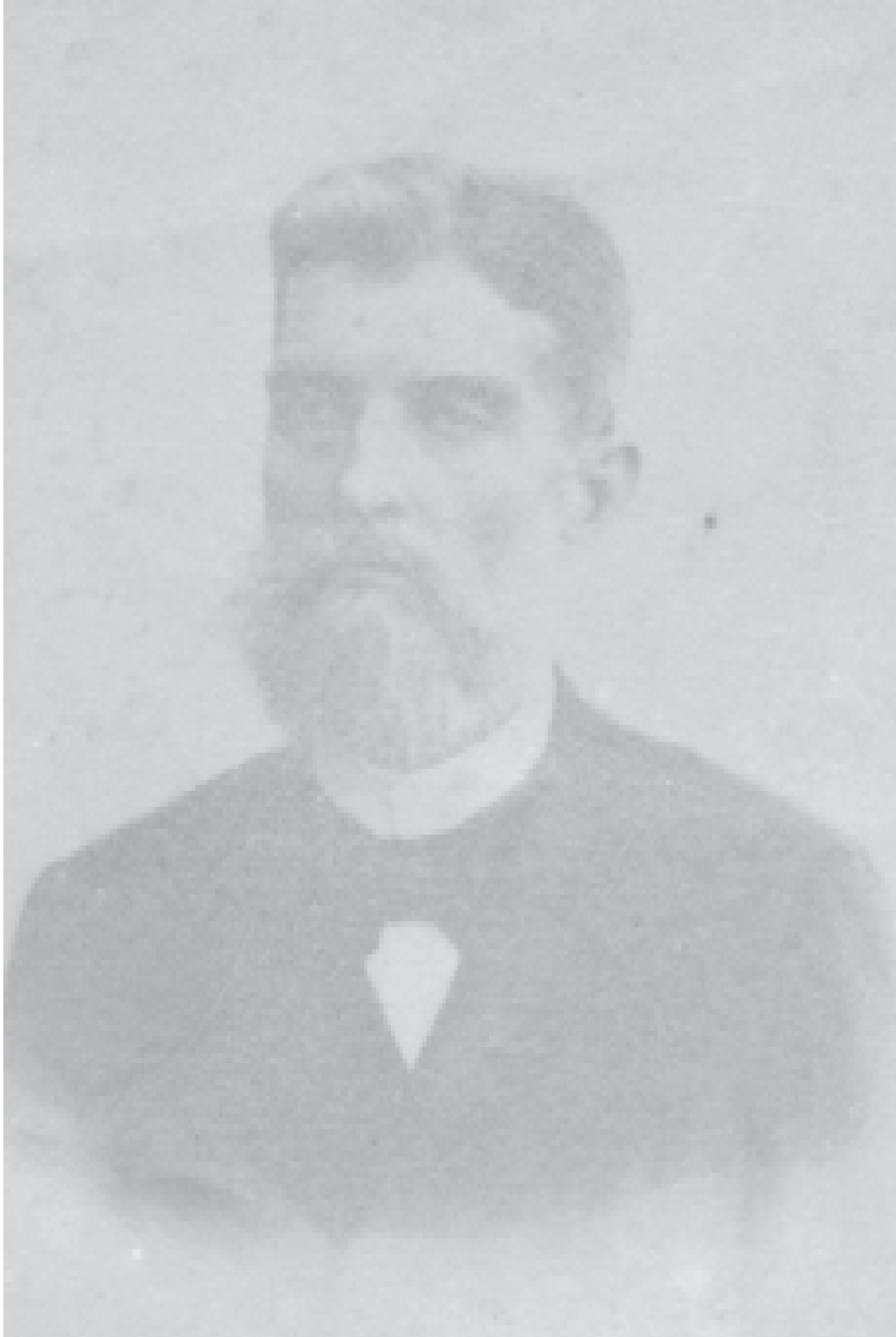
Conhecido como Marechal de Ferro, Floriano Peixoto enfrentou, na presidência, duas rebeliões: a Revolta da Armada, resultado de conflitos entre o Exército e a Marinha, no Rio de Janeiro, e a Revolução Federalista, iniciada no Rio Grande do Sul, na qual enfrentaram-se os republicanos de orientação positivista e os liberais, liderados por

Silveira Martins, político de destaque durante o Império. Esses eventos fizeram com que por diversas vezes, ao longo de seu mandato, fosse decretado o estado de sítio. Nesse período foram organizadas, regulamentadas ou reformadas algumas instituições nascidas com o novo regime, na área da saúde e da educação, tais como a Diretoria Sanitária na capital federal e o *Pedagogium,* voltado para o ensino profissional. Foi, ainda, estabelecida a transferência para a União da administração do ensino secundário, anteriormente integrada à Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Capital Federal, marcando uma das faces do regime republicano, de ênfase em um projeto pedagógico público e laico.

O Brasil e o mundo

Em 1893, o Havaí tornou-se protetorado norte-americano e Daomé (atual Benin), na África, protetorado francês. Na Inglaterra, foi fundado o Partido Trabalhista Independente, que deu origem ao Partido Trabalhista inglês. Em 1894, Nicolau II, que seria o último czar, assumiu o governo da Rússia, e o Japão, após intervenção na Coréia, iniciou a guerra com a China. Nesse mesmo ano, Alfred Dreyfus, capitão francês de origem judaica, foi condenado ao exílio perpétuo na ilha do Diabo, em Caiena, acusado de ser espião para a Alemanha. Tempos depois, a injustiça foi reparada.

Docas da Alfândega do Rio de Janeiro,
década de 1890. Arquivo Nacional

Arquivo Nacional

Prudente José de Morais Barros

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de Itu, estado de São Paulo, em 4 de outubro de 1841. Após integrar a junta governativa de São Paulo, instituída com a proclamação da República, assumiu o governo daquele estado (1889-1890). Como senador por São Paulo exerceu a presidência da Assembléia Nacional Constituinte (1890-1891) e a vice-presidência do Senado (1891). Disputou, nesse mesmo ano, a presidência da República com Deodoro da Fonseca, perdendo a eleição indireta por uma pequena margem de votos. Tornou-se presidente do Senado até 1894, em substituição a Floriano Peixoto, então titular desta casa, quando este assumiu a presidência da República. Por meio de eleição direta passou a exercer a presidência da República em 15 de novembro de 1894. Faleceu na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, em 13 de dezembro de 1902.

Período presidencial

Como primeiro presidente civil da República, sua eleição marcou o término da presença de militares no governo do país, inaugurando a representação dos interesses das oligarquias agrícolas e paulistas,

sobretudo as do café. Em plena crise econômica, em decorrência da política do "encilhamento", Prudente de Morais enfrentou intensa oposição política, liderada por militares florianistas e pelo grupo dos "jacobinos" que lutavam pela consolidação do poder republicano; pelo Partido Monarquista, que buscava se reogarnizar; e por parcela dos setores médios da população, descontente com o governo de um presidente civil.

Prudente de Morais licenciou-se do cargo em novembro de 1896, por motivo de doença, agravando a crise política, que passou a ser enfrentada pelo vice-presidente Manuel Vitorino. Reassumiu a presidência na nova sede do governo, o Palácio do Catete, em 4 março de 1897.

No ano anterior, deu-se a eclosão do conflito em Canudos, no interior da Bahia, motivado pela questão do corte da madeira e liderado por Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antônio Conselheiro, que, pregando uma vida ascética, havia atraído ao seu redor uma comunidade de quase trinta mil sertanejos. A revolta foi vista como uma reação monárquica, apesar de seu caráter messiânico e regional. A derrota das tropas baianas levou o presidente do estado a solicitar o envio de tropas federais. O fracasso de duas expedições e as mortes de seus comandantes republicanos gerou uma onda de protestos e de violência na cidade do Rio de Janeiro. Os florianistas organizaram-se em milícias fardadas e assassinaram alguns monarquistas cariocas. Somente com a devastação do arraial de Canudos, ocorrida em agosto de 1897, por uma expedição militar federal composta por oito mil homens, e após o atentado sofrido por Prudente de Morais, cometido por um soldado vitorioso em Canudos, deu-se fim à crise político-institucional, com o restabelecimento da ordem republicana.

O Brasil e o mundo

Nesse período destacaram-se alguns inventos e máquinas que transformaram o mundo moderno. Em 1895, Karl Benz construiu um

automóvel. Nesse mesmo ano foi criado o fecho éclair. Em 1897 foi instalado o primeiro cinema permanente do país, o Cinematógrafo Edison, no Rio de Janeiro, na rua do Ouvidor. Em 1898, Vital Brasil descobriu o primeiro soro contra picadas de cobras, o italiano Guglielmo Marconi inventou o telégrafo sem fio, Auguste e Louis Lumière registraram a patente do cinematógrafo, o conde Zeppelin construiu um balão dirigível e foi também produzido o fósforo.

Sentado, o presidente Prudente de Morais, s.l., s.d. Arquivo Nacional

Arquivo Nacional

Manuel Ferraz de Campos Sales

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de Campinas, estado de São Paulo, em 15 de fevereiro de 1841. Foi presidente da comissão central do Partido Republicano de São Paulo (1889), tendo sido deputado provincial por essa legenda (1882-1883 e 1888-1889). Foi ministro da Justiça do governo provisório (1889-1891) e senador por São Paulo à Assembleia Nacional Constituinte (1890-1891). Residindo na Europa (1892-1893), atuou como colaborador do *Correio Paulistano*. Governou o estado de São Paulo (1894-1898). Por meio de eleição direta, passou a exercer a presidência da República em 15 de novembro de 1898. Foi novamente senador por São Paulo (1909-1912), e assumiu o cargo de ministro plenipotenciário do Brasil na Argentina (1912). Faleceu na cidade de Santos, estado de São Paulo, em 28 de junho de 1913.

Período presidencial

A eleição de Campos Sales expressou o triunfo da oligarquia cafeeira paulista, diante do esfacelamento da atividade política dos militares "jacobinos", envolvidos na tentativa de assassinato do presidente

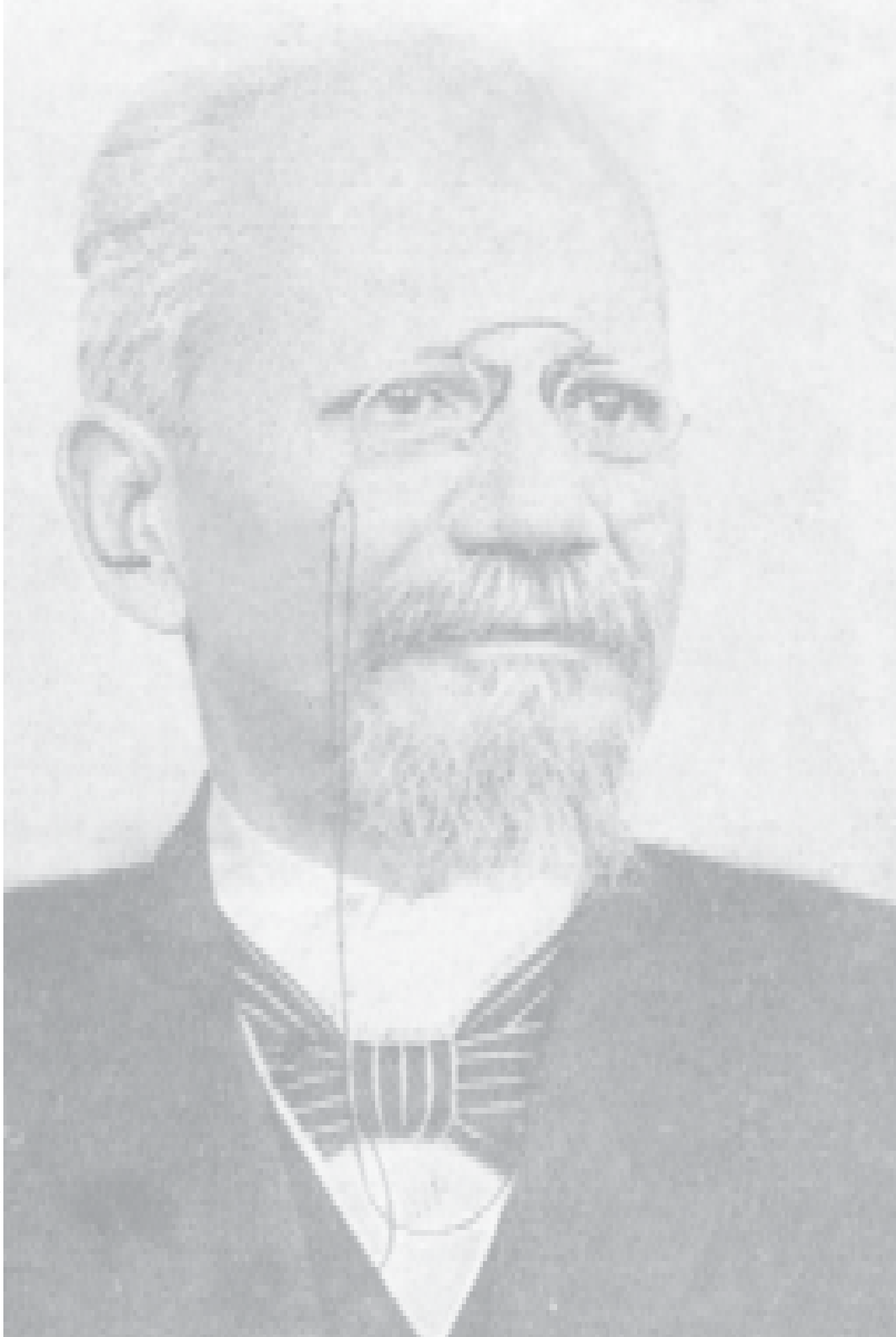
Prudente de Morais. Campos Sales concebeu a chamada "política dos governadores", que consistia em apoiar os grupos dominantes aliados ao governo federal em cada estado. Esse apoio estava condicionado à garantia de eleição, para o Congresso, de candidatos que defendessem o governo central, no que se refere às políticas nacionais, visto que Campos Sales instituiu a Comissão de Verificação pela qual os grupos politicamente dominantes validavam ou não o resultado de uma eleição.

A crise financeira foi enfrentada, momentaneamente, mediante a obtenção em Londres de um novo empréstimo, o *funding loan* – empréstimo para consolidar uma dívida. Esse acordo financeiro suspendeu temporariamente a cobrança de juros dos empréstimos anteriores, possibilitando que os recursos provenientes do novo empréstimo fossem utilizados para a criação de condições materiais para saldar seu débito.

Campos Sales criou o Instituto de Manguinhos, voltado, entre outras atribuições, para a fabricação de vacinas contra a peste bubônica. O Brasil contava, em 1900, com 17.318.554 habitantes, dos quais 64% viviam no campo.

O Brasil e o mundo

Em 1899, Sigmund Freud publicou a *Interpretação dos sonhos*. Em 1900, foi inventada a aspirina. Em maio de 1901, alguns bairros da cidade de São Paulo passaram a ter luz elétrica. No ano seguinte, foi gravado o primeiro disco brasileiro, do cantor Manuel Pedro dos Santos, conhecido como Baiano, com a canção *Isto é bom*. Em 19 de outubro de 1901, os habitantes de Paris acompanharam o voo do brasileiro Santos Dumont, que pilotando um balão dirigível conseguiu contornar a Torre Eiffel. Gugliemo Marconi, o inventor do telégrafo sem fio, realizou a primeira transmissão transcontinental, com uma mensagem enviada da Inglaterra para os Estados Unidos, em 12 de dezembro de 1901. Na Noruega, as mulheres conquistaram o direito ao voto, pela primeira vez no mundo, em 21 de dezembro de 1901.

Comemorações do IV Centenário dos Descobrimentos. Rio de Janeiro, 1900.
Arquivo Nacional

Francisco de Paula Rodrigues Alves

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de Guaratinguetá, estado de São Paulo, em 7 de julho de 1848. Cumpriu dois mandatos como deputado provincial pelo Partido Conservador (1872-1875 e 1878-1879). Nessa mesma legenda foi eleito deputado geral (1885-1887) e presidente da província de São Paulo (1887-1888). Foi conselheiro do Império em 1888. Tornou-se deputado geral pelo Partido Conservador (1888-1889) e deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1890-1891). Foi ministro da Fazenda nos governos dos presidentes Floriano Peixoto (1891-1892) e Prudente de Morais (1895-1896). Tornou-se senador pelo Partido Republicano Paulista (1893-1894, 1897-1900 e 1916-1918). Por meio de eleição direta, assumiu a presidência da República em 15 de novembro de 1902. Após o período presidencial, governou o estado de São Paulo (1912-1916). Eleito, pela segunda vez, presidente da República em 1918, não tomou posse por motivo de saúde. Faleceu no Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1919.

Período presidencial

Rodrigues Alves centrou suas atenções no programa de remodelação urbana e de saneamento da capital da República. O engenheiro Pereira Passos foi nomeado prefeito da cidade do Rio de Janeiro, com plenos poderes para a implementação das reformas de modernização. O porto foi ampliado, os antigos quarteirões com seus cortiços foram demolidos e os moradores transferidos para a periferia, abrindo espaço para o alargamento de ruas e a construção de novas avenidas, entre elas a avenida Central, atual avenida Rio Branco. A modernização da cidade também compreendeu a regulamentação de novas posturas públicas, como a proibição do comércio ambulante, da venda de bilhetes de loterias pelas ruas e no interior dos bondes, dos fogos de artifício, dos balões e das fogueiras.

O cientista e médico Osvaldo Cruz, que até então dirigira o Instituto Manguinhos, foi nomeado diretor-geral de Saúde Pública, implementando o combate às epidemias, como a peste bubônica e a febre amarela. Em 1904, a obrigatoriedade de vacinação contra a varíola levou a população carioca ao protesto nas ruas, no dia 10 de fevereiro, movimento que ficou conhecido como a Revolta da Vacina.

Rodrigues Alves enfrentou a primeira greve geral na capital da República em 15 de agosto de 1903, iniciada pelos operários da indústria têxtil que reivindicavam aumento de salários e jornada diária de oito horas para todas as categorias de trabalhadores. No seu governo foi assinado o Tratado de Petrópolis, cujas negociações foram dirigidas pelo barão do Rio Branco, definindo os limites entre o Brasil e a Bolívia, cabendo ao Brasil a posse do Acre. A Bolívia recebeu uma compensação no valor de dois milhões de libras esterlinas, além da construção da estrada de ferro Madeira-Marmoré. No último ano de governo, apesar da oposição de Rodrigues Alves, foi concluído o Convênio de Taubaté, com apoio do Congresso Nacional. Assinado pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o convênio instituiu a estabilização cambial e a proteção aos cafeicultores, cabendo

ao governo central comprar as safras com recursos financeiros externos e estocá-las para vendê-las no momento oportuno.

O Brasil e o mundo

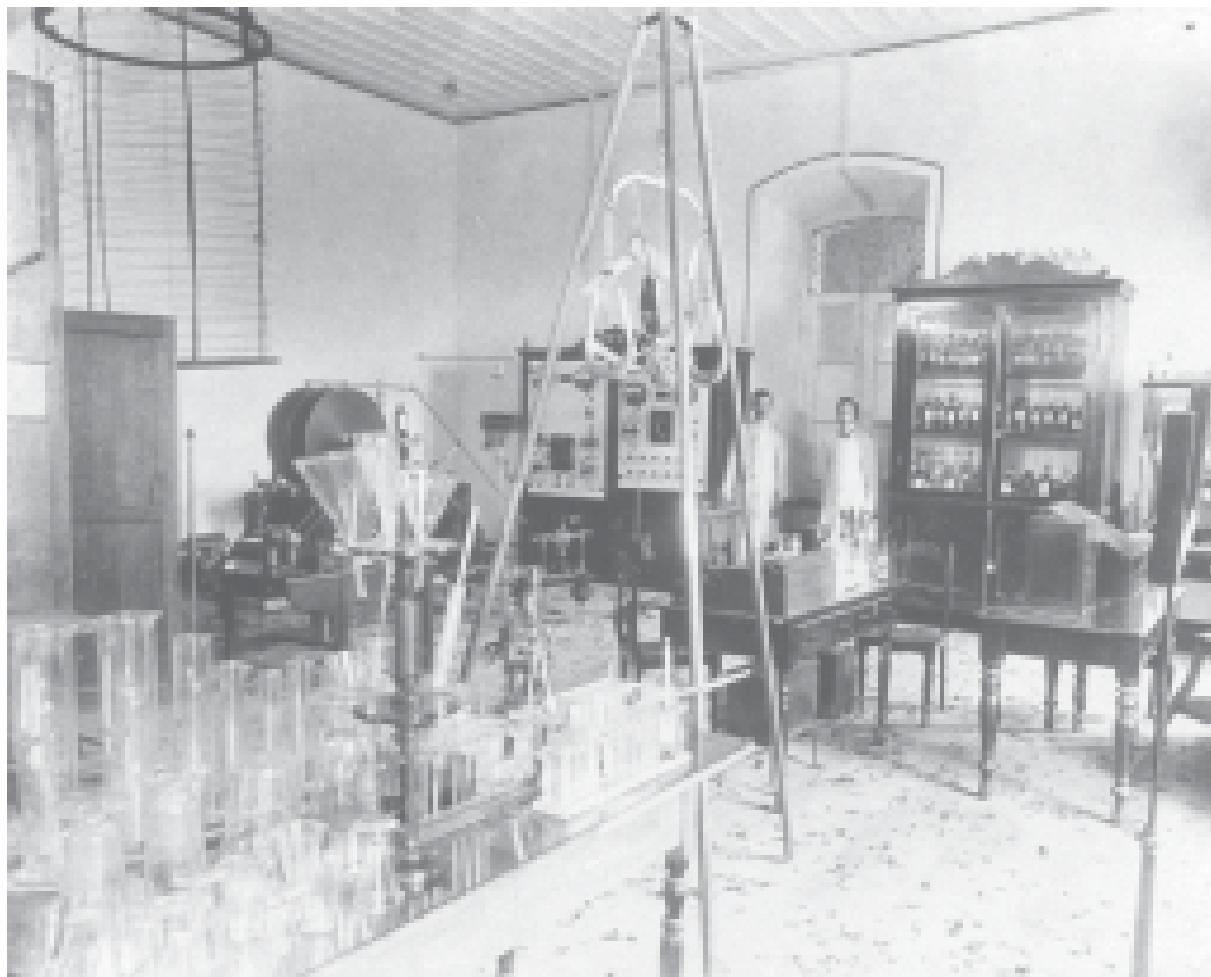
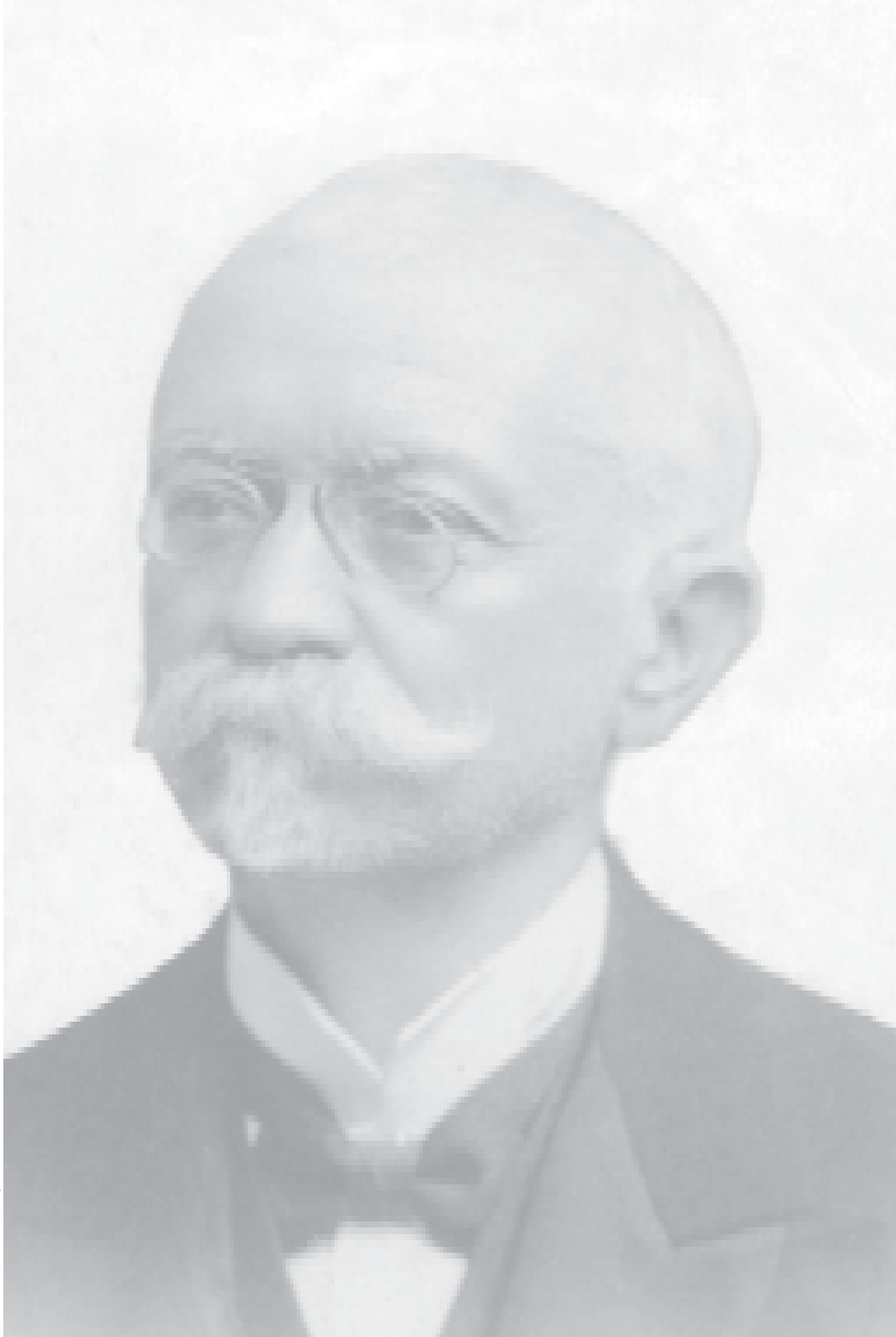
Em primeiro de dezembro de 1902, foi lançada a primeira edição de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, sobre a Guerra de Canudos. Nesse mesmo ano, o filme *Viagem à lua*, de Georges Méliès, encantou os parisienses, inaugurando o tema da ficção científica. No sul da África, terminou a Guerra dos Boers, com os ingleses vencendo o conflito, depois de dois anos de lutas contra os fazendeiros de origem holandesa, os boers, que se opunham ao domínio inglês na região. Em 1903, registrava-se que seis automóveis circulavam na capital federal, e ocorria a primeira ligação telefônica entre Paris e Roma. Em 17 de dezembro de 1903, nos Estados Unidos, os irmãos Wright

Vestimentas flutuantes para banho.
Rio de Janeiro, 1904.
Arquivo Nacional

conseguiram, com o auxílio de uma catapulta, que o aeroplano movido a gasolina voasse. Na Rússia, em 1905, uma multidão que reivindicava a reforma agrária, o fim da censura, a tolerância religiosa e a participação de representantes do povo no governo foi fuzilada diante do Palácio de Inverno do czar Nicolau II, em São Petersburgo. A revista alemã *Annalen Physik* publicou, em 5 de junho de 1905, o artigo do cientista alemão Albert Einstein, então com 26 anos, apresentando a sua teoria da relatividade restrita. Em 23 de outubro de 1906, Santos Dumont, com seu aeroplano 14-Bis, sobrevoou o campo de Bagatelle, em Paris, conseguindo realizar, pela primeira vez, a decolagem com o exclusivo impulso do motor.

Santos Dumont no 14-Bis.
Paris, 1906. Arquivo Nacional

Faculdade de Medicina da Bahia, 1903.
Arquivo Nacional

Arquivo Nacional

Afonso Augusto Moreira Pena

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de Santa Bárbara, estado de Minas Gerais, em 30 de novembro de 1847. Durante o Império, ocupou os cargos de ministro da Guerra (1882), ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1883-1884), e ministro da Justiça (1885). Em 1888, integrou a comissão de organização do Código Civil brasileiro. Foi o fundador e o primeiro diretor da Faculdade de Direito de Minas Gerais (1892). Governou o estado de Minas Gerais (1892-1894) e presidiu o Banco da República do Brasil (1895-1898), atual Banco do Brasil. Tornou-se vice-presidente da República do governo Rodrigues Alves em substituição a Francisco Silviano de Almeida Brandão, que morreu antes de ser empossado. Por meio de eleição direta, passou a exercer a presidência da República em 15 de novembro de 1906. Faleceu no Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1909, sem concluir seu mandato presidencial.

Período presidencial

O governo Afonso Pena opôs resistência à continuidade da política de valorização do café estabelecida no Convênio de Taubaté. Diante

dessa resistência do governo federal e dos demais estados à concretização dos itens desse acordo, o governo do estado de São Paulo, apostando na estratégia de valorização do café, obteve empréstimos em bancos e casas exportadoras estrangeiras, além de conseguir que a União fosse fiadora de um novo empréstimo, viabilizando o financiamento da compra de cerca de oito milhões de sacas de café, quase a metade do total da safra brasileira. Em face do descontentamento dos demais produtores brasileiros, como os de Minas Gerais e da Bahia, Afonso Pena determinou que o Banco do Brasil adquirisse as safras dos cafeicultores, sendo esta a primeira intervenção estatal para a defesa de um produto. A implementação da política de valorização do preço do café ajudou a saldar os compromissos externos e a se obter um imenso lucro, revelando o sucesso da primeira iniciativa governamental no comércio.

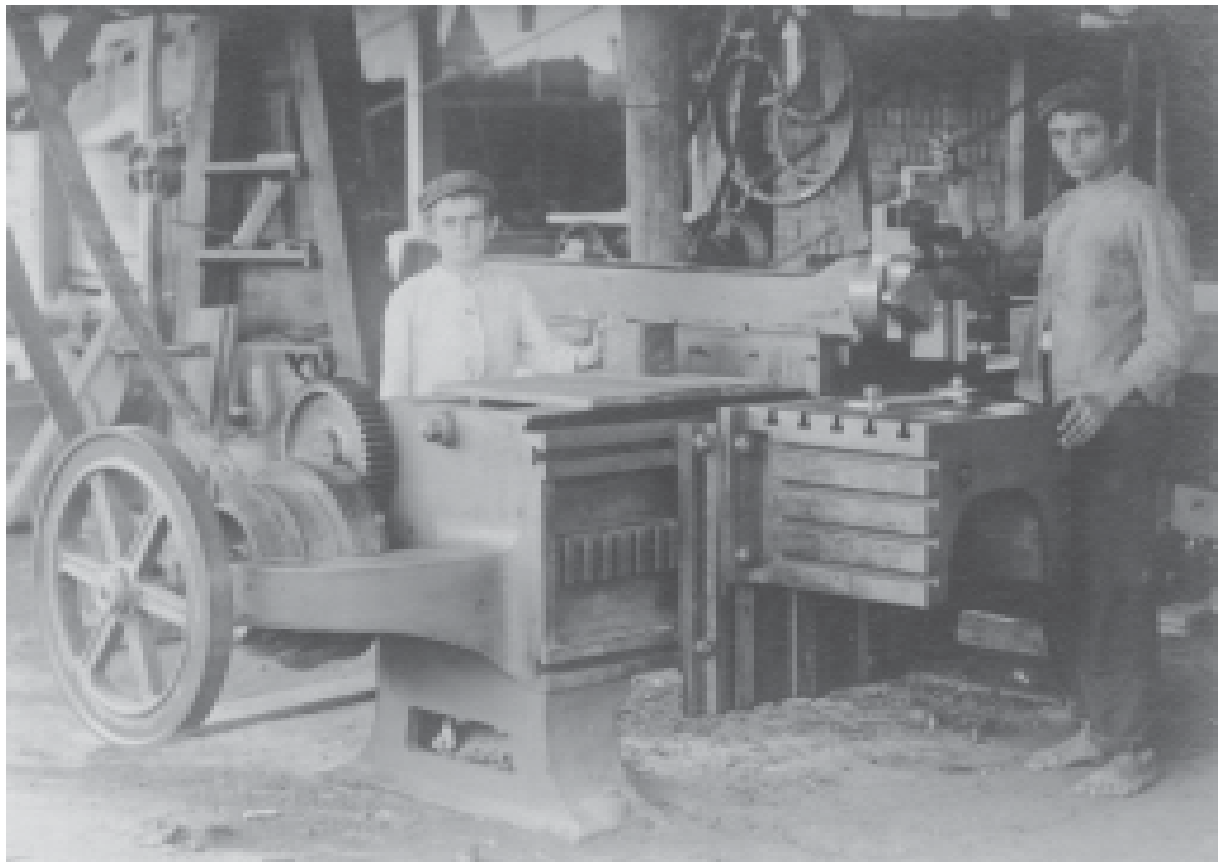
Afonso Pena deu continuidade ao programa iniciado por seu antecessor, Rodrigues Alves, de reaparelhamento das ferrovias e dos portos, e implementou a reorganização do Exército, sob a supervisão do ministro da Guerra, general Hermes da Fonseca. Durante seu governo, também disponibilizou os recursos necessários, em 1907, para que Cândido Rondon realizasse a ligação do Rio de Janeiro à Amazônia pelo fio telegráfico.

O Brasil e o mundo

Em 1906, os anarquistas criaram a Confederação Operária Brasileira. Foram abertas no país 31 salas de exibição de filmes e inaugurado o Cinematógrafo Pathé, na nova avenida Central, no Rio de Janeiro, atraindo a população carioca que lotava as suas sessões. Nesse ano foram anunciadas ao mundo novas invenções: o francês Eugène Lauste patenteou o processo de filmes sonoros para o cinema; o professor alemão Arthur Korn realizou a primeira transmissão de telefotos e o canadense Reginald Aubrey Fessenden transmitiu a primeira emissão radiofônica. Na capital federal, em 11 de agosto de 1908, foi inaugurada

a Exposição Nacional, comemorando oficialmente o centenário da Abertura dos Portos, com pavilhões e estandes para exibir a produção econômica brasileira. O conjunto arquitetônico montado para o evento oferecia ainda aos seus visitantes restaurantes, teatros, salas de cinema e uma linha férrea para o transporte no interior da exposição. Em 29 de setembro, o Brasil perdeu um dos seus cidadãos mais ilustres, com o falecimento do escritor Machado de Assis, autor de *Dom Casmurro*, *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*, entre outras obras, e fundador e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras.

Cidade de Cruzeiro do Sul, Acre, década de 1910. Arquivo Nacional

Arquivo Nacional

Nilo Procópio Peçanha

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de Campos, estado do Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1867. Foi deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1890-1891), deputado federal pelo Partido Republicano Fluminense (1891-1903) e senador (1903). Renunciou ao mandato de senador para assumir a presidência do estado do Rio de Janeiro (1903-1906). Foi eleito vice-presidente da República em 1906 e, com o falecimento de Afonso Pena, assumiu a presidência em 14 de junho de 1909. Em 1912, foi eleito senador pelo Rio de Janeiro, estado do qual tornou-se, mais uma vez, presidente entre 1914 e 1917. Foi ministro da Relações Exteriores (1917) no governo de Delfim Moreira e, em 1921, concorreu à presidência da República na legenda da Reação Republicana, sendo vencido nas urnas por Artur Bernardes. Faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de março de 1924.

Período presidencial

Durante o breve mandato de Nilo Peçanha, a campanha eleitoral para a presidência da República tornou-se uma acirrada disputa entre os candidatos Hermes da Fonseca, sobrinho do ex-presidente Deodoro

da Fonseca e ministro da Guerra do governo de Afonso Pena, e Rui Barbosa. Paulistas e mineiros, que durante anos estiveram unidos em torno de um mesmo candidato, fazendo a conhecida "política do café com leite", desta vez estavam em lados opostos. Hermes da Fonseca foi apoiado por Minas Gerais, pelo Rio Grande do Sul e pelos militares, enquanto o candidato Rui Barbosa recebeu o apoio de São Paulo e da Bahia. A campanha de Rui Barbosa ficou conhecida como "campanha civilista", ou seja, como uma oposição civil à candidatura militar de Hermes da Fonseca. O estado de São Paulo proporcionou os recursos financeiros necessários à campanha de Rui Barbosa, que percorreu o país procurando o apoio popular, fato inédito na vida republicana brasileira.

O presidente Nilo Peçanha enfrentou o agravamento dos conflitos entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais decorrentes da campanha civilista, realizando intervenções em alguns estados para garantir a posse dos presidentes aliados ao governo federal. Uma das intervenções ocorreu no estado do Amazonas no intuito de apoiar o presidente Antônio Bittencourt, de tendências civilistas, que havia sido destituído pelo seu vice Sá Peixoto, com o apoio de Pinheiro Machado. Esse episódio levou ao rompimento definitivo de Nilo Peçanha com o influente líder do Partido Republicano Conservador, o gaúcho Pinheiro Machado.

Dentre suas realizações, destacaram-se o impulso ao ensino técnico-profissional, a reorganização do Ministério da Agricultura e a criação do Serviço de Proteção ao Índio, sob a direção do tenente-coronel Cândido Rondon. Em 1910, a população do Brasil era de 23.151.669 habitantes, dos quais cerca de 67% viviam no campo.

O Brasil e o mundo

Em 14 de julho de 1909 foi inaugurado o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, decorado por Eliseo Visconti, e no ano seguinte, em 29 de outubro, a Biblioteca Nacional. Ainda em 1910, o cientista Carlos

Chagas descobriu o micróbio, batizado, em homenagem ao cientista Osvaldo Cruz, de *Trypanosoma cruzi*, causador de uma doença que afetava as populações no meio rural, transmitido pela picada de um inseto sugador, o barbeiro. Essa doença ficou então conhecida como mal de Chagas. No mesmo ano, o cometa Halley passou pela Terra , e seu rastro de luz no céu foi visto pelos brasileiros. Em 5 de outubro de 1910, por meio de um levante militar e civil, foi proclamada a República portuguesa. O rei Manuel II e a família real refugiaram-se em Gibraltar.

Rua 15 de Novembro, São Paulo, década de 1910. Arquivo Nacional

Hermes Rodrigues da Fonseca
marechal

Dados biográficos

Militar, nascido na cidade de São Gabriel, estado do Rio Grande do Sul, em 12 de maio de 1855. Hermes da Fonseca era republicano, membro da maçonaria e sobrinho do primeiro presidente do país, Deodoro da Fonseca. Ministro da Guerra do governo de Afonso Pena (1906-1909), instituiu a Lei do Serviço Militar Obrigatório. Em 1910, foi um dos fundadores do Partido Republicano Conservador. Por meio de eleição direta, passou a exercer a presidência da República em 15 de novembro de 1910. Com o assassinato de Pinheiro Machado, dirigente do Partido Republicano Conservador, deixou o Brasil em 1915 para residir na Europa, após pedir licença do Exército. Retornou ao país em 1920 e, em 1923, foi transferido para a reserva no posto de marechal. Faleceu na cidade de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, em 9 de setembro de 1923.

Período presidencial

Hermes da Fonseca foi o primeiro militar eleito à presidência através de um pleito nacional. Sua eleição expressou a falta de acordo entre

as lideranças paulistas e mineiras, e a emergência no cenário político da aliança do Rio Grande do Sul com os militares, rompendo assim a "política do café com leite". A influência do presidente do Senado Pinheiro Machado no governo perdurou desde a sugestão de indicação da canditadura de Hermes da Fonseca, até o fim do período presidencial.

No início do governo, eclodiu a Revolta da Chibata, levante de marinheiros que se opunham ao regime de castigos físicos em vigor na Marinha. A chibata era o instrumento utilizado pelos oficiais para açoitar os marinheiros que cometiam faltas consideradas graves. Após a punição do marinheiro Marcelino Rodrigues, que recebeu 250 chibatadas, assistida por toda a tripulação do encouraçado Minas Gerais, desencadeou-se a revolta liderada por João Cândido Felisberto, que ficou conhecido como Almirante Negro. Durante esse movimento, uma esquadra composta por três encouraçados chegou a voltar seus canhões em direção à cidade do Rio de Janeiro.

Em seu governo, Hermes da Fonseca utilizou-se das tropas federais para garantir a política de intervenção nos estados, denominada "política das salvações", apoiando os candidatos favoráveis ao governo central.

Em 12 de setembro de 1912, foi deflagrada uma rebelião de caráter messiânico, na região de litígio entre os atuais estados do Paraná e Santa Catarina, conhecida como zona do Contestado. As tropas do governo do Paraná iniciaram o primeiro confronto na cidade de Irani. Entre os 23 sertanejos mortos, estava o beato José Maria, líder do movimento que pretendia fundar uma "monarquia celestial" na região. Na área sob a sua influência não era aceita a cobrança de impostos nem permitida a propriedade da terra. Após vários conflitos armados, nos quais morreram cerca de vinte mil pessoas, a rebelião foi liquidada em 1915, já no governo de Venceslau Brás.

Em 16 de março de 1913, o governo assistiu, na capital federal, à manifestação de cerca de dez mil pessoas contra a deportação de

sindicalistas, em cumprimento à nova lei que determinava a expulsão do país de estrangeiros envolvidos em greves. Em maio, ocorreram manifestações operárias em vários estados. Em 8 de outubro, a pedido do presidente, foi decretado o estado de sítio na capital federal, na tentativa de conter a onda de greves e de controlar o movimento operário. Nesse mesmo ano, em dezembro, Hermes da Fonseca decretou o estado de sítio no Ceará, em decorrência da revolução em Juazeiro do Norte, movimento que se originou da aliança formada entre o padre Cícero e os opositores ao governo de Franco Rabelo, indicado pelo governo federal.

O Brasil e o mundo

Em 22 de janeiro de 1912, aconteceu o primeiro ato de censura a um filme brasileiro, *A vida de João Cândido*, sobre a Revolta da Chibata, do diretor Alberto Botelho. Em dezembro, o marinheiro João Cândido foi absolvido pela Justiça. A China tornou-se uma República, em 12 de fevereiro do mesmo ano, com a abdicação do último imperador manchu. A florescente cidade de Curitiba, com cerca de 80 mil habitantes, ocupava o oitavo lugar no ranking das maiores cidades brasileiras. Ainda nesse ano, em 25 de outubro, foi inaugurado o bondinho do Pão de Açúcar no Rio de Janeiro. Em 1913, o presidente Hermes da Fonseca casou-se com Nair de Teffé, primeira mulher caricaturista da imprensa brasileira. Em 28 de julho de 1914, o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austríaco, foi assassinado em Sarajevo, principal cidade da Bósnia. Em represália, o Império austro-húngaro declarou guerra à Sérvia, dando início à Primeira Guerra Mundial.

Ao centro, o presidente Hermes da Fonseca, s.l., década de 1910.
Arquivo Nacional

Farmácia atingida durante a Revolta da Chibata, Rio de Janeiro, 1910. Arquivo Nacional

Ao centro, o presidente Venceslau Brás. Rio de Janeiro, década de 1910. Arquivo Nacional

Venceslau Brás Pereira Gomes

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de São Caetano da Vargem Grande, hoje Brasópolis, estado de Minas Gerais, em 26 de fevereiro de 1868. Foi secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (1898-1902). Eleito deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (1903), assumiu a presidência de Minas Gerais em 1909. Elegeu-se vice-presidente da República (1910) na chapa de Hermes da Fonseca. Por meio de eleição direta, assumiu a presidência da República em 15 de novembro de 1914. Faleceu na cidade de Itajubá, estado de Minas Gerais, em 15 de maio de 1966.

Período presidencial

Vensceslau Brás assumiu o governo adotando uma austera política financeira. Para enfrentar a redução drástica das exportações brasileiras, devido à desorganização do mercado internacional provocada pela Primeira Guerra Mundial, foram queimadas três milhões de sacas de café estocadas, evitando-se assim a queda dos preços. Essa situação determinou a segunda valorização do café, entre 1917 e 1920.

A partir de 1917, uma série de greves gerais eclodiu nas principais cidades do país, em especial no Rio de Janeiro e São Paulo. A greve geral de 1917 dos operários de duas indústrias têxteis de São Paulo acabou abrangendo cerca de 50 mil trabalhadores da cidade, o que fez o governo mobilizar tropas e enviar dois navios de guerra para o porto de Santos, a fim de intimidar o movimento grevista. Entretanto, as sucessivas greves ocorridas entre os anos de 1917 e 1920 não trouxeram ganhos significativos para a totalidade da classe trabalhadora.

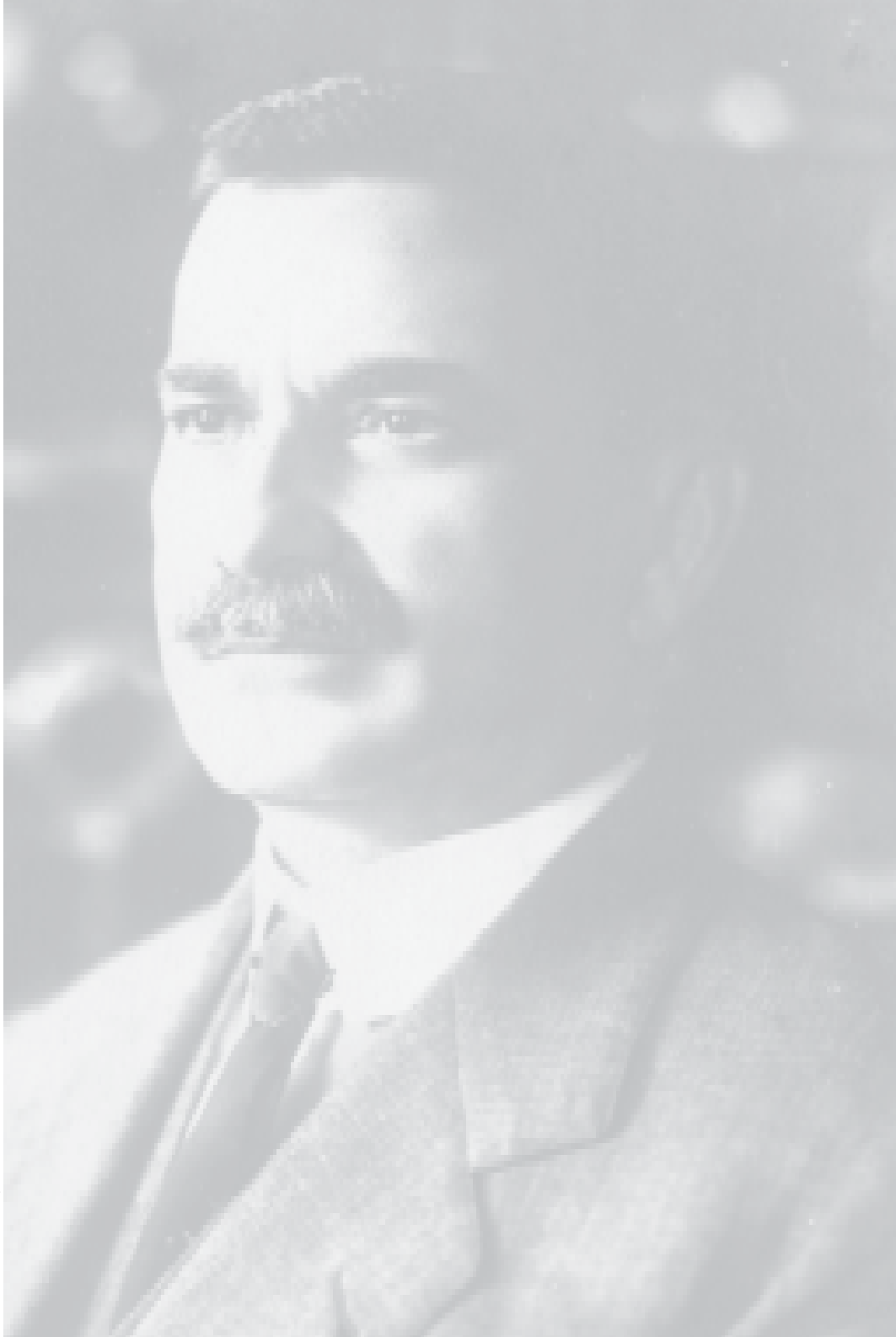
Em 3 de abril de 1917, submarinos alemães torpedearam o navio Paraná, que estava próximo à costa francesa. Em represália, o governo confiscou todos os navios alemães ancorados em portos brasileiros. Após o afundamento do navio brasileiro Macau, pelos alemães, Venceslau Brás assinou, em 27 de outubro desse ano, a declaração de estado de guerra contra a Alemanha, o que foi acompanhado por manifestações antigermânicas em todo o país.

O Brasil e o mundo

Em 1915, Salvador é a terceira maior cidade do país, com cerca de 263 mil habitantes, e do seu porto partem as riquezas da região: fumo, mamona, sisal e cacau. Nesse ano, com a queda vertiginosa do preço internacional da borracha, chegou ao fim o esplendor vivido pelos habitantes da cidade de Manaus. É gravado o samba *Pelo telefone*, de Donga. Em 1917, circulam na cidade de São Paulo cerca de 1.750 automóveis. Em 15 de outubro desse ano, foi fuzilada na França a dançarina Mata Hari, acusada de espionagem para a Alemanha. Em 7 de novembro, o Partido Bolchevique toma o poder na Rússia através de uma revolução social, depois de cerca de vinte horas de combate e com o saldo de apenas seis mortos. A ação foi iniciada pelo Exército Vermelho, comandado por Leon Trotski, que invadiu a capital Petrogrado. O poder foi transferido para o Comitê Militar Revolucionário, sob a presidência de Vladimir Lênin, um dos mentores

da revolução. Em 17 de julho de 1918, o czar Nicolau II, a czarina Alexandra, suas quatro filhas e o príncipe herdeiro foram fuzilados. No Brasil, a "gripe espanhola" fez milhares de vítimas e foi promulgado o Código Civil. Em 11 de novembro de 1918, foi assinado o armistício entre a Alemanha e os Aliados, pondo fim à Primeira Guerra Mundial.

Escola de Aprendizes Artífices do estado do Espírito Santo, 1910. Arquivo Nacional

Arquivo Nacional

Delfim Moreira da Costa Ribeiro

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de Cristina, estado de Minas Gerais, em 7 de novembro de 1868. Foi secretário do Interior de Minas Gerais (1902-1906 e 1910-1914) e presidente de Minas Gerais (1914-1918). Elegeu-se vice-presidente da República, em 1918, na chapa de Rodrigues Alves. Com a doença e falecimento do presidente eleito, que não chegou a ser empossado, Delfim Moreira assumiu interinamente a presidência da República. Faleceu na cidade de Santa Rita do Sapucaí, estado de Minas Gerais, em 1º de julho de 1920.

Período presidencial

Delfim Moreira, vice-presidente de Rodrigues Alves, governou provisoriamente o país, visto que a Constituição brasileira previa novas eleições em caso de impedimento do presidente antes de completados dois anos de mandato. Rodrigues Alves nem chegou a tomar posse, pois já estava acometido pela "gripe espanhola", vindo a falecer no dia 16 de janeiro de 1919. O próprio Delfim Moreira também não dispunha de boas condições de saúde e seu curto mandato ficou conhecido como "regência republicana", uma vez que se destacava

no governo o seu ministro da Viação e Obras Públicas, Afrânio de Melo Franco.

Três dias após o novo governo assumir o comando do país, uma greve geral atingiu a capital e a cidade de Niterói. O presidente determinou o fechamento dos sindicatos no Rio de Janeiro, em 22 de novembro.

Em 21 de junho de 1919, uma parte dos anarquistas fundou o Partido Comunista do Brasil. Quatro meses depois, o governo expulsou do país cerca de cem deles, a maioria estrangeiros, que atuavam no movimento operário das cidades de São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Niterói, em função da descoberta de um suposto plano com o objetivo de derrubar o governo.

Sentado à esquerda, o presidente Delfim Moreira, s.l., s.d. Arquivo Nacional

O Brasil e o mundo

No ano de 1919, foram publicados *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, de Lima Barreto, e *Carnaval*, de Manuel Bandeira. Os fundadores do Partido Comunista Alemão, Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht, foram assassinados em Berlim, em 15 de janeiro, a caminho da prisão, pela polícia alemã. Nesse ano, o número de pessoas no mundo vitimadas pela gripe espanhola chegou a mais de 15 milhões. Na França, faleceu o pintor impressionista Auguste Renoir.

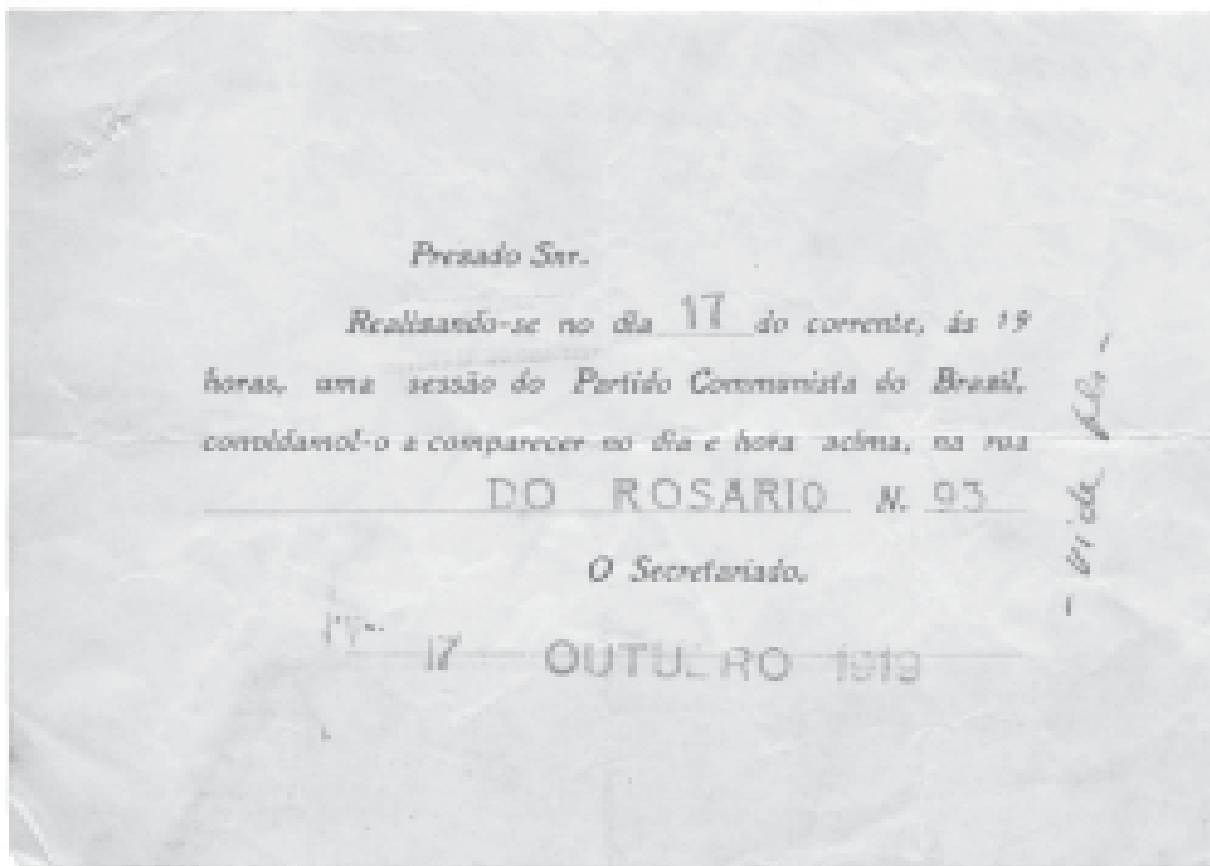
Parte integrante do processo de expulsão de Antônio Silva, 1919. Arquivo Nacional

Prezado Snr.

Realizando-se no dia 17 do corrente, ás 19 horas, uma sessão do Partido Communista do Brasil, convidamol-o a comparecer no dia e hora acima, na rua DO ROSARIO N. 93

O Secretariado.

17 OUTUBRO 1919

Arquivo Nacional

Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de Umbuzeiro, no estado da Paraíba, em 23 de maio de 1865. Foi deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1890-1891), deputado federal (1891-1893), e ministro da Justiça e Negócios Interiores (1898-1901). A partir de 1902, acumulou os cargos de procurador da República até 1905 e de ministro do Supremo Tribunal Federal até 1912. Presidiu a Junta Internacional de Jurisconsultos que analisou os projetos do Código de Direito Internacional Público e Privado. Foi senador pela Paraíba (1912-1919) e presidiu a delegação brasileira à Conferência da Paz (1918-1919), em Versalhes. Por meio de eleição direta, assumiu a presidência em 28 de julho de 1919. Após o cumprimento do período presidencial, foi senador pela Paraíba e membro da Corte Permanente de Justiça Internacional de Haia (1923-1930). Faleceu na cidade de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, em 13 de fevereiro de 1942.

Período presidencial

Quando o presidente assumiu o governo, o país, segundo o censo de 1920, contava com 30.635.605 habitantes e 13.346 fábricas empregando cerca de 275 mil operários. Predominavam os bens de consumo, como

tecidos, alimentos, roupas e calçados, que representavam 70% da produção. Uma nova crise mundial afetou as atividades econômicas brasileiras, provocando uma queda de quase 50% no preço do café. Epitácio Pessoa, pressionado pelos cafeicultores paulistas e mineiros, acabou intervindo no mercado, emitindo papel-moeda e, assim, garantiu a recuperação dos preços do produto. Em outubro de 1921, o governo implementou uma nova política de defesa do café, pela terceira vez na história da República, contraindo empréstimos junto à Inglaterra. A estabilização dos preços do produto foi alcançada por meio, também, da própria recuperação do ritmo da economia mundial, após a crise de 1920, pela diminuição das safras dos anos de 1922 e 1923 e pela proibição do consumo de bebidas alcoólicas nos Estados Unidos da América.

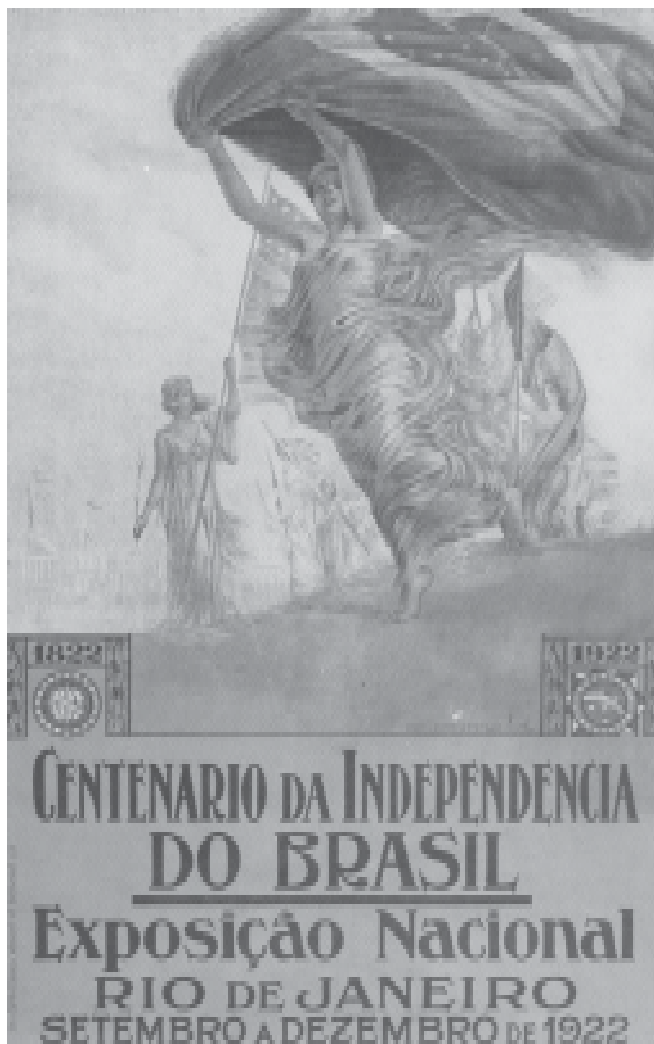
A crise política desses anos expressou-se no descontentamento do Exército, na insatisfação da população urbana e nas tensões regionais das elites dominantes, quando o Rio Grande do Sul destacou-se como centro de oposição ao núcleo agrário-exportador. Em 1922, o ambiente político tornou-se bastante tenso em virtude da acirrada disputa dos candidatos à sucessão presidencial de Epitácio Pessoa. As oligarquias do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro formaram a Reação Republicana, lançando a candidatura do fluminense Nilo Peçanha. Essa indicação rompeu o acordo firmado entre São Paulo e Minas Gerais, que estabeleceu a indicação do mineiro Artur Bernardes para a presidência, já definindo o paulista Washington Luís para sucedê-lo. A campanha eleitoral de Artur Bernardes contra Nilo Peçanha, que novamente concorria à presidência, foi considerada como uma das mais exacerbadas da República Velha.

Epitácio Pessoa enfrentou em seu governo a crise política gerada pela exigência do Clube Militar, comandado pelo marechal Hermes da Fonseca, de renúncia da candidatura à presidência de Artur Bernardes, ao julgar autênticas as cartas publicadas pelo jornal *Correio da Manhã*, falsamente atribuídas a Bernardes, nas quais eram atacados o ex-presidente Hermes da Fonseca e o Exército. O fechamento do Clube

Militar e a prisão de Hermes da Fonseca, ocorridos em 2 de julho de 1922, desencadearam, quatro dias mais tarde, a Revolta do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, já sob a vigência do decreto de estado de sítio que atingia todo o país. A expectativa era deflagrar uma revolução militar, porém os demais fortes da cidade não aderiram ao movimento e as tropas legalistas atacaram o Forte de Copacabana, matando 271 dos 301 militares rebelados. Ficou conhecida como os "18 do Forte" a marcha para a morte de 16 militares acompanhados de dois civis, que partindo do forte atravessaram a avenida Atlântica para enfrentar as tropas do governo. O saldo foi de apenas dois sobreviventes: os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Esse episódio marcou o início do longo movimento de rebelião que atingiria o país, denominado de tenentismo.

O Brasil e o mundo

Em 3 de agosto de 1920, Guilherme Paraense conquistou a primeira medalha de ouro para o Brasil, na prova de pistola/tiro rápido, nos Jogos Olímpicos de Antuérpia. No mesmo ano, o presidente Epitácio Pessoa proibiu a participação de jogadores negros no campeonato brasileiro de futebol. Na Índia, Mahatma Gandhi lançou a campanha de não-violência e desobediência civil contra o domínio inglês. Em fevereiro de 1922, realizou-se em São Paulo a Semana de Arte Moderna, inaugurando o movimento modernista brasileiro, em que se destacaram os trabalhos de literatura e artes plásticas de Osvald de Andrade, Sérgio Milliet, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti e Anita Malfatti.

Colonos em Santa Catarina, 1922.
Arquivo Nacional

Cartaz da Exposição Nacional,1922.
Arquivo Nacional

Arquivo Nacional

Artur da Silva Bernardes

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de Viçosa, estado de Minas Gerais, em 8 de agosto de 1875. Cumpriu dois mandatos como deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (1909-1910 e 1915-1917). Foi presidente de Minas Gerais (1918-1922). Por meio de eleição direta assumiu a presidência da República em 15 de novembro de 1922. Foi um dos articuladores da Revolução de 1930 em Minas Gerais. Em 1932, foi preso e transferido para a cidade do Rio de Janeiro por ter sido um dos mentores, em Minas Gerais, da Revolução Constitucionalista. Cumpriu exílio em Lisboa, retornando ao país depois de receber anistia em 1934. Faleceu no Rio de Janeiro, em 23 de março de 1955.

Período presidencial

O governo de Artur Bernardes sofreu forte instabilidade política gerada pelas revoltas tenentistas contra as oligarquias dominantes e pelo avanço do movimento operário, o que o levou a governar permanentemente em estado de sítio. A candidatura pela quinta vez de Borges de Medeiros, líder do Partido Republicano Rio-Grandense,

à presidência do estado deflagrou uma guerra civil envolvendo a oposição no Rio Grande do Sul. A oligarquia dissidente gaúcha, agrupada na Aliança Libertadora, contava com o apoio federal ao candidato Assis Brasil. Borges de Medeiros, para defender sua posição, organizou os Corpos Provisórios sob o comando de Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e Getúlio Vargas, entre outros, além de contratar mercenários uruguaios. Após meses de confrontos, foi assinado um acordo entre Borges de Medeiros e Assis Brasil, em 14 de dezembro de 1923, no qual o governo federal reconheceu Borges de Medeiros como presidente do Rio Grande do Sul, não permitindo, entretanto, uma nova reeleição.

O movimento tenentista eclodiu no Rio Grande do Sul, em 1923, com o apoio da Aliança Libertadora, atingindo também Santa Catarina e Paraná. No ano seguinte, foi a vez de parte das guarnições militares paulistas aderir ao movimento. Depois de vários dias de combate, a cidade de São Paulo ficou sob seu controle, após a fuga do governador Carlos Campos. A rebelião foi planejada por militares envolvidos no golpe fracassado de 1922, entre eles o tenente Eduardo Gomes, um dos sobreviventes dos "18 do Forte". Artur Bernardes ordenou o bombardeio da cidade, a partir do dia 11 de julho de 1924. A população paulista abandonou a cidade e o saldo do ataque foi de 503 mortos e cerca de 4.800 feridos. Sem condições de resistir às pressões das tropas legalistas, aproximadamente 3.500 revoltosos dirigiram-se ao encontro das tropas gaúchas, lideradas por Luís Carlos Prestes e Mário Fagundes Varela.

O presidente Artur Bernardes ainda enfrentou a Coluna Prestes, formada em 1925, sob o comando do tenente Luís Carlos Prestes, que percorreu o interior do país durante dois anos procurando sublevar as populações contra o seu governo e as oligarquias dominantes.

O Brasil e o mundo

Em 1922, faleceu, no Rio de Janeiro, Lima Barreto, autor de *O triste fim de Policarpo Quaresma*. Foi inaugurada a primeira rádio brasileira, a

Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Na orla da praia de Copacabana foi inaugurado um dos mais belos cartões postais da cidade, o Hotel Copacabana Palace. Faleceu, no Rio de Janeiro, Marc Ferrez, um dos pioneiros da fotografia no Brasil, que registrou, pela primeira vez, os índios botocudos na selva brasileira. Também são de sua autoria as fotografias do início do século XX das obras de reforma urbanística da cidade do Rio de Janeiro. Em novembro, faleceu Marcel Proust, autor da obra literária *Em busca do tempo perdido*. Em dezembro de 1922, Albert Einstein recebeu o Prêmio Nobel de Física. Na Grã-Bretanha, em 27 de janeiro de 1926, ocorreu a primeira emissão de imagens em um aparelho de televisão, e os jornais à época anunciavam que a nova invenção se tornaria um cinema dentro de casa. No mesmo ano, a morte do jovem ator italiano Rodolfo Valentino, em 23 de agosto, em Nova Iorque, causou imensa comoção em milhares de fãs, ocorrendo suicídios em vários estados americanos.

Cidade de São Paulo, década de 1920. Arquivo Nacional

Arquivo Nacional

Washington Luís Pereira de Sousa

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de Macaé, estado do Rio de Janeiro, em 26 de outubro de 1869. Foi presidente do estado de São Paulo (1920-1924) e senador pelo Partido Republicano Paulista (1925-1926). Por meio de eleição direta, passou a exercer a presidência da República em 15 de novembro de 1926. Foi deposto pela Revolução de 1930, em 24 de outubro, e cumpriu exílio na Europa e nos Estados Unidos, retornando ao Brasil em 1947. Faleceu em São Paulo, em 4 de agosto de 1957.

Período presidencial

Durante toda a década de 1920, a República Velha sofreu um profundo desgaste devido às manifestações de oposição da classe média urbana, dos movimentos tenentista e operário e das oligarquias dissidentes. Logo no início de seu governo, chegou ao fim a Coluna Prestes, que com 620 homens entrou em território boliviano e, posteriormente, se dissolveu. O governo de Washington Luís não estava mais ameaçado pelas rebeliões tenentistas e pelo avanço do movimento operário,

entretanto, para coibir novos movimentos de oposição, criou a Lei Celerada, em 1927, que impunha censura à imprensa e restringia o direito de reunião, levando para a clandestinidade o Partido Comunista Brasileiro, que havia sido reconhecido pelo governo no início do ano.

A crise econômica mundial de 1929, deflagrada com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 24 de outubro, foi a maior na história do capitalismo, atingindo diversos países e paralisando suas atividades econômicas. Seus efeitos no Brasil derrubaram a política de valorização do café, iniciada em 1906 com a assinatura do Convênio de Taubaté. O café, que respondia por 70% das exportações brasileiras, teve seu preço diminuído no mercado internacional. A crise do produto ameaçou a estabilidade do governo de Washington Luís que não permitiu a nova desvalorização da moeda, pleiteada pelos cafeicultores diante do desastre na Bolsa de Nova Iorque.

A vitória do paulista Júlio Prestes, apoiado por Washington Luís, nas eleições presidenciais de 1º de março de 1930, foi contestada por suspeita de fraude. O assassinato de João Pessoa, presidente da Paraíba e candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas à sucessão presidencial, em 26 de julho de 1930, foi um fato decisivo para o agravamento dos movimentos de oposição ao governo de Washington Luís, já desgastado pela crise do café. Reassumindo o governo do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas e outros políticos como Osvaldo Aranha deram início à conspiração política que levou ao movimento de 3 de outubro de 1930, a Revolução de 1930, como ficou conhecido o episódio. O presidente Washington Luís foi deposto em 24 de outubro, pelos chefes das forças armadas, e uma junta provisória de governo assumiu o poder, composta pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha.

O Brasil e o mundo

Em 1928, o primeiro filme falado, *Luzes de Nova Iorque*, foi apresentado em Nova Iorque. Stálin anunciou o primeiro plano quinquenal

soviético, iniciando a coletivização das terras. No ano seguinte, a desvalorização maciça das ações na Bolsa de Nova Iorque deram início à Grande Depressão. O ano de 1929 foi cenário para inúmeras publicações que marcaram as visões de interpretação do Brasil, entre elas *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado; *Macunaíma*, de Mário de Andrade; *Manifesto antropofágico*, de Osvald de Andrade. No campo das artes plásticas, Tarsila do Amaral terminou o esboço de *O abaporu*.

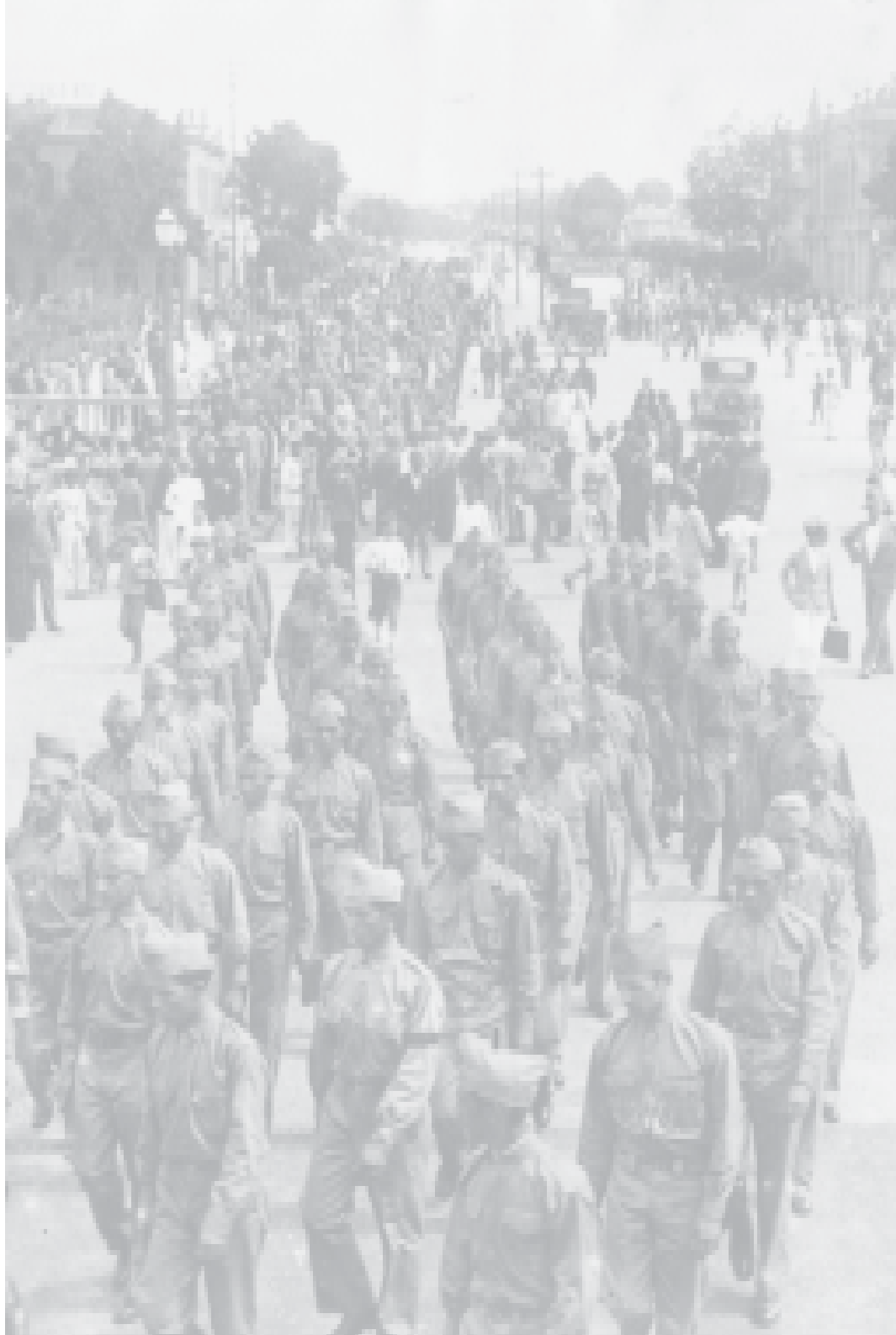
A química Marie Curie (a quarta da esquerda para a direita) em visita ao Pão de Açúcar. Rio de Janeiro, década de 1930. Arquivo Nacional

À direita, o presidente eleito
Júlio Prestes. Washington, 1930.
Arquivo Nacional

Júlio Prestes de Albuquerque

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de Itapetininga, estado de São Paulo, em 15 de março de 1882. Foi deputado estadual (1909) e federal (1924) e presidente do estado de São Paulo (1927). Em 1930 elegeu-se presidente da República, mas foi impedido de tomar posse em virtude do movimento revolucionário eclodido em 24 de outubro, quando a junta governativa assumiu o poder no país. Faleceu em São Paulo, em 9 de fevereiro de1946.

Revolução de 1930, desfile em Belo Horizonte. Arquivo Nacional

Junta governativa

Com a eclosão do movimento revolucionário de 1930, a junta governativa composta pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha depôs o presidente Washington Luís, e assumiu o controle do país. Em meio a pressão de manifestações populares, dos movimentos militares como o de Minas Gerais, revolucionários gaúchos chegam ao Rio de Janeiro, obrigando a junta a entregar a chefia do governo a Getúlio Vargas em 3 de novembro de 1930.

Dados biográficos

Augusto Tasso Fragoso. Militar, nascido na cidade de São Luís, estado do Maranhão, em 28 de agosto de 1869. Faleceu no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1945.

João de Deus Mena Barreto. Militar, nascido na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, em 30 de julho de 1874. Faleceu no Rio de Janeiro, em 25 de março de 1933.

José Isaías de Noronha. Militar, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1873. Faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1963.

Ao centro, o presidente Getúlio
Vargas. Rio de Janeiro, s.d.
Arquivo Nacional

Getúlio Dornelles Vargas

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de São Borja, estado do Rio Grande do Sul, em 19 de abril de 1883. Iniciou sua vida política como deputado estadual (1909-1912; 1917-1921) pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), e na mesma legenda foi indicado e eleito, em outubro de 1922, à Câmara dos Deputados e, em 1924, reeleito deputado federal (1923-1926). Com a posse do presidente Washington Luís, em 15 de novembro de 1926, assumiu a pasta da Fazenda, permanecendo no cargo até dezembro de 1927. Eleito presidente do Rio Grande do Sul, tomou posse em 25 de janeiro de 1928. Em agosto de 1929, formou-se a Aliança Liberal, coligação oposicionista de âmbito nacional que lançou as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República, respectivamente. Derrotado nas urnas pelo candidato paulista Júlio Prestes, Vargas reassumiu o governo do Rio Grande do Sul, e articulou o movimento de deposição do presidente Washington Luís, que culminaria com a Revolução de 1930. Após o exercício da junta governativa, Getúlio Vargas tomou posse como chefe do governo provisório em 3 de novembro de 1930. Com a promulgação da Constituição de 1934, foi

eleito presidente da República pela Assembleia Constituinte. Em 10 de novembro de 1937 anunciou a dissolução do Congresso e outorgou nova Carta, dando início ao Estado Novo. Governou o país até ser deposto, em 29 de outubro de 1945. Elegeu-se senador (1946-1949) na legenda do Partido Social Democrático (PSD) e concorreu às eleições presidenciais de 1950 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), agremiação que fundara em 1945. Vargas recebeu 48,7% dos votos, vencendo por larga maioria seus opositores, e tomou posse em 31 de janeiro de 1951. Suicidou-se, no Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1954.

Período presidencial

Getúlio Vargas iniciou o governo de um país que contava com aproximadamente 37 milhões de habitantes, dos quais 70% viviam na área rural. Ao longo de seus quinze anos de governo, o Brasil teve duas constituições federais: a primeira, promulgada em julho de 1934, com características liberais; a segunda, outorgada em novembro de 1937, comprometida com o pensamento autoritário. Nesse período, diversas leis trabalhistas mudaram o cenário social do trabalhador brasileiro, com o estabelecimento da jornada diária de oito horas de trabalho na indústria e no comércio, a regulamentação do trabalho feminino e dos menores nos estabelecimentos comerciais e industriais, a instituição da carteira profissional, do salário mínimo e das comissões mistas de conciliação, além de outras leis que incidiram sobre a organização sindical e patronal.

Foram criados, também, os ministérios da Educação e Saúde Pública, da Agricultura, e do Trabalho, Indústria e Comércio. Outros órgãos, como o Departamento Nacional do Café (DNC), o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), são exemplos da grande reforma da administração pública que marcou a era Vargas. O governo promoveu também uma série de

manifestações nacionalistas na área educacional e cultural, que incluíam desfiles monumentais nas datas cívicas, com corais de estudantes regidos pelo maestro Villa-Lobos e coreografias que deveriam exaltar a grandeza do Estado Novo.

Na política interna, o governo combateu a Revolução Constitucionalista, movimento antigetulista deflagrado em São Paulo em 1932; a Aliança Nacional Libertadora (ANL), liderada por Luís Carlos Prestes, e o movimento comunista de 1935. Nesse contexto, o Congresso promulgou a Lei de Segurança Nacional e foi criado o Tribunal de Segurança Nacional. Em 1938, enfrentou o levante integralista, movimento golpista de extrema-direita empreendido por conspiradores ligados à recém-extinta Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado.

No plano econômico, a crise internacional de 1929 atingiu o país em todos os setores: a redução das exportações desorganizou as finanças públicas, diminuiu o ritmo da produção e o poder aquisitivo dos salários. A crise da economia cafeeira obrigou o novo governo a comprar e destruir estoques de café, tendo em vista a queda dos preços do produto no mercado internacional.

A partir da década de 1940, verificou-se um efetivo crescimento industrial, com a entrada de capitais privados norte-americanos no país. Em 31 de agosto de 1942, pressionado pelas nações aliadas, sobretudo pelos Estados Unidos, e a opinião pública interna, o governo brasileiro declarou guerra aos países do Eixo. Em 1944 enviou à Itália a Força Expedicionária Brasileira (FEB), para combater junto às forças norte-americanas. A participação do Brasil no conflito, além de permitir um investimento nas forças armadas brasileiras, contribuiu para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, que contou com empréstimo financeiro dos Estados Unidos.

Iniciado em 1937, o Estado Novo encerrou-se em 1945, com o fim da guerra e as consequentes pressões da sociedade pela volta à democracia. Nesse mesmo ano foram anistiados os condenados pelo

Tribunal de Segurança Nacional e convocada a Assembleia Nacional Constituinte. As disputas em torno da sucessão presidencial foram atravessadas pelo "queremismo", movimento que tinha como palavra de ordem "queremos Getúlio" e, como proposta, o adiamento das eleições diretas para presidente e a manutenção de Vargas no poder, concomitante à instalação da Constituinte. A campanha, apoiada pela classe operária, os sindicatos e os comunistas, gerou forte reação nos meios militares e na chamada oposição liberal, e seria considerada um dos motivos para a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945.

O Brasil e o mundo

Em 1931 foi inaugurado um dos principais cartões postais do país, a estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. A extensão do direito de voto às mulheres e a realização do primeiro concurso de escolas de samba no Rio de Janeiro são alguns dos acontecimentos que marcaram o ano de 1932. A fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, compartilhou o panorama intelectual com o lançamento de *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Júnior, *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freire, *Caetés*, de Graciliano Ramos, e *Serafim Ponte Grande*, de Osvald de Andrade. *As pastorinhas*, de Noel Rosa e *O que é que a baiana tem?*, de Dorival Caymmi, bem como filmes estrelados por Carmem Miranda, e *Limite*, de Mário Peixoto, ilustravam a produção artística nacional do período. No cenário internacional, os anos de 1930 assistiram à ascensão de nazistas e fascistas ao poder na Alemanha e na Itália, e do franquismo e salazarismo na Espanha e Portugal. Em 1937, o bombardeio alemão à cidade de Guernica, na Espanha, imortalizou-se no painel pintado por Pablo Picasso. Em 1939 morreu em Londres o criador da psicanálise, Sigmund Freud, e iniciou-se, com a invasão da Polônia pelos alemães, a Segunda Guerra Mundial, que se encerraria em 1945 com a rendição dos países do Eixo às nações aliadas.

Comemorações do Dia do Trabalho no estádio do Vasco. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1941.
Arquivo Nacional

Comemoração pela Revolução de 1930. s.l. Arquivo Nacional

Getúlio Vargas, s.l., 19 de julho de 1935. Arquivo Nacional

Manifestações "queremistas". Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1945. Arquivo Nacional

À esquerda, o presidente José Linhares. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1945. Arquivo Nacional

José Linhares

Dados biográficos

Advogado, nasceu no município de Baturité, estado do Ceará, em 28 de janeiro de 1886. Desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal após a Revolução de 1930, foi nomeado por Getúlio Vargas ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em 1937 e vice-presidente dessa corte em 1940. Presidente do STF (1945-1949) e, em consequência, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assumiu a presidência da República com a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945, cargo que ocupou até 31 de janeiro de 1946. Após esse período, retornou ao STF, voltando a assumir a presidência desta corte entre 1951 e 1956. Faleceu em Caxambu, Minas Gerais, em 26 de janeiro de 1957.

Período presidencial

José Linhares dedicou-se, sobretudo, a preparar o retorno à ordem democrática, substituindo os interventores nos estados por membros do Poder Judiciário, concedendo ao novo parlamento poderes de elaboração constitucional, extinguindo o Tribunal de Segurança Nacional, suprimindo o estado de emergência, previsto na Constituição

de 1937, entre outras medidas. No campo econômico e administrativo, atuou contra a inflação, revogou a lei antitruste, um dos fatores que levaram à deposição de Vargas, e extinguiu o Conselho de Economia Popular. Concedeu autonomia à Universidade do Brasil e regulamentou diversos departamentos do Ministério da Viação e Obras Públicas. Em dezembro de 1945 foram realizadas eleições para a presidência da República e a Assembleia Nacional Constituinte. José Linhares permaneceu no cargo até a posse do presidente eleito, Eurico Gaspar Dutra.

Desfile da FEB na av. São João.
São Paulo, agosto de 1945.
Arquivo Nacional

Desfile da Marinha na av. Rio Branco. Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1945. Arquivo Nacional

Ao centro, o presidente Dutra.
Estados Unidos, maio de 1948.
Arquivo Nacional

Eurico Gaspar Dutra
marechal

Dados biográficos

Militar, nasceu em Cuiabá, estado do Mato Grosso, em 18 de maio de 1883. Ingressou na Escola Militar, no Rio de Janeiro, participando do levante da Praia Vermelha (1904). Anistiado, retornou à Escola Militar em Realengo (1905) e ingressou na Escola de Guerra em Porto Alegre (1906). Formou-se no curso da Escola de Estado-Maior (1922), atuando, pouco depois, na repressão à revolução paulista de 1924. Defendeu o governo do presidente Washington Luís contra os revoltosos de 1930, mas, já em 1932, combateu a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Designado comandante da 1ª Região Militar (1935-1936), destacou-se na reação ao movimento comunista de 1935, passando a ocupar o posto de ministro da Guerra (1936-1945). Como ministro, Dutra procurou modernizar o Exército, objetivo que norteou suas posições diante do conflito internacional, dividindo-se entre o apoio aos Estados Unidos ou à Alemanha. Com o término da guerra, manifestou-se pela redemocratização do país, e embora tenha sido um dos mais fiéis colaboradores de Vargas e do Estado Novo, ficou ao lado dos oficiais que destituíram o presidente em

outubro de 1945. Candidatou-se à presidência da República pelo Partido Social Democrático (PSD) e foi eleito em 2 de dezembro, tendo contado, no final da campanha, com o apoio de Vargas. Passou para a reserva dois dias antes de sua posse, em 31 de janeiro de 1946. Ao deixar a presidência, permaneceu ativo na vida política até postular-se candidato nas eleições indiretas para presidente da República em 1965. Diante do apoio majoritário nos meios militares ao general Castelo Branco, retirou-se da disputa. Afastado da vida pública, faleceu no Rio de Janeiro em 11 de junho de 1974.

Período presidencial

Em 18 de setembro de 1946 foi promulgada a quinta Constituição do Brasil, assinalando o retorno do país ao regime democrático. Nesse mesmo ano, o governo criou o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC), além do Estado-Maior Geral, futuramente Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Ainda em 1946, o presidente decretou o fechamento dos cassinos e proibiu os "jogos de azar" no país.

Em 1947, registrou-se a nomeação de Osvaldo Aranha para delegado do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), a cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o rompimento de relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a realização, na cidade de Petrópolis, da Conferência Interamericana da Manutenção da Paz e Segurança do Continente, que contou com a presença do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman. O estreitamento das relações com os norte-americanos evidenciou-se, também, na formação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, conhecida como Missão Abbink, chefiada por John Abbink e pelo ministro Otávio Gouveia de Bulhões. Tinha como atribuição diagnosticar os principais problemas da economia brasileira e, como especial recomendação, o emprego de recursos externos no setor petrolífero.

Ainda em 1947, assistiu-se à intervenção do Ministério do Trabalho

em diversos sindicatos, em continuidade à política de tutela do Estado sobre as atividades sindicais, garantida pelo decreto-lei nº 9.070, de março de 1946, que cerceava o direito de greve.

Concomitante à repressão sindical e à contenção dos salários, a política econômica passou por duas fases: a primeira, liberal, em que se procurou romper com as formas anteriores de intervenção na economia. No entanto, a importação de bens levou a um rápido esgotamento das reservas de divisas do país. Em 1947, de acordo com a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), iniciou-se uma segunda fase, em que o controle cambial foi retomado, mantendo-se o cruzeiro em níveis altos, comparativamente à moeda americana. Essa política desestimulou as exportações, incentivando, por outro lado, a importação de equipamentos, máquinas e outros insumos, excluindo-se os bens de consumo, e favoreceu a expansão do setor industrial brasileiro.

A estratégia de desenvolvimento do governo incluiu o plano Salte, que significava Saúde, Alimentação, Transporte e Energia. Proposto em 1947, tinha como objetivo o gerenciamento dos gastos públicos e o investimento nos setores essenciais ao país. No entanto, o projeto só começou a participar do planejamento orçamentário em 1949, sendo esquecido em 1951. Data também desse período a aferição do crescimento econômico do país através do cálculo do Produto Interno Bruto (PIB).

Durante o governo Dutra, teve início a construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, na Bahia, e da rodovia Presidente Dutra, ligando o Rio a São Paulo, conhecida como via Dutra. Em seu governo, foi também criada, em outubro de 1948, a Escola Superior de Guerra (ESG), com o apoio dos norte-americanos.

O Brasil e o mundo

O imediato pós-guerra introduziu, pela primeira vez, a expressão “cortina de ferro”, cunhada pelo ex-primeiro-ministro inglês Winston

Churchill para caracterizar a política soviética. Em 1946 realizou-se a primeira assembleia geral das Nações Unidas; Perón foi eleito presidente da Argentina e foram sentenciados à morte nove dos 22 acusados no processo de Nuremberg, em um tribunal constituído para o julgamento dos crimes nazistas cometidos sob o III Reich. O ano se encerrou com o lançamento de *Sagarana*, de Guimarães Rosa e *O lustre*, de Clarisse Lispector. A proclamação da doutrina Truman, estabelecendo a polarização do mundo através da Guerra Fria, e a independência da Índia foram alguns dos acontecimentos de 1947. A fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 1948 e o isolamento, em laboratório, de uma nova partícula do átomo, o méson, pelo cientista César Lattes, dividiram a cena brasileira com a manifestação "o petróleo é nosso", ocorrida em 15 de julho, no Rio de Janeiro. O ano de 1948 assinalou, ainda, a criação do Estado de Israel, em assembleia geral da ONU presidida por Osvaldo Aranha, e a Declaração Universal dos Direitos do Homem pelas Nações Unidas. Em 1949, observou-se a divisão da Alemanha em República Federal da Alemanha e República Democrática da Alemanha, a proclamação da República Popular da China, liderada por Mao Tsé-Tung, e a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Nesse mesmo ano foi lançado *O continente*, de Érico Veríssimo. Em 1950, o Brasil possuía 51.941.767 habitantes, e passou a ter sua primeira emissora de televisão, a TV Tupi; o estádio do Maracanã assistiu à derrota da seleção brasileira para a uruguaia, na final da Copa do Mundo. Em outubro, iniciou-se a intervenção chinesa na Coreia e o general americano Eisenhower assumiu o comando supremo das forças da OTAN. Em janeiro de 1951, no Brasil, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

O presidente Dutra e comitiva. S.l.,
novembro de 1948. Arquivo Nacional

Arquivo Nacional

Getúlio Dornelles Vargas

Período presidencial

Em 3 de outubro de 1950, Getúlio Vargas foi reeleito presidente, passando a governar um país que contava 53 milhões de habitantes. O segundo período presidencial caracterizou-se por uma política econômica de tendência nacionalista e que buscou conciliar as demandas populares com as exigências de aceleração do crescimento econômico, além de atender ao pacto político que garantia a permanência de Vargas no poder. Tendo como ministros da Fazenda Horácio Lafer e, posteriormente, Osvaldo Aranha, o governo projetou duas diretrizes que visavam à superação do estágio de desenvolvimento brasileiro: por um lado, a participação decisiva do Estado e de setores privados nacionais no processo de industrialização e, por outro, o estímulo à entrada de capital estrangeiro.

O Brasil enfrentava uma tendência inflacionária, derivada do aumento das divisas geradas pelos altos preços alcançados pelo café no mercado internacional, expandindo a quantidade de moeda em circulação. A inflação decorria, também, do endividamento com as importações promovidas por receio de uma crise internacional que se anunciaria com a guerra da Coreia. Finalmente, um outro problema com que se

defrontava o país era relativo ao próprio crescimento industrial, incompatível com a estrutura energética e de transportes então existente.

No plano externo, o governo brasileiro recusou-se a participar da intervenção das Nações Unidas na Coreia do Norte e encontrou entraves à obtenção de recursos americanos em razão das críticas ao processo de remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior, atitude reafirmada por meio do decreto de 4 de janeiro de 1952, que restringia essas remessas.

Internamente, o governo sancionou uma nova lei do salário mínimo, com o aumento de aproximadamente 300% sobre o nível anterior, e revogou a exigência de atestado ideológico para os sindicatos, que datava do governo Dutra. Foram criados alguns órgãos públicos que marcaram a história política brasileira, dentre eles, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), em 1951; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952; e, após uma grande campanha, a Petrobras, em 1953, o Plano do Carvão Nacional e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (que se transformaria na Sudam). Em janeiro de 1954 assistiu-se, ainda, à criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC).

Em 1954, Vargas enfrentava a oposição da União Democrática Nacional (UDN), dos militares e da imprensa, representada em especial por Carlos Lacerda, e mesmo da estrutura burocrática. Politicamente isolado, Vargas suicidou-se em 24 de agosto de 1954, deixando para o país o documento conhecido como *Carta-Testamento*. As razões para esse desfecho são atribuídas, sobretudo, à ineficácia do plano econômico de estabilização: o recurso à emissão monetária desequilibrou as alianças políticas do governo, tanto em relação aos trabalhadores, quanto aos setores da elite que o sustentava, receosa dos efeitos que a política trabalhista poderia gerar. O atentado praticado contra o jornalista Carlos Lacerda, em 5 de agosto, na rua

Toneleros, no Rio de Janeiro, e que resultou na morte do major-aviador Rubens Vaz, teve ampla repercussão no país, e é considerado como o incidente que precipitou a crise do governo.

A morte de Vargas reverteu, no plano simbólico, a situação política que poderia tê-lo conduzido à renúncia, levando o povo às ruas em defesa do "pai dos pobres".

O Brasil e o mundo

No primeiro ano do mandato de Vargas, os meios de comunicação se expandiram: a TV Tupi instalou-se no Rio de Janeiro e foi lançado no Brasil o primeiro disco 33 rpm. Nesse ano foi promulgada a Lei Afonso Arinos, que considerou o racismo uma contravenção penal, e foi aberta a 1ª Bienal de Artes Plásticas no Museu de Arte Moderna (MAM). Os testes da bomba atômica no deserto de Nevada e da bomba H pelos Estados Unidos marcaram o cenário internacional, assim como a ação das tropas da ONU contra os comunistas na Coreia. Em 1952, o

Interrogatório de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas, acusado de envolvimento no atentado da rua Toneleros. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1954. Arquivo Nacional

general Fulgêncio Batista tomou o poder em Cuba e a Alemanha Ocidental recebeu milhões de exilados da Alemanha Oriental. No Brasil, por iniciativa de dom Helder Câmara, foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Os testes nucleares continuaram em 1953, quando explodiu a primeira bomba H da União Soviética. Em julho, chegou ao fim a guerra da Coreia, por meio de um acordo entre as Nações Unidas, a China e a Coreia do Norte. Ainda em 1953, São Paulo tornou-se a sede da montadora de automóveis da Volkswagen e o Brasil conquistou o prêmio de melhor filme de aventura, em Cannes, com *O cangaceiro*, de Vitor Lima Barreto. Assinalou-se, em 1954, a comemoração do IV Centenário da cidade de São Paulo e, no cenário internacional, a divisão do Vietnã em dois países, a descoberta da vacina contra a poliomielite por Jonas Salk e o lançamento, pela IBM, do "cérebro eletrônico" ou computador.

Ao centro, Carlos Lacerda saindo do interrogatório na Polícia Militar sobre o atentado da rua Toneleros. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1954. Arquivo Nacional

Getúlio Vargas inaugura o segundo alto-forno da CSN. Volta Redonda, fevereiro de 1954. Arquivo Nacional

População aglomera-se no aeroporto Santos Dumont na passagem do cortejo fúnebre de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1954. Arquivo Nacional

Ao centro, o presidente Café Filho.
Petrópolis, fevereiro de 1955.
Arquivo Nacional

João Café Filho

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte, em 3 de fevereiro de 1899. Ingressou na Aliança Liberal e foi um dos fundadores, em 1933, do Partido Social Nacionalista do Rio Grande do Norte (PSN). Elegeu-se deputado federal (1935-1937) e destacou-se pela defesa das liberdades constitucionais. Ameaçado de prisão, asilou-se na Argentina, retornando ao Brasil em 1938. Fundou, com Ademar de Barros, o Partido Republicano Progressista (PRP), pelo qual se elegeu deputado federal (1946-1950). Eleito vice-presidente por uma coligação de partidos que se fundiram sob a sigla do Partido Social Progressista (PSP), assumiu a presidência da República com o suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954. Foi nomeado ministro do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara (1961-1970). Faleceu no Rio de janeiro, em 20 de fevereiro de 1970.

Período presidencial

Café Filho assumiu o governo da República imediatamente após a morte de Getúlio Vargas. Em seu novo gabinete, teve como ministro da Fazenda Eugênio Gudin, defensor de uma política econômica mais

ortodoxa, que buscou estabilizar a economia e combater a inflação. O ministro adotou como principais medidas a contenção do crédito e o corte das despesas públicas, procurando, assim, reduzir o déficit público, causa, em sua avaliação, do processo inflacionário. Durante o governo Café Filho, instituiu-se o imposto único sobre a energia elétrica, gerando o Fundo Federal de Eletrificação, e o imposto na fonte sobre a renda do trabalho assalariado. Destacaram-se, ainda, em sua administração a criação da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, a inauguração, em janeiro de 1955, da usina hidrelétrica de Paulo Afonso e o incentivo à entrada de capitais estrangeiros no país, que repercutiria no processo de industrialização que se seguiu.

Afastou-se temporariamente da presidência em 3 de novembro de 1955, em virtude de um distúrbio cardiovascular, e em 8 de novembro foi substituído por Carlos Luz, presidente da Câmara. Restabelecido, tentou reassumir os poderes presidenciais, mas seu impedimento foi aprovado pelo Congresso Nacional em 22 de novembro de 1955, e confirmado pelo Supremo Tribunal Federal em dezembro.

O Brasil e o mundo

O breve governo de Café Filho teve início em meio à comoção nacional provocada pela morte de Getúlio Vargas e a divulgação da *Carta-Testamento*. Em novembro desse ano começaram os conflitos armados na Argélia, mês em que foi inaugurado o estádio do Maracanãzinho, no Rio de Janeiro, e em que faleceu o pintor francês Henri Matisse. Em 1955, destacou-se a formação do bloco dos países não-alinhados, que recusavam comprometer-se tanto com a política norte-americana quanto com a política soviética. Em maio, respondendo à formação da OTAN, nasceu o Pacto de Varsóvia, composto pelos países do bloco socialista. O restabelecimento das relações diplomáticas entre a URSS e a Alemanha Ocidental compartilhou a cena internacional com a deposição, por um movimento militar, do presidente Péron, na Argentina.

Café Filho em visita ao estado do Amazonas, março de 1955.
Arquivo Nacional

Sentado, o presidente Carlos Luz.
Rio de Janeiro, 8 de novembro
de 1955. Arquivo Nacional

Carlos Coimbra da Luz

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de Três Corações, estado de Minas Gerais, em 4 de agosto de 1894. Iniciou sua carreira política como vereador em Leopoldina, cidade da qual se tornou prefeito (1923-1932). Foi secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais (1932-1933), secretário do Interior do mesmo estado (1933-1935), deputado federal (1935-1937) pelo Partido Progressista de Minas Gerais (PP) e presidente da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro (1939-1946). Eleito deputado constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD) em 1945, não chegou a tomar posse, pois foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores (1946). Substituído no ministério, reassumiu seu mandato, reelegendo-se deputado federal pelo PSD nas legislaturas seguintes (1947-1961). Faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1961.

Período presidencial

De acordo com a Constituição de 1946, o presidente da Câmara dos Deputados exerceria a presidência da República na ausência do titular do cargo e de seu vice-presidente. Assim, na qualidade de presidente

da Câmara, Carlos Luz assumiu interinamente a presidência da República em 8 de novembro de 1955, como substituto legal de Café Filho, afastado da chefia do governo. Em 11 de novembro de 1955, em decorrência do movimento político-militar liderado pelo general Lott, ministro da Guerra, Carlos Luz foi deposto, sob a alegação de que estaria ligado a conspiradores que queriam impedir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Refugiou-se no cruzador Tamandaré, de onde tentou organizar a resistência, mas, ainda em 11 de novembro, por decisão do Congresso Nacional, foi considerado impedido, e substituído no cargo por Nereu Ramos, presidente do Senado.

Carlos Luz, ao assinar o termo de posse na presidência da República. Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1955. Arquivo Nacional

Golpe da legalidade depõe Carlos Luz.
Rio de Janeiro, novembro de 1955.
Arquivo Nacional

Arquivo Nacional

Nereu de Oliveira Ramos

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de Lajes, estado de Santa Catarina, em 3 de setembro de 1888. Foi deputado estadual (1911-1912; 1919-1921), fundador e primeiro presidente (1927-1932) do Partido Liberal Catarinense (PLC). Elegeu-se deputado federal pelo PLC em 1930, mas teve seu mandato cassado em virtude da revolução e do fechamento do Congresso. Deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1934, foi eleito indiretamente governador de Santa Catarina (1935-1937). Com o golpe de 1937, foi nomeado interventor federal nesse estado, cargo que ocupou até o fim do Estado Novo, em 1945. Nesse mesmo ano, foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD) em Santa Catarina, legenda na qual se elegeu senador constituinte. Findos os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em 19 de setembro de 1946 foi eleito indiretamente vice-presidente da República (1946-1951). Foi presidente do PSD (1947-1949), deputado federal por essa legenda e presidente da Câmara dos Deputados (1951-1955). Em outubro de 1954 foi eleito senador pelo PSD e, em 1955, tornou-se vice-presidente do Senado. Faleceu em desastre aéreo, ocorrido em Curitiba, em 16 de junho de 1958.

Período presidencial

Com a deposição de Carlos Luz, em 11 de novembro de 1955, Nereu Ramos assumiu a presidência da República, pois, como vice-presidente do Senado, era o seguinte na linha sucessória. Em 22 de novembro, com o afastamento definitivo de Café Filho, a quem Carlos Luz substituía, a Câmara dos Deputados confirmou Nereu Ramos como presidente da República até a posse de Juscelino Kubitschek. Nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores em 1956, exonerou-se em 1957 e retornou ao Senado.

O vice-presidente eleito João Goulart cumprimenta o presidente Nereu Ramos no Palácio do Catete. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1956. Arquivo Nacional

Nereu Ramos no Catete, em solenidade comemorativa do Dia da Bandeira. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1955.
Arquivo Nacional

Juscelino Kubitschek de Oliveira

Dados biográficos

Médico, nascido na cidade de Diamantina, estado de Minas Gerais, em 12 de setembro de 1902. Foi chefe do Gabinete Civil do estado de Minas Gerais (1933-1934). Filiou-se ao Partido Progressista (PP) de Minas Gerais, elegendo-se deputado federal em 1935, cargo que exerceu até o fechamento do Congresso, com o golpe de 1937. Foi nomeado prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), participou da criação do Partido Social Democrático (PSD) em Minas Gerais, elegeu-se deputado federal (1946-1950) e governador de Minas Gerais (1951-1955). Concorreu à presidência da República pela coligação PSD-PTB, tendo como vice João Goulart, e tomou posse em 31 de janeiro de 1956, após grave crise política. Com o fim de seu mandato, elegeu-se senador por Goiás (1962-1964). Após o golpe militar de 1964, teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Exilado, retornou ao Brasil em 1967. Faleceu em acidente automobilístico na via Dutra, próximo a Resende, em 22 de agosto de 1976.

Período presidencial

Juscelino Kubitschek iniciou seu governo quando o país contava aproximadamente 60 milhões de habitantes. Sua gestão foi marcada

pelo Plano de Metas, cujo lema "cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo" se traduziu, sobretudo, em crescimento industrial. Entre 1955 e 1961, a produção do setor cresceu 80%, destacando-se as indústrias do aço, mecânicas, elétricas e de comunicações, e de equipamentos de transportes. Entre 1957 e 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano. Esse processo, orientado pelo projeto nacional-desenvolvimentista, foi possibilitado pela existência de um amplo mercado interno, pela capacidade de produção de ferro e de aço e pela disposição externa de investimento. Além do incentivo à entrada de capitais externos, o governo voltou-se para as áreas de transporte e de energia, constituindo uma infraestrutura para a expansão do parque industrial.

O planejamento estatal setorizado, articulado em grupos de trabalho e grupos executivos ligados ao recém-criado Conselho de Desenvolvimento, revelou-se eficiente. Esses grupos eram voltados, respectivamente, para a aprovação de projetos de leis e decretos, e de projetos empresariais (como órgãos mistos, formados por técnicos do Estado e empresas privadas). O governo também orientou os investimentos segundo os estudos e projetos formulados pelos representantes da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

A política econômica dos anos JK obteve resultados expressivos na área da expansão industrial, mas gerou contradições, como o favorecimento à concentração de capital, com a entrada de empresas multinacionais no país, que deixou poucas oportunidades para o pequeno capital. Do ponto de vista dos trabalhadores, verificou-se que o aumento de produtividade decorrente do aprimoramento tecnológico não foi transferido nem para os preços nem para os salários. Apesar disso, alguns aumentos salariais e o subsídio estatal ao petróleo e ao trigo buscavam atender as demandas sindicais. As importações, que visavam suprir a escassez interna de insumos, aprofundaram a dependência externa da economia brasileira, elevando o desequilíbrio financeiro e o déficit da balança de pagamentos, o que

influiu decisivamente para a o retorno do processo inflacionário, um dos maiores problemas enfrentados pelo presidente Kubitschek. Um plano de estabilização anti-inflacionário foi formulado pelo ministro da Fazenda, Lucas Lopes, e pelo diretor do BNDE, Roberto Campos, e submetido ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que deveria avalizar um crédito de 300 milhões de dólares proveniente dos Estados Unidos. Diante das exigências de ajuste da economia brasileira pelo FMI, o governo teve duas opções: levar adiante o Plano de Metas ou conter a economia interna, satisfazendo os credores externos e os defensores brasileiros do programa de estabilização. Foram muitas as pressões internas, gerando um debate que envolveu também os intelectuais nacionalistas e aqueles de tendência liberal, representados no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Em junho de 1959, o presidente Kubitschek rompeu as negociações com o FMI.

No âmbito das relações internacionais, o governo apresentou aos Estados Unidos a proposta da Operação Pan-Americana, de promoção multilateral do desenvolvimento do continente com apoio norte-americano, que só posteriormente foi adotada, através da Aliança para o Progresso.

O período presidencial notabilizou-se, ainda, pela construção da nova capital federal, a cidade de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960. Símbolo do desenvolvimento do país, a cidade foi projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e pelo urbanista Lúcio Costa, tornando-se um exemplo da arquitetura moderna. Em 7 de dezembro de 1987, foi tombada pela Unesco e registrada como patrimônio histórico e cultural da humanidade.

O Brasil e o mundo

No ano de 1956 registraram-se, nos Estados Unidos, manifestações em protesto contra a entrada do primeiro estudante negro na Universidade do Alabama. Configurou-se também a emergência de movimentos nacionalistas na África, com a independência do Marrocos

e da Tunísia e a nacionalização do Canal de Suez pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser. Enquanto as últimas tropas francesas deixavam Saigon no mês de março, em abril a URSS invadia a Hungria. O Brasil conquistou a medalha de ouro no salto triplo nas Olimpíadas de Melbourne, com Ademar Ferreira da Silva, e viu nascer a obra musical de Vinícius de Morais e Antônio Carlos Jobim, em *Orfeu da Conceição*. Em outubro foi anunciada uma nova vacina contra a poliomielite, por via oral, pelo dr. Albert Sabin. Em 1957 foi criada a Comunidade Econômica Europeia. Em setembro desse ano, uma nova legislação sobre os direitos civis dos negros foi aprovada nos Estados Unidos e, em novembro, foi criada no Brasil a Comissão Nacional de Energia Nuclear. A produção do Fusca no Brasil abriu o ano de 1958 e a Universidade de São Paulo instalou o primeiro reator nuclear da América Latina. Destacaram-se, ainda nesse ano, a proclamação da república em seis países no espaço de cinco dias – Mali, Mauritânia, Senegal, Chade, Gabão e Congo – e a conquista da primeira Copa do Mundo pela Seleção Brasileira, na Suécia. No primeiro dia de 1959,

Após a posse, JK e Jango recepcionam as delegações estrangeiras no Palácio do Catete. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1956. Arquivo Nacional

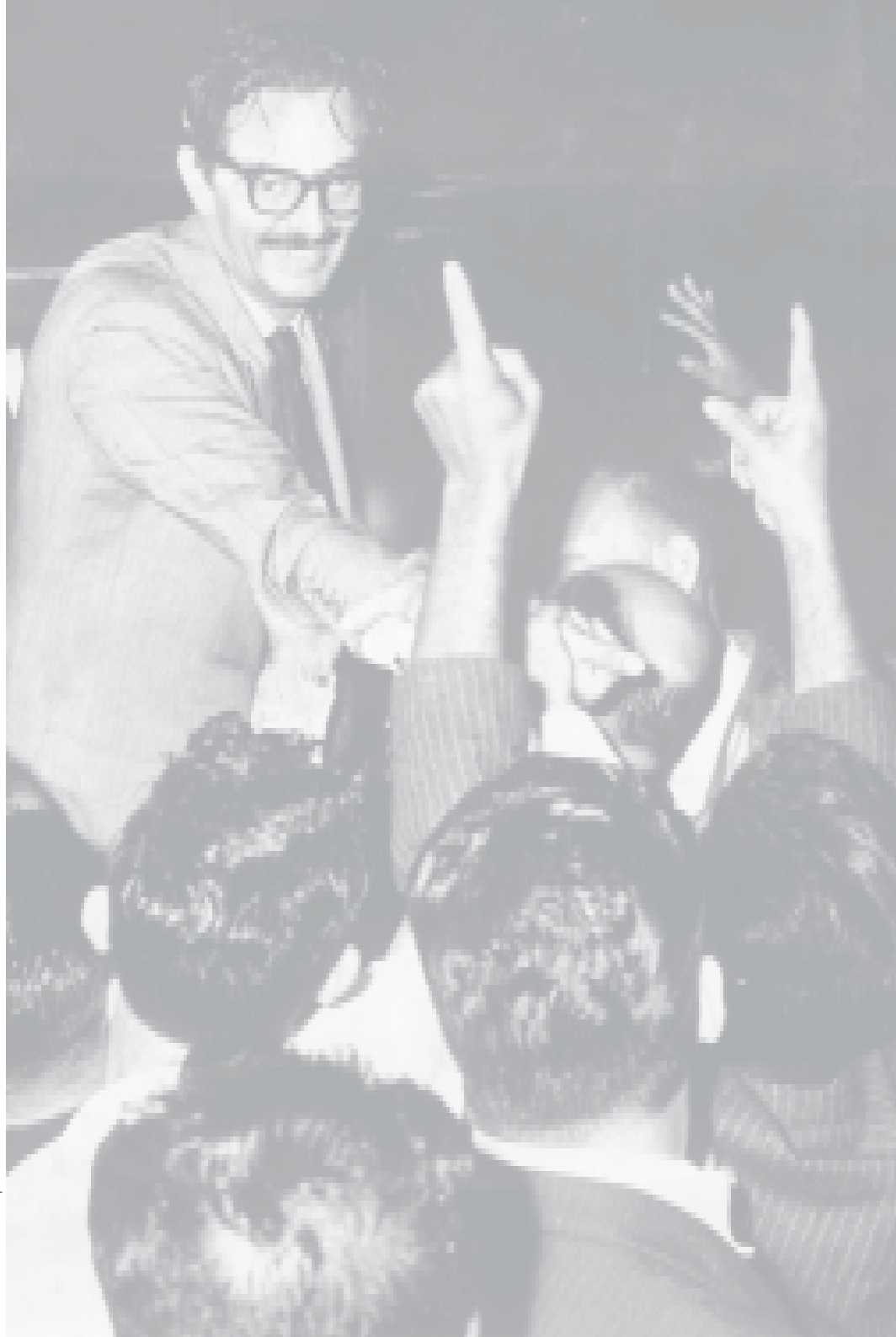
assistiu-se à vitória dos revolucionários cubanos liderados por Fidel Castro. Em maio, foi fundado o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Em junho, Cuba e Estados Unidos romperam relações diplomáticas, e foi estabelecido o acordo nuclear entre a URSS e a China. Em 17 de novembro, faleceu o compositor Heitor Villa-Lobos. Com a transferência da capital para Brasília em abril de 1960, a cidade do Rio de Janeiro passou a constituir o estado da Guanabara. Nesse ano foi autorizada a venda no país da pílula anticoncepcional, enquanto o censo demográfico contabilizava 70.070.457 habitantes. Em 23 de maio, agentes israelenses capturaram, na Argentina, o carrasco nazista Adolf Eichmann. Nesse ano, ainda, foi criada a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

O presidente JK em visita a Brasília, 8 de dezembro de 1956.
Arquivo Nacional

Palácio da Alvorada. Brasília, junho de 1958. Arquivo Nacional

O presidente JK nas comemorações do Dia do Trabalho. Brasília, 1º de maio de 1959. Arquivo Nacional

O presidente Juscelino no Rio de
Janeiro, 25 de fevereiro de 1957.
Arquivo Nacional

Arquivo Nacional

Jânio da Silva Quadros

Dados biográficos

Advogado, nascido em Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul, em 25 de janeiro de 1917. Transferiu-se com a família para São Paulo, onde iniciou sua carreira política. Foi vereador (1948-1950) pelo Partido Democrata Cristão (PDC), deputado estadual na mesma legenda (1951-1953), prefeito de São Paulo (1953-1954) pelo PDC e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e governador desse estado (1955-1959). Elegeu-se deputado federal pelo estado do Paraná na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1958, mas não chegou a participar das sessões do Congresso. Foi eleito presidente da República, com o apoio da União Democrática Nacional (UDN), tendo como vice o candidato da oposição João Goulart. Primeiro chefe de Estado a tomar posse em Brasília, em 31 de janeiro de 1961, renunciou ao cargo sete meses depois, abrindo uma grave crise política no país. Candidatou-se ao governo do estado de São Paulo em 1962, mas foi derrotado. Por ocasião do golpe militar de 1964, teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Retornou à vida pública após a anistia, e em 1982 candidatou-se, sem sucesso, ao governo de São Paulo. Em 1985 elegeu-se prefeito de São Paulo pelo PTB. Faleceu na cidade de São Paulo, em 16 de fevereiro de 1992.

Período presidencial

Jânio Quadros assumiu a presidência de um país com cerca de 72 milhões de habitantes. Iniciou seu governo lançando um programa anti-inflacionário, que previa a reforma do sistema cambial, com a desvalorização do cruzeiro em 100% e a redução dos subsídios às importações de produtos como trigo e gasolina. Tratava-se de incentivar as exportações do país, equilibrando a balança de pagamentos. O plano foi aprovado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), credenciando o governo à renegociação da dívida externa brasileira. Internamente, essa política teve um alto custo para a população, implicando, por exemplo, a elevação dos preços do pão e dos transportes.

Em março, Jânio Quadros encaminhou o projeto da lei antitruste e de criação da Comissão Administrativa de Defesa Econômica, vinculada ao Ministério da Justiça, o que foi rejeitado pelo Congresso Nacional. No princípio de agosto, o presidente anunciou a criação da Comissão Nacional de Planejamento e a preparação do Primeiro Plano Quinquenal, que viria substituir o Plano de Metas estabelecido na administração de Juscelino Kubitschek.

A política externa "independente" implementada pelo governo indicava a tentativa de aproximação comercial e cultural com os diversos blocos do mundo pós-guerra, o que provocou a desconfiança de setores e grupos internos que defendiam o alinhamento automático com os Estados Unidos. Repercutiu negativamente, também, a condecoração, por Quadros, do ministro da Economia cubano Ernesto Che Guevara, com a Ordem do Cruzeiro do Sul.

No âmbito interno, o governo experimentava, ainda, a ausência de uma base política de apoio: no Congresso Nacional dominavam o PTB e o PSB, ao mesmo tempo em que Jânio Quadros afastara-se da UDN, enfrentando a oposição cerrada do então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Esses são alguns dos principais fatores que teriam levado à renúncia do presidente em 25 de agosto de 1961,

consumada através de documento apresentado ao Congresso Nacional. Com o vice-presidente João Goulart em viagem à China, esse gesto abriu uma grave crise política, uma vez que a posse de Goulart era vetada por três ministros militares. A solução encontrada pelo Congresso, e aprovada em 2 de setembro de 1961, foi a instauração do regime parlamentarista, que garantiria o mandato de João Goulart até 31 de janeiro de 1966.

Posse de Jânio Quadros. Brasília, 31 de janeiro de 1961. Arquivo Nacional

O Brasil e o mundo

Durante o breve governo de Jânio Quadros, o mundo soube que a Terra era de um “azul muito claro”, palavras do cosmonauta russo Yuri Gagarin, primeiro homem a viajar no espaço. No mês de abril, o carrasco nazista Adolf Eichman foi condenado à forca por um tribunal israelense, enquanto fracassava o ataque anticastrista apoiado pelo governo norte-americano à baía dos Porcos, em Cuba. Em agosto foi erguido, pela Alemanha Oriental, o muro de Berlim. No Brasil, o presidente Jânio Quadros emitiu proibições contra o lança-perfume e o uso de biquínis nas praias do Rio de Janeiro.

Jânio Quadros a bordo do “Expresso da Vitória” distribuindo vassourinhas, símbolo de sua campanha presidencial. Rio Grande do Sul, 1960. Arquivo Nacional

Comício de Jânio Quadros em Limoeiro. Ceará, junho de 1960. Arquivo Nacional

Jânio Quadros condecora Ernesto Che Guevara. Brasília, 21 de agosto de 1961. Arquivo Nacional

Arquivo Nacional

Pascoal Ranieri Mazzilli

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de Caconde, estado de São Paulo, em 27 de abril de 1910. Foi diretor do Tesouro Público Nacional (1942), secretário-geral de Finanças da Prefeitura do Distrito Federal (1946), diretor da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro (1947) e do banco da Prefeitura do Distrito Federal (1948). Eleito deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD) de São Paulo (1951-1966), foi presidente da Câmara dos Deputados (1959-1965) e, nessa condição, assumiu por diversas vezes a presidência da República, em especial em 1961 e 1964. Com a extinção dos partidos políticos e a instalação do bipartidarismo pelo ato institucional nº 2 (1965), ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e candidatou-se, sem sucesso, a uma cadeira na Câmara dos Deputados em 1966. Faleceu em São Paulo, em 21 de abril de 1975.

Período presidencial

Na qualidade de presidente da Câmara dos Deputados, conforme previa a Constituição vigente, Ranieri Mazzilli assumiu a presidência da República em 25 de agosto de 1961, em virtude da renúncia de

Jânio Quadros e da ausência do vice-presidente João Goulart, que se encontrava em missão na China. Nessa ocasião, os ministros militares do governo Jânio – general Odílio Denys, da Guerra; brigadeiro Grün Moss, da Aeronáutica; e almirante Sílvio Heck, da Marinha – formaram uma junta militar que tentou impedir, sem sucesso, a posse de João Goulart, abrindo-se uma grave crise político-militar no país. A solução para o impasse foi a aprovação pelo Congresso, em 2 de setembro, de uma emenda à Carta de 1946, instaurando o regime parlamentarista de governo. João Goulart assumiu, então, a presidência em 7 de setembro de 1961.

Estudantes da Escola Nacional de Engenharia instalam uma "rádio legalidade" no terraço da escola, no largo de S. Francisco. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1961. Arquivo Nacional

Polícia dispersa manifestantes pró-legalidade na Cinelândia. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1961.
Arquivo Nacional

Arquivo Nacional

João Belchior Marques Goulart

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de São Borja, estado do Rio Grande do Sul, em 1º de março de 1918. Iniciou sua atividade política no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo sido fundador desta agremiação em São Borja (1946) e presidente do diretório do Rio Grande do Sul (1950-1954). Elegeu-se deputado estadual (1946-1950) e deputado federal (1951), licenciando-se do mandato para assumir a Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul (1951-1952). Foi deputado federal pelo PTB-RS (1952-1953), ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do governo de Getúlio Vargas (1953-1954) e presidente nacional do PTB (1952-1964). Candidatou-se ao Senado em 1954, mas foi derrotado. Foi vice-presidente da República no governo Juscelino Kubitschek e, por força de dispositivo constitucional, presidente do Senado (1956-1961). Em 1960 reelegeu-se vice-presidente, na chapa de oposição ao candidato udenista Jânio Quadros. Com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, João Goulart, ou Jango, como era conhecido, foi empossado na presidência da República, em 7 de setembro, após a aprovação pelo Congresso da emenda constitucional que instaurou o regime parlamentarista de governo. Em janeiro de

1963, com a realização do plebiscito que decidiu pela volta do regime presidencialista, Goulart assumiu plenamente os poderes de presidente. Deposto pelo golpe militar de 1964, exilou-se no Uruguai. Faleceu no exílio, no município argentino de Mercedes, em 6 de dezembro de 1976.

Período presidencial

O presidente João Goulart assumiu a presidência do país sob regime parlamentarista, tendo como primeiro-ministro Tancredo Neves. O primeiro gabinete parlamentarista foi formado no dia 8 de setembro de 1961 e reunia representantes da maior parte dos partidos políticos. Durante esse período, formaram-se ainda os gabinetes Francisco de Paula Brochado da Rocha e Hermes Lima. Em 6 de janeiro de 1963, em plebiscito antecipado, 11.500.000 dos 18 milhões de eleitores compareceram à votação, confirmando a opção pelo presidencialismo por larga margem de votos. Formou-se, então, um novo ministério.

João Goulart manteve uma política externa independente perante a polarização mundial: em 23 de novembro de 1961 reatou relações diplomáticas com a URSS, rompidas no governo Dutra; manifestou-se contrário às sanções impostas ao governo cubano e recusou-se a apoiar a invasão a Cuba, proposta pelo presidente Kennedy. Ao mesmo tempo, tornou explícita sua crítica ao regime político cubano e atuou, a pedido dos Estados Unidos, como mediador junto a Havana, externando a preocupação brasileira com a instalação de mísseis soviéticos na ilha. Em dezembro de 1962, destacou-se a criação do Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental (COLESTE) e o decreto que estabeleceu medidas para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), organização nascida com o Tratado de Montevidéu em 1960.

Ainda em dezembro de 1962, foi divulgado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Elaborado por Celso Furtado, futuro ministro Extraordinário para Assuntos de Desenvolvimento

Econômico, o plano seria adotado e conduzido pelo ministro da Fazenda San Tiago Dantas. Seu principal objetivo era a contenção da inflação aliada ao crescimento real da economia, prevendo também as chamadas reformas de base, já anunciadas no regime parlamentarista e que incidiam sobre as estruturas agrária, bancária, fiscal, entre outras. Durante esses anos de governo, as reformas e os reajustes salariais e a estabilização da economia, com o controle da inflação, foram os dois polos de conflito da política econômica e da tentativa de implementação do Plano Trienal. Às pressões externas, do governo americano e do Fundo Monetário Internacional (FMI), condicionando os empréstimos externos à adoção de medidas restritivas ao crescimento, correspondiam as reivindicações populares e dos setores da esquerda brasileira.

Em 1963, o ministro San Tiago Dantas visitou Washington, e discutiu um plano de ajuda para o Brasil e a renegociação da dívida externa. O resultado foi o empréstimo de 398 milhões de dólares, com a imediata liberação de 84 milhões, ficando o restante vinculado à realização das reformas econômicas exigidas. A falência do Plano Trienal, evidenciada com os altos índices inflacionários, levou ao anúncio de mais um plano de estabilização e combate à inflação, em outubro de 1963, quando o Banco do Brasil foi autorizado a emitir letras para captação de recursos internos. Em dezembro desse ano, o presidente Goulart aprovou a previdência social para os trabalhadores rurais, a obrigatoriedade das empresas com mais de cem empregados proporcionarem ensino gratuito, e o 13º salário para o funcionalismo público, instituindo, ainda, a escala móvel para o reajuste dos vencimentos. Outros atos importantes nesse mês foram a revisão de todas as concessões governamentais das jazidas minerais, assim como o cancelamento das concessões não exploradas no curso dos vinte anos anteriores. O governo também taxou os óleos lubrificantes vendidos por empresas estrangeiras e outorgou à Petrobras o monopólio das importações de petróleo. A reforma fiscal empreendida nesse período teve como objetivo deter a alta dos preços.

Em 1964, em meio às tensões sociais e à pressão externa, precipitaram-se os acontecimentos. Em 13 de março, o presidente discursou na Central do Brasil para 150 mil pessoas, anunciando reformas como a encampação de refinarias particulares de petróleo. Em 19 de março, realizou-se, no Rio de Janeiro, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada pela Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) e a Sociedade Rural Brasileira (SBR), entre outras entidades. A marcha tinha como objetivo mobilizar a opinião pública contra a política desenvolvida pelo governo de Jango, que conduziria, de acordo com seus opositores, à implantação do comunismo no Brasil. Em 25 de março ocorreu a Revolta dos Marinheiros, quando marinheiros e fuzileiros navais contrariaram ordens do ministro da Marinha e foram, posteriormente, anistiados por Goulart, acirrando as tensões entre seu governo e os setores militares. No dia 30 de março, o presidente compareceu a uma reunião de sargentos, discursando em prol das reformas pretendidas pelo governo e invocando o apoio das forças armadas. Em 31 de março de 1964, o comandante da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais, iniciou a movimentação de tropas em direção ao Rio de Janeiro. A despeito de algumas tentativas de resistência, o presidente Goulart reconheceu a impossibilidade de oposição ao movimento militar que o destituiu. O novo governo foi reconhecido pelo presidente norte-americano, Lyndon Johnson, poucas horas após tomar o poder.

O Brasil e o mundo

Em 1961, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com Cuba, enquanto Fidel Castro anunciava seu alinhamento com o bloco socialista. No Brasil, empresários fundaram, em novembro daquele ano, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), que se tornaria um centro de oposição ao governo Goulart. No ano seguinte, a Seleção Brasileira conquistou o bicampeonato mundial de futebol e o filme *O pagador de promessas*, de Anselmo Duarte, recebeu a Palma de Ouro no

Festival de Cannes, na França. Em agosto de 1962, o território do Acre foi elevado à condição de estado. Em 1963, uma multidão assistiu ao assassinato do presidente norte-americano John Kennedy, em Dallas, Estados Unidos. Ainda em 1963, chegou às telas o filme *Vidas secas*, de Nelson Pereira dos Santos, baseado no romance homônimo de Graciliano Ramos, e Paulo Freire desenvolveu no Nordeste o método de alfabetização em massa que o notabilizou como educador.

O presidente João Goulart no Rio Grande do Sul, novembro de 1961. Arquivo Nacional

Os presidentes John Kennedy e João Goulart. Estados Unidos, 14 de outubro de 1962. Arquivo Nacional

Comício na Central do Brasil. Rio de Janeiro, 13 de março de 1964. Arquivo Nacional

Reunião na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, após a prisão de seus diretores e a eclosão da Revolta dos Marinheiros. Rio de Janeiro, 26 de março de 1964. Arquivo Nacional

Pascoal Ranieri Mazzilli

Período presidencial

Em 2 de abril de 1964, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu, mais uma vez, a presidência da República, por ocasião do golpe político-militar que depôs o presidente João Goulart. Apesar disso, o poder de fato passou a ser exercido por uma junta, autodenominada Comando Supremo da Revolução, composta pelo general Artur da Costa e Silva, almirante Augusto Rademaker Grünewald e brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. O regime instaurado com o golpe de 1964 apresentava-se como uma intervenção militar de caráter provisório, que pretendia reinstaurar a ordem social e retomar o crescimento econômico, contendo o avanço do comunismo e da corrupção.

No dia 9 de abril, o Comando Supremo baixou o ato institucional nº 1 (AI-1). Redigido pelo jurista Francisco Campos, o ato estabelecia: eleições indiretas para presidente da República; suspensão temporária da estabilidade dos funcionários públicos; suspensão da imunidade parlamentar e cassação de mandatos eletivos; suspensão dos direitos políticos por dez anos; fortalecimento do poder do presidente da República, que poderia apresentar projetos de lei e emendas

constitucionais que deveriam ser votadas em trinta dias, do contrário seriam aprovadas por decurso de prazo; e decretação do estado de sítio sem aprovação parlamentar.

Após o golpe, iniciaram-se as perseguições políticas, com a queima do prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), o empastelamento da sede do jornal *Útima Hora*, que apoiava João Goulart, e a intervenção em sindicatos e federações de trabalhadores. Ainda no mês de abril, soldados invadiram a Universidade de Brasília, prendendo professores e alunos, e foi decretada a intervenção na universidade; cerca de cem pessoas tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos com base no AI-1; oficiais militares foram transferidos para a reserva; e efetuaram-se novas cassações de civis e militares. No mesmo mês, instaurou-se o Inquérito Policial Militar (IPM), que possibilitava a perseguição aos adversários do regime.

Obedecendo ao calendário eleitoral estipulado pelo AI-1, no dia 11 de abril o Congresso elegeu o marechal Castelo Branco como presidente da República e José Maria Alkmin, do Partido Social Democrático (PSD), como vice-presidente. Em 15 de abril de 1964, com a posse de Castelo Branco, iniciou-se uma longa sucessão de governos militares no país.

Ao centro, o presidente Mazzilli.
Brasília, 4 de abril de 1964.
Arquivo Nacional

Arquivo Nacional

Humberto de Alencar Castelo Branco

marechal

Dados biográficos

Militar, nascido na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, em 20 de setembro de 1897. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada, na Escola de Estado-Maior e na Escola de Aviação Militar. Integrou a Seção de Planejamento e Operações da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Foi subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), comandante da Escola de Estado-Maior e diretor do departamento de estudos da Escola Superior de Guerra (ESG). Promovido a general-de-exército (1962), foi nomeado comandante do IV Exército, em Recife (1962-1963), e designado chefe do Estado-Maior do Exército (1963-1964). Foi um dos principais articuladores do golpe militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart. Através de eleição indireta passou a exercer o cargo de presidente da República em 15 de abril de 1964. Faleceu no Ceará, em 18 de julho de 1967, em acidente aéreo.

Período presidencial

O governo de Castelo Branco foi marcado pela criação de um aparato legal que procurou legitimar o progressivo endurecimento do regime. As sucessivas manifestações de oposição ao governo resultaram em intervenção em sindicatos, extinção de entidades de representação estudantis, invasão de universidades, detenções e prisões indiscriminadas. Para muitos, a saída foi o exílio. Uma das primeiras medidas do governo foi o rompimento de relações diplomáticas com Cuba, assinalando a mudança de orientação da política externa brasileira, que passaria a buscar apoio econômico, político e militar nos Estados Unidos.

Em junho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão encarregado das atividades de informação e contra-informação no interesse da segurança nacional. Em julho, foi aprovada a emenda constitucional nº 9, que prorrogou o mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967. Mantida a eleição direta para governador de estado em 3 de outubro de 1965, a oposição venceu na Guanabara e Minas Gerais, provocando uma reação do governo.

Novos atos institucionais foram promulgados, ampliando os poderes do Executivo: o AI-2, em 27 de outubro de 1965, que instituiu eleições indiretas para a presidência e vice-presidência da República, a extinção dos partidos políticos e o julgamento de civis por tribunais militares; o ato complementar nº 4 (AC-4), de 20 de novembro de 1965, que estabeleceu novas regras para a reorganização partidária e impôs a formação de somente duas agremiações, que foram organizadas no prazo previsto, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição; o AI-3, de 5 de fevereiro de 1966, que determinava eleições indiretas para o governo dos estados e a indicação dos prefeitos das capitais pelos governadores; e o AI-4, de 7 de dezembro de 1966, que convocava o Congresso Nacional para votar a nova Constituição, promulgada em 24 de janeiro de 1967.

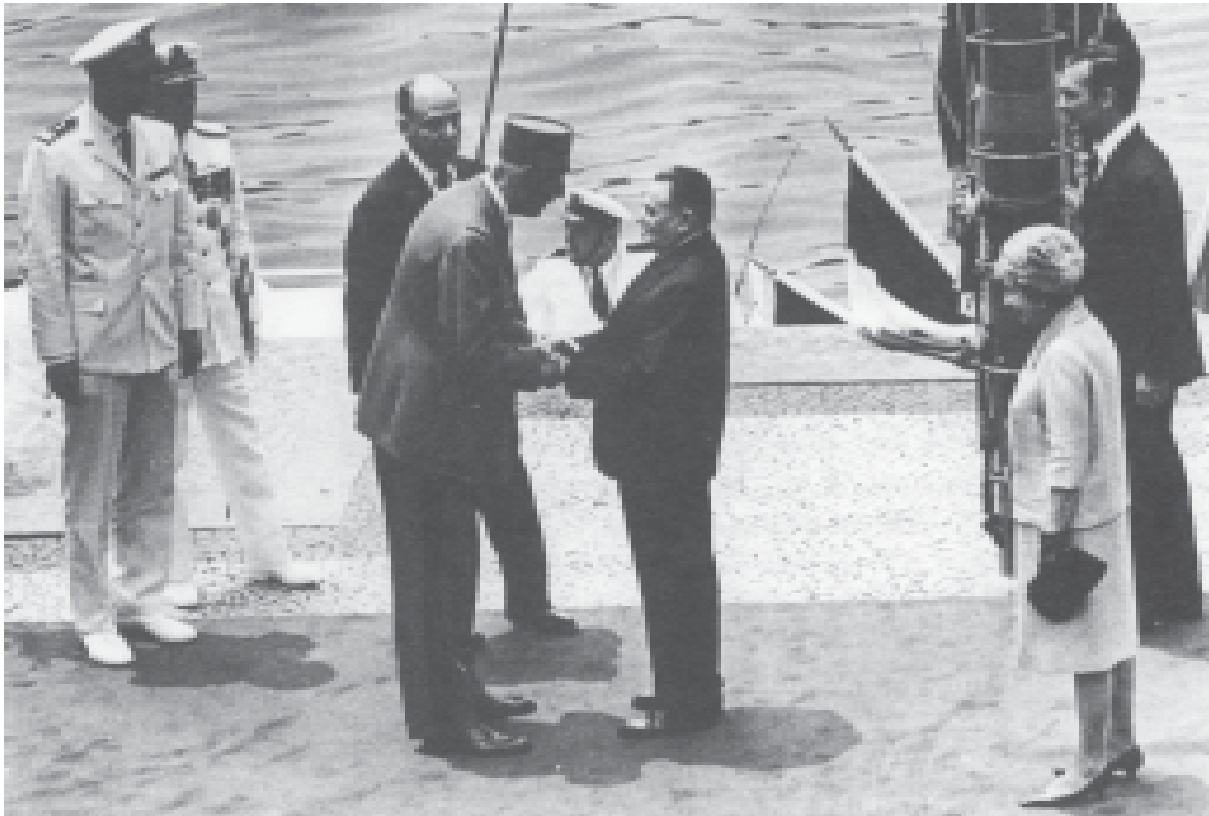
Na área econômica, foi implementado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), com o objetivo de conter a inflação, retomar o crescimento econômico e normalizar o crédito. Em 1964, destacaram-se a criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central. Nesse mesmo ano, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), com o objetivo de promover a construção e a aquisição de moradias pelas classes de menor renda. Em setembro de 1966, o governo instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que substituiu a estabilidade do trabalhador no emprego, e em novembro, unificou os institutos de aposentadoria e pensões, criando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Em janeiro de 1967 entrou em vigor a nova Constituição federal, que seria duramente criticada nos meios políticos e praticamente derrogada, em dezembro de 1968, pelo ato institucional nº 5. Em fevereiro de 1967 foi baixado o decreto que autorizou a entrada em circulação do cruzeiro novo, a nova unidade monetária e, em março, entraram em vigor duas importantes leis que definiram os limites do novo regime: a Lei de Imprensa, que restringia a liberdade de expressão, e a Lei de Segurança Nacional, que definiu os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social.

O Brasil e o mundo

O ano de 1964 foi marcado, nos Estados Unidos, pela premiação de Martin Luther King com o Nobel da Paz; a inglesa Mary Quant lançou a minissaia e os Beatles, o seu primeiro filme; no Brasil, era inaugurado o Aterro do Flamengo e estreava o show *Opinião*. Em 1965, os conflitos raciais intensificaram-se nos Estados Unidos, especialmente em Los Angeles; Malcom X e o reverendo James Reeb foram assassinados. Houve o primeiro bombardeio americano ao Vietnam do Norte e manifestações estudantis contrárias, em Washington. Na corrida espacial, a União Soviética lançou a *Voskhod II* e os Estados Unidos a *Gemini IV*. Uma força interamericana invadiu a República Dominicana

e sufocou um levante popular. No Brasil, era fundada a Rede Globo de Televisão; intelectuais foram presos durante conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA) e foi lançada a *Revista Civilização Brasileira*. Na China, em 1966, Mao Tsé-Tung dava início à Revolução Cultural. No Brasil, realizavam-se os festivais de música popular pela TV Excelsior e TV Record, onde foi lançado o programa

Castelo Branco recebe o presidente francês Charles De Gaulle no cais do Arsenal de Marinha. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1964.
Arquivo Nacional

Jovem guarda, foi fundado o Teatro Casa Grande e a seleção brasileira eliminada da Copa do Mundo na Inglaterra. No início de 1967, três astronautas americanos da *Apollo I* morreram em exercício na plataforma de lançamento de Cabo Kennedy e, no Brasil, o escritor brasileiro Antônio Callado lançou *Quarup*.

O presidente Castelo Branco com os operários da Cidade Universitária. Rio de Janeiro, março de 1965. Arquivo Nacional

Arquivo Nacional

Artur da Costa e Silva
marechal

Dados biográficos

Militar, nascido na cidade de Taquari, estado do Rio Grande do Sul, em 3 de outubro de 1899. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada e na Escola de Estado-Maior do Exército. Integrou o movimento tenentista (1922), tendo sido preso e anistiado. Em 1932 aliou-se às forças que lutaram contra a revolução constitucionalista de São Paulo. Foi adido militar junto à embaixada do Brasil na Argentina (1950-1952). Promovido a general-de-divisão (1961), assumiu o comando do IV Exército, em Recife (1961-1962). Foi um dos principais articuladores do golpe militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart, e integrou o Comando Supremo da Revolução, ao lado do brigadeiro Correia de Melo e do almirante Augusto Rademaker. Ministro da Guerra durante o governo Castelo Branco (1964-1966), desincompatibilizou-se do cargo para candidatar-se às eleições indiretas na legenda da Arena. Em 3 de outubro de 1966, Costa e Silva e Pedro Aleixo foram eleito, respectivamente, presidente e vice-presidente pelo Congresso Nacional, com a abstenção de toda

a bancada do MDB, partido oposicionista. Em 15 de março de 1967 foi empossado na presidência, e em agosto de 1969 afastou-se do cargo em virtude de uma trombose cerebral, sendo substituído por uma junta militar. Faleceu no Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1969.

Período presidencial

Os dois primeiros anos do governo Costa e Silva foram de intensa atividade política, pois crescia o movimento de oposição ao regime militar. O Partido Comunista Brasileiro, reunido em seu VI Congresso, condenou a opção pela luta armada como forma de combate ao governo, dando origem a várias dissidências na esquerda brasileira. Em 1967 foi descoberto o foco de guerrilha rural na serra de Caparaó, Minas Gerais.

Políticos de diferentes tendências formaram a Frente Ampla, sob a liderança de Carlos Lacerda e com o apoio de Juscelino Kubitschek e João Goulart. De caráter oposicionista, a Frente Ampla propunha a luta pela redemocratização, anistia, eleições diretas para presidente e uma nova constituinte. O ano de 1968 foi marcado pela intensificação dos protestos e a imediata reação do governo. As manifestações estudantis, que denunciavam a falta de verbas para educação e se opunham ao projeto de privatização do ensino público, ganharam nova dimensão com a morte do estudante secundarista Edson Luís, em conflito com a Polícia Militar no Rio de Janeiro. Em resposta, houve uma greve estudantil nacional, comícios e manifestações urbanas com a participação de amplos setores da sociedade, cujo ponto alto foi a Passeata dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro. O ambiente político tornou-se ainda mais tenso, e em abril o governo proibiu a Frente Ampla, tornando ilegal suas reuniões, manifestações e publicações.

No movimento trabalhista ocorreram duas importantes greves, em Contagem (MG) e Osasco (SP), com a intervenção do governo no sindicato dos metalúrgicos desta cidade. Em outubro, a União Nacional dos Estudantes (UNE) realizou um congresso clandestino em Ibiúna

(SP), que, descoberto, resultou na prisão dos líderes estudantis. Ocorreram as primeiras ações da guerrilha urbana em São Paulo, com a explosão de uma bomba no consulado americano, o assalto a um trem pagador em Jundiaí e o roubo de armas do hospital militar do Cambuci.

Em setembro, o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, discursou na Câmara dos Deputados, responsabilizando os militares pelas violências praticadas contra os estudantes. Seu pronunciamento foi considerado ofensivo às forças armadas e resultou no pedido de cassação de seu mandato pelo governo, negado pela Câmara dos Deputados em 13 de dezembro de 1968. A derrota do governo no episódio Moreira Alves e a intensificação das manifestações contra o regime militar levaram à promulgação, ainda em 13 de dezembro, do

Manifestação estudantil em frente ao Superior Tribunal Militar. Rio de Janeiro, 4 de julho de 1968. Arquivo Nacional

ato institucional nº 5 (AI-5), que ampliou os poderes presidenciais, possibilitando: o fechamento do Legislativo pelo presidente da República, a suspensão dos direitos políticos e garantias constitucionais, a intervenção federal em estados e municípios, a demissão e aposentadoria de funcionários públicos, entre outras medidas. O fechamento do Congresso foi acompanhado pela cassação de diversos parlamentares.

Na área econômica, o período foi de crescimento, conciliando expansão industrial, facilidade de crédito, política salarial contencionista e controle da inflação em torno de 23% ao ano. No campo administrativo, o governo criou, em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e transformou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em Fundação Nacional do Índio (Funai). Foram criadas ainda a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM).

O Brasil e o mundo

No ano de 1967, árabes e israelenses iniciaram a Guerra dos Seis Dias; Che Guevara foi morto na Bolívia, onde comandava a guerrilha contra o governo Barrientos; o governo americano intensificou a ajuda militar aos sul-vietnamitas; foi realizado o primeiro transplante de coração, na África do Sul; o rei grego Constantino foi deposto por golpe militar; Glauber Rocha lançou o filme *Terra em transe* e Plínio Marcos estreou duas peças teatrais: *Dois perdidos numa noite suja* e *Navalha na carne*. Em 1968, o mundo foi varrido por uma intensa mobilização popular e uma onda de manifestações que questionavam a ordem política vigente. Nos Estados Unidos, Martin Luther King e Robert Kennedy foram assassinados; estudantes franceses iniciaram uma rebelião que foi acompanhada por milhões de trabalhadores; em Portugal, Oliveira Salazar, afastado do governo por questões de saúde, foi substituído por Marcelo Caetano; um golpe militar depôs o presidente peruano Belaúnde Terry; tanques soviéticos invadiram a Tchecoslováquia,

sufocando o processo de reformas conhecido como "Primavera de Praga". No Brasil, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) depredou o Teatro Ruth Escobar, em São Paulo, e agrediu o elenco da peça *Roda viva*; foi lançada a revista *Veja* e um novo filme de Glauber Rocha, *O dragão da maldade contra o santo guerreiro*. Em 1969, Yasser Arafat tornou-se o líder da OLP; o presidente De Gaulle renunciou na França, sendo substituído por Georges Pompidou; o presidente Nixon iniciou a retirada dos soldados americanos do Vietnam; o Festival de Woodstock reuniu cerca de 500 mil jovens; Neil Armstrong, astronauta americano da *Apollo XI*, pisou pela primeira vez na Lua; católicos e protestantes entram em choque na Irlanda do Norte; fracassou a tentativa de golpe no Chile; e, na Líbia, o coronel Khadafi derrubou a monarquia. No Brasil, o capitão do Exército Carlos Lamarca desertava para integrar a organização de esquerda Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foi lançado o semanário *O Pasquim* e o musical *Hair* estreava.

Costa e Silva em solenidade comemorativa do Dia da Vitória, no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, s.d. Arquivo Nacional

Arquivo Nacional

Junta militar

Em 30 de agosto de 1969, Artur da Costa e Silva foi afastado da presidência da República, em virtude de uma trombose cerebral. Como o Alto Comando das Forças Armadas temesse a reabertura do Congresso e a suspensão dos atos institucionais em vigor, foi editado em 31 de agosto o ato institucional nº 12 (AI-12), que impedia a posse do vice-presidente Pedro Aleixo, sucessor natural de Costa e Silva, e dava posse à junta militar composta pelos ministros Augusto Hamann Rademaker Grünewald, da Marinha, Aurélio de Lira Tavares, do Exército, e Márcio de Sousa e Melo, da Aeronáutica.

O Congresso manteve-se fechado e a situação política foi agravada com o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick por militantes das organizações clandestinas Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), no Rio de Janeiro, em 4 de setembro de 1969. As condições impostas pelos sequestradores para libertar o embaixador foram aceitas pelo governo e 15 presos políticos, libertados e conduzidos para o México. O governo intensificou as medidas repressivas e editou o AI-13 e o AI-14. O primeiro ato estabeleceu a pena de banimento em caso de ameaça à segurança do Estado, e o segundo instituiu a pena de morte e a prisão perpétua para os casos de guerra revolucionária ou subversiva.

Em outubro, a junta editou o AI-16, que declarava extinto o mandato do presidente Costa e Silva e de seu vice Pedro Aleixo, estabelecendo, ainda, um calendário para a nova eleição presidencial. O AI-17 transferiu para a reserva os militares considerados ameaçadores à coesão das forças armadas, o que foi interpretado como um golpe naqueles que resistiam à indicação do general Emílio Garrastazu Médici à presidência da República. A junta editou também a emenda constitucional nº 1, que incorporava à Carta de 1967 o AI-5 e os atos que lhe sucederam, organizando assim todo o aparato repressivo e punitivo do Estado, e acirrando o embate entre o governo e os movimentos de esquerda. Em 22 de outubro, o Congresso Nacional foi reaberto para eleger os novos presidente e vice-presidente, Garrastazu Médici e Rademaker Grünewald, respectivamente.

Dados biográficos

Augusto Hamann Rademaker Grünewald, almirante. Militar, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1905. Participou do movimento político-militar que depôs o presidente João Goulart. Integrou, ao lado do general Costa e Silva e do brigadeiro Correia de Melo, a junta militar autodenominada Comando Supremo da Revolução que, juntamente com o presidente interino Ranieri Mazzili, governou o país até a posse de Castelo Branco. Foi ministro da Marinha e da Viação e Obras Públicas, nos primeiros dias do governo de Castelo Branco. Com a posse de Costa e Silva na presidência da República, reassumiu o cargo de ministro da Marinha (1967-1969). Através de eleição indireta, em 30 de outubro de 1969 passou a exercer o cargo de vice-presidente da República no governo de Emílio Garrastazu Médici. Faleceu no Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1985.

Márcio de Sousa e Melo, brigadeiro. Militar, nascido na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, em 26 de maio de 1906. Foi adido militar em Buenos Aires e em Montevidéu. Nomeado ministro da Aeronáutica em 1964, permaneceu apenas 22 dias no cargo,

exonerando-se por divergências com o presidente Castelo Branco. Foi novamente ministro da Aeronáutica durante os governos Costa e Silva e Garrastazu Médici, exonerando-se do cargo em 26 de novembro de 1971. Faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1991.

Aurélio de Lira Tavares, general. Militar, nascido na cidade de Paraíba, atual João Pessoa, no estado da Paraíba, em 7 de novembro de 1905. Serviu no Estado-Maior do Exército (1943), tendo sido encarregado de organizar a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Durante o governo Castelo Branco foi comandante do IV Exército; em 1966, passou a comandar a Escola Superior de Guerra (ESG) e, durante o governo Costa e Silva, assumiu o Ministério do Exército (1967-1969). Em abril de 1970 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras e, em junho, foi nomeado embaixador do Brasil na França, cargo que ocupou até dezembro de 1974. Faleceu em 18 de novembro de 1998.

Rua Euclides Figueiredo, em Botafogo, onde foi encontrado o carro do embaixador americano Charles Elbrick, sequestrado por militantes das organizações clandestinas ALN e MR-8. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1969. Arquivo Nacional

Emílio Garrastazu Médici
general

Dados biográficos

Militar, nascido na cidade de Bagé, estado do Rio Grande do Sul, em 4 de dezembro de 1905. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada. Tenente do 12º Regimento de Cavalaria, em Bagé, apoiou a Revolução de 1930 e, em 1932, aliou-se às forças que lutaram contra a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, apoiou o golpe de 1964 que depôs o presidente João Goulart. Nomeado adido militar em Washington, exerceu também a função de delegado brasileiro na Junta Interamericana de Defesa Brasil-Estados Unidos. Foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1967 e comandante do III Exército, no Rio Grande do Sul, em 1969. Com o afastamento de Costa e Silva, teve seu nome indicado pelo Alto Comando do Exército à sucessão presidencial. Através de eleição indireta, passou a exercer o cargo de presidente da República em 30 de outubro de 1969. Faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1985.

Período presidencial

Com a posse do presidente Médici, entrou em vigor a emenda constitucional nº 1, que se denominou "Constituição da República Federativa do Brasil" e incorporou as medidas de exceção previstas no ato institucional nº 5 (AI-5). O período foi marcado pelo recrudescimento da repressão política, da censura aos meios de comunicação e pelas denúncias de tortura aos presos políticos. A esquerda intensificou sua ação, com várias organizações optando pela luta armada. Durante o governo Médici, foram combatidos dois focos de guerrilha rural: Ribeira, em São Paulo, e Araguaia, no Pará. Verificou-se também a intensificação da guerrilha urbana, com assaltos a bancos, sequestro de aviões e de diplomatas estrangeiros. Em resposta à radicalização das organizações armadas de esquerda, o governo transferiu o comando das operações repressivas para a recém-criada Operação Bandeirantes (Oban), em São Paulo, que passou a se chamar Comando de Operações de Defesa Interna (CODI) e coordenava as atividades dos Departamentos de Operações e Informações (DOIs). O aparato repressivo do governo contava, ainda, com os centros de informação das forças armadas: o Ciex, do Exército, o Cenimar, da Marinha, e o Cisa, da Aeronáutica. Nesse período, assistiu-se à desestruturação das organizações de esquerda, com a prisão, exílio ou morte de seus principais líderes.

Na área econômica, numa conjuntura internacional favorável, observou-se o chamado "milagre brasileiro", que consistiu na grande expansão da economia brasileira, expressa no vertiginoso crescimento do PIB, na estabilização dos índices inflacionários, na expansão da indústria, do emprego e do mercado interno. Em outubro de 1970, o Brasil obteve do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o maior empréstimo até então concedido a um país da América Latina. Ainda em 1970, ampliou-se o limite do mar territorial brasileiro para duzentas milhas. Nesse mesmo ano foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), lançado oficialmente o

Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e o Programa de Metas e Bases para Ação do Governo, que coordenava cerca de duzentos projetos tidos como prioritários para a política de desenvolvimento. Foi institucionalizado o Projeto Rondon, decretado o Estatuto do Índio e lançado o Plano de Integração Nacional, que previa a construção das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Manaus-Porto Velho.

Em 1972 foi inaugurada a refinaria de petróleo de Paulínia, em São Paulo, a maior do país e, em 1973, o Brasil assinou dois importantes acordos: com a Bolívia, para a construção de um gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e Paulínia, e com o Paraguai, para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. No ano seguinte, foi inaugurada a maior usina hidrelétrica da América do Sul, na Ilha Solteira, e a ponte Presidente Costa e Silva, ligando o Rio de Janeiro a Niterói.

O Brasil e o mundo

O final do ano de 1969 foi marcado pela morte do líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN), o ex-deputado federal Carlos Marighela, em São Paulo. Em 1970 a minoria branca declarou a independência da Rodésia; os Beatles anunciaram o fim do grupo; o Chile elegeu seu novo presidente, Salvador Allende; 43 países assinaram o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares; e a seleção brasileira de futebol tornou-se tricampeã na Copa do Mundo realizada no México, trazendo definitivamente para o país a Taça Jules Rimet. Em 1971, a Organização das Nações Unidas expulsou Taiwan, reconhecendo a República Popular da China; Líbia, Egito e Síria formaram a Federação das Repúblicas Árabes; o governo chileno nacionalizou os bancos privados e as empresas estrangeiras que exploravam o cobre. No Brasil, Carlos Lamarca foi morto no interior da Bahia; no cinema surgiu o gênero pornochanchada e, na literatura, Érico Veríssimo lançava *Incidente em Antares*. Em 1972, os presidentes do Equador, José Maria Velasco Ibarra, e de Honduras, Ramón Ernes Cruz, foram depostos; Juan Domingo Perón retornou à Argentina, depois de 17 anos no exílio;

Richard Nixon visitou a China, cujas relações diplomáticas com os EUA estavam rompidas desde 1949. Ainda em 1972, o mundo ficou abalado com dois graves acontecimentos: o uso de bombas de napalm contra os vietcongs e a ação terrorista da organização Setembro Negro contra a delegação israelense nas Olimpíadas de Munique. No Brasil, era lançado mais um semanário de oposição, o *Opinião*, estreava a primeira novela em cores, *O bem amado*, de Dias Gomes, na TV Globo; e morria a atriz Leila Diniz, em acidente de aviação. Em 1973, encerrou-se oficialmente a guerra do Vietnã, mas o cessar-fogo não foi obedecido; o presidente chileno Salvador Allende foi morto durante golpe militar; a Argentina elegeu Perón e Isabelita, sua esposa, presidente e vice-presidente da República; árabes e israelenses iniciaram a guerra do Yom Kippur; na Grécia, Papadopoulos proclamou a República mas foi derrubado por golpe militar. No Brasil, ocorreu o I Festival de Cinema de Gramado; Gianfrancesco Guarnieri escreveu *Um grito parado no ar* e Leon Hirzman adaptou para o cinema *São Bernardo*, de Graciliano Ramos. Em janeiro de 1974, teve início no país a censura prévia de rádio e televisão.

Cena do filme Macunaíma, de Joaquim Pedro de Andrade, 1971. Arquivo Nacional

O presidente Médici e o ministro Mário
Andreazza em visita à rodovia
Transamazônica, abril de 1972.
Arquivo Nacional

Ernesto Geisel
general

Dados biográficos

Militar, nascido na cidade de Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, em 3 de agosto de 1908. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada e na Escola de Estado-Maior. Apoiou a Revolução de 1930 e em 1932 aliou-se às forças que lutaram contra a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Foi secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional (1946-1947), adido militar junto à embaixada do Brasil no Uruguai (1947-1950), adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas (1950-1952), subchefe do Gabinete Militar no governo Café Filho (1955), chefe da Seção de Informações do Estado-Maior do Exército (1957-1961), cargo que acumulou com o de representante do Ministério da Guerra no Conselho Nacional do Petróleo, e chefe do Gabinete Militar do presidente Ranieri Mazzilli (1961). Participou do movimento político-militar que originou o golpe de 1964, tendo sido nomeado chefe do Gabinete Militar do presidente Castelo Branco (1964-1967). Promovido a general-de-exército em 1966, foi ministro do Supremo Tribunal Militar (1967-1969) e

presidente da Petrobras (1969-1973). Através de eleição indireta passou a exercer o cargo de presidente da República em 15 de março de 1974. Em junho de 1980 tornou-se presidente da Norquisa-Nordeste e, nessa qualidade, do Conselho de Administração da Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene). Faleceu no Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1996.

Período presidencial

O governo Geisel foi marcado, desde seu início, pelo processo denominado pelo próprio presidente como de *distensão lenta*, *gradual e segura*, com vistas à reimplantação do sistema democrático no país. O binômio desenvolvimento e segurança, formulado pela ESG, foi mantido durante seu governo, caracterizado pela convivência entre uma política de tendência liberalizante e a atuação dos órgãos de segurança implantados após o golpe militar de 1964.

Em 1974, o governo permitiu a realização de propaganda eleitoral, proibida desde a edição do AI-5, e os candidatos do MDB à Câmara dos Deputados e ao Senado obtiveram uma expressiva vitória nos principais estados do país, aumentando consideravelmente a bancada oposicionista nas duas casas. No início desse ano havia expirado o prazo de suspensão dos direitos políticos dos primeiros cassados pelo AI-1, como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros e, em 1975, teve fim a censura prévia ao jornal *O Estado de S. Paulo*, medida estendida mais tarde a outros órgãos da imprensa.

As iniciativas liberalizantes não evitaram, entretanto, os recuos autoritários do governo, registrando-se, durante todo o período Geisel, a repressão às organizações clandestinas e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a utilização, em diversas ocasiões, do AI-5. A morte por enforcamento do jornalista Vladimir Herzog, ainda em 1975, nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, resultou em manifestações políticas contra o governo e evidenciou a existência de divergências com os setores militares contestadores da política de distensão. No

ano seguinte, a morte do operário Manuel Fiel Filho, no mesmo local e nas mesmas condições, levaria à exoneração do comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Melo, e ao confronto entre o governo e os militares que se opunham ao processo de abertura do regime. As relações entre a Igreja e o governo acirraram-se, em 1976, com o sequestro do bispo de Nova Iguaçu (RJ), dom Adriano Hipólito, e o assassinato do padre João Bosco Burnier, em Mato Grosso, ambos envolvidos na formação de comunidades eclesiais de base e em movimentos populares.

Ainda em 1976, foi elaborada a Lei Falcão, que alterou a propaganda eleitoral, impedindo o aparecimento de candidatos ao vivo no rádio e na televisão. Em 1977, o Congresso Nacional foi fechado por 14 dias, em virtude da não aprovação da proposta de reforma do Poder Judiciário encaminhada pelo governo. Para assegurar a maioria governista no Legislativo, instituiu-se, em seguida, o chamado "pacote de abril", que incluía uma série de medidas, dentre as quais a manutenção de eleição indiretas para governadores; a eleição indireta de um terço dos membros do Senado, que resultaria na criação da figura do "senador biônico"; a ampliação das restrições impostas pela Lei Falcão e a extensão do mandato do sucessor de Geisel para seis anos.

Em outubro desse mesmo ano, foi demitido o ministro do Exército, general Sílvio Frota, cuja candidatura à sucessão presidencial era articulada por setores militares identificados com a chamada linha-dura. Registrou-se, em maio de 1978, a primeira greve de operários metalúrgicos desde 1964, em São Bernardo do Campo, salientando-se, na ocasião, a liderança de Luís Inácio da Silva, o Lula, presidente do sindicato da categoria.

Desde o início do governo Geisel, imprimiu-se nova orientação à política externa brasileira, substituindo-se o alinhamento automático com os Estados Unidos, privilegiado nos períodos anteriores, pela ampliação de relações diplomáticas e comerciais com países da África, Ásia e Europa. Nesse sentido, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer

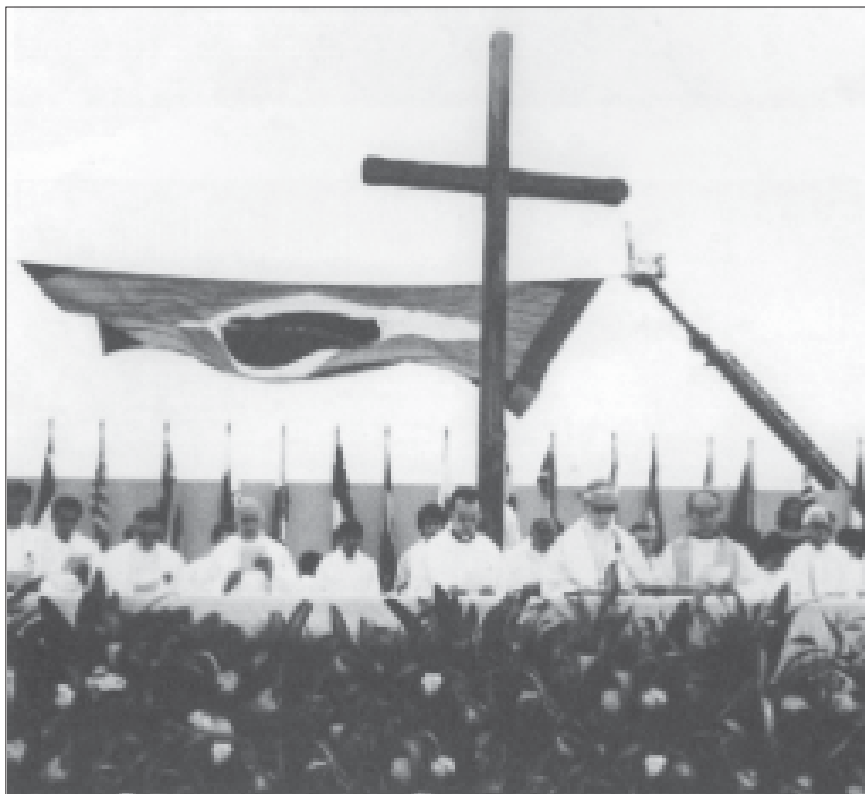
o governo português formado em seguida à derrubada da ditadura salazarista, em 25 de abril de 1974; foram reatadas relações com a República Popular da China e estabelecidas embaixadas em Angola, Moçambique, Guiné Equatorial, entre outras iniciativas.

No que se refere à política econômica, as principais metas do governo Geisel foram estabelecidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento, que priorizava os investimentos no setor energético e em indústrias básicas, com o intuito de adequar a economia à crise internacional do petróleo e ao estágio de desenvolvimento industrial do país, e de reduzir o capital estrangeiro em setores considerados infraestruturais. Nesse sentido, foi lançado, em 1975, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) e assinado o acordo nuclear Brasil-Alemanha. O plano econômico do governo ressentiu-se, entretanto, do impacto da crise do petróleo, do aumento da dívida externa e do desequilíbrio da balança de pagamentos. Nesse contexto, uma das medidas defendidas pelo governo, em outubro de 1975, foi a adoção de contratos de risco entre a Petrobras e empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo no país. Em 1978, no final do governo Geisel, os principais problemas da economia continuavam sendo o crescimento da taxa de inflação e da dívida externa.

Em 31 de dezembro de 1978, o presidente Geisel revogou o AI-5, dando um passo decisivo no processo de redemocratização do país.

O Brasil e o mundo

Em 1974, a Revolução dos Cravos Vermelhos pôs um fim aos 48 anos de ditadura salazarista; iniciou-se o processo de descolonização portuguesa na África. Na Argentina, morreu Juan Domingo Perón, assumindo a presidência Isabelita Perón, deposta por um golpe militar no ano seguinte; na Grécia, ocorreram grandes manifestações populares, que derrubaram a ditadura militar; o presidente americano Richard Nixon renunciou após escândalo que ficou conhecido como caso *Watergate*. No Brasil, saía de circulação o jornal *Correio da Manhã*.

Em 1975, Portugal reconheceu a independência de suas antigas colônias, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé; Angola declarou sua independência e dissidências internas levaram o país à guerra civil. Com a morte do general Francisco Franco, chefe do governo espanhol desde 1936, Juan Carlos de Bourbon assumiu o poder, sendo coroado rei no ano seguinte. Ainda em 1975, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou a "Pastoral Social", enfatizando problemas sociais e econômicos; teatros paulistas fecharam em protesto contra a censura e foi proibida a veiculação da novela *Roque Santeiro*. No ano de 1976, o presidente Geisel autorizou o traslado do corpo do ex-presidente João Goulart, falecido na Argentina, para São Borja, e o

Missa campal pelo aniversário de Brasília, 21 de abril de 1978. Radiobrás

ex-presidente Juscelino Kubitschek, morto em acidente automobilístico, foi velado no Rio de Janeiro e enterrado em Brasília por milhares de pessoas. Em 1977, Leonid Brejnev assumiu a chefia do Soviete Supremo, na URSS; o Congresso brasileiro aprovou o divórcio e Raquel de Queirós tornou-se a primeira mulher a integrar a Academia Brasileira de Letras. Em 1978, o mundo teve três papas: Paulo VI foi sucedido por João Paulo I, que morreu logo após ser pontificado, sendo eleito João Paulo II. O início de 1979 marcou a instalação de uma república islâmica no Irã, com a destituição do xá Reza Pahlevi, após violentas manifestações populares.

O presidente Geisel no desfile militar de 7 de setembro. Brasília, s.d.
Arquivo Nacional

Recepção oferecida ao presidente americano Jimmy Carter no Palácio da Alvorada. Brasília, 28 de março de 1978. Radiobrás

Encontro do presidente Geisel com membros da Arena no Palácio da Alvorada. Brasília, 14 de outubro de 1978. Radiobrás

Radiobrás

João Batista de Oliveira Figueiredo
general

Dados biográficos

Militar, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1918. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e na Escola Superior de Guerra. Durante o governo Jânio Quadros integrou a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Participou do movimento político-militar que originou o golpe de 1964, tendo sido nomeado chefe da agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Rio de Janeiro (1964-1966). Foi comandante da Força Pública de São Paulo (1966-1967), do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas – Dragões da Independência (1967-1969) e chefe do estado-maior do III Exército (1969). Chefe do Gabinete Militar do governo Médici (1969-1974), tornou-se ministro-chefe do SNI durante o governo Geisel (1974-1979), sendo promovido a general-de-exército em 1977. Através de eleição indireta, passou a exercer o cargo de presidente da República em 15 de março de 1979. Faleceu no Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1999.

Período presidencial

O general Figueiredo assumiu a presidência da República reafirmando o projeto de abertura política iniciado no governo anterior. Em agosto de 1979 foi aprovada a Lei de Anistia que, apesar das restrições, beneficiou cidadãos destituídos de seus empregos, presos políticos, parlamentares cassados desde 1964, permitindo a volta de exilados ao país. Foram também anistiados os responsáveis pelos excessos cometidos em nome do governo e da segurança nacional. Em novembro, foi aprovada pelo Congresso Nacional a nova Lei Orgânica dos Partidos que extinguia o bipartidarismo. Com o fim da Arena e do MDB, formaram-se o Partido Democrático Social (PDS), que congregava a maior parte dos ex-arenistas; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), constituído sobretudo pelos antigos emedebistas; o Partido Popular (PP), fundado pelo senador emedebista Tancredo Neves e dissidentes da antiga Arena; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado pela ex-deputada Ivete Vargas; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado pelo ex-governador gaúcho Leonel Brizola e o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado pelo líder sindical Luís Inácio Lula da Silva. Ainda em novembro, foi aprovado o projeto do governo que previa eleições diretas de governadores e extinguia a figura do senador eleito indiretamente.

Em 1980, verificaram-se reações ao processo de abertura do regime, quando grupos de direita foram responsabilizados por atentados a bomba em bancas de jornais que vendiam periódicos de esquerda. Em agosto desse ano, cartas-bombas foram enviadas à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e ao presidente da OAB, resultando na mutilação do funcionário José Ribamar, da Câmara, e na morte da secretária Lida Monteiro da Silva, da OAB. Em 1981, ocorreria o caso mais polêmico do governo Figueiredo, quando duas bombas explodiram nas proximidades do Riocentro, no Rio de Janeiro, durante a realização de um show comemorativo do Dia do Trabalho. As únicas vítimas do atentado foram dois militares lotados no CODI do

I Exército. O episódio teve ampla repercussão pública e o resultado do inquérito, inocentando os dois militares, seria colocado sob suspeição, e acarretaria uma grave crise no governo.

No que diz respeito à política econômica, registrou-se, durante o governo Figueiredo, o esgotamento do modelo econômico adotado pelos governos militares, agravado pela nova crise do petróleo em 1979 e a elevação dos juros no mercado internacional. Em 1979, o governo congelou as importações de petróleo e criou o Conselho Nacional de Energia. Intensificaram-se, nesse período, as atividades do Proálcool e estenderam-se os contratos de risco com empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo a todo o território nacional. Em 1981, o aumento da dívida externa, que girava em torno de 61 bilhões de dólares, associado ao crescimento negativo do PIB e aos altos índices inflacionários geraram o fenômeno denominado pelos economistas como estagflação, ou seja, estagnação das atividades econômicas e produtivas aliada à inflação dos preços.

Em 1982 foi criado o Finsocial, que destinava 0,5% da renda bruta de empresas públicas e privadas a programas considerados pelo governo como prioritários, atribuindo o gerenciamento desses recursos ao BNDE, que passaria a chamar-se Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Paralelamente ao quadro de crise econômica, observou-se, desde 1978, a eclosão de movimentos grevistas de diversas categorias profissionais, destacando-se, em 1980, a paralisação dos metalúrgicos do ABC paulista, mantida por 41 dias, e que resultou em demissões, choques com as tropas da polícia e do Exército, intervenção em sindicatos, e na prisão e enquadramento de líderes sindicais na Lei de Segurança Nacional (LSN).

Em 1981 reuniu-se a primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) e dois anos depois foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em relação à política externa, o governo Figueiredo manteve a orientação pragmática adotada por seu antecessor, privilegiando o estabelecimento de relações comerciais com países que propiciassem vantagens ao desenvolvimento nacional. Destacou-se, no período, a reaproximação com a Argentina, e a criação, em 1980, de uma comissão bilateral para analisar futuras ações de interesse para os dois países.

Em novembro de 1982 realizaram-se eleições diretas para o Congresso e os governos estaduais. A oposição obteve maioria na Câmara dos Deputados e o PDS, no Senado e nos governos estaduais.

Em 1983 formou-se uma frente única que reuniu partidos e entidades de oposição numa campanha que tomou o país, reivindicando eleições diretas para a presidência da República, era a campanha das "Diretas já". A emenda constitucional das diretas, de autoria do deputado peemedebista Dante de Oliveira, foi derrotada na Câmara em abril de 1984. Em janeiro de 1985, Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos indiretamente pelo Colégio Eleitoral, respectivamente, presidente e vice-presidente da República, derrotando os candidatos governistas Paulo Maluf e Flávio Marcílio.

O Brasil e o mundo

O início do governo coincidiu com a queda do ditador Idi Amin Dada, de Uganda; a ditadura nicaraguense de Anastásio Somoza foi derrubada pela guerrilha sandinista; a União Soviética invadiu o Afeganistão; e teve início a guerra civil em El Salvador. No Brasil, dom Ivo Lorscheiter foi eleito presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em 1980, a minoria branca se retirou do governo da Rodésia, que passou a se chamar Zimbábue; começou a guerra do Golfo, entre Irã e Iraque; na Polônia, portuários iniciaram movimento grevista que paralisou Gdansk, nascia o sindicato livre Solidariedade, liderado por Lech Walesa, que receberia, em 1983, o Prêmio Nobel da Paz; a censura brasileira liberou a peça *Calabar*, de Chico Buarque de Holanda; foi descoberta jazida de ouro em Serra

Pelada. Em 1981, em Washington, um atentado feriu o presidente americano Ronald Reagan; em Roma, o papa João Paulo II também sofria um atentado; os jornais noticiaram estranha doença que atacava a comunidade gay americana. Em 1982, Argentina e Grã-Bretanha iniciaram a Guerra das Malvinas, que terminou com a rendição argentina; chegava ao fim o regime autoritário na Bolívia e o México declarava moratória unilateral; denunciado o caso Proconsult, de manipulação na contagem de votos na eleição direta para governador do Rio de Janeiro. Em 1983, pesquisadores franceses isolaram o vírus da AIDS; os Estados Unidos invadiram Granada e depuseram o governo socialista; chegou ao fim a ditadura militar na Argentina; o filme brasileiro *Pra frente Brasil* foi premiado no Festival de Berlim; entrava no ar a Rede Manchete de Televisão. Em 1984 ocorreram eleições diretas no Uruguai após 11 anos de ditadura; Desmond Tutu, bispo negro sul-africano, recebeu o Prêmio Nobel da Paz; Indira Gandhi, primeira-ministra indiana, foi assassinada por separatistas sikhs; China e Inglaterra fizeram acordo para a devolução de Hong Kong; o filme brasileiro *Memórias do cárcere* foi premiado em Cannes; ocorreu a primeira greve na história da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e nascia o primeiro bebê de proveta no Brasil. Em março de 1985, Mikhail Gorbatchev assumiu a secretaria geral do Partido Comunista da União Soviética.

No dia da posse, o presidente Figueiredo desce a rampa do Planalto em companhia do ex-presidente Geisel. Brasília, 15 de março de 1979. Radiobrás

O presidente Figueiredo no dia da posse. Brasília, 15 de março de 1979. Radiobrás

Audiência do presidente Figueiredo com os ministros Golberi do Couto e Silva e Delfim Neto. Brasília, 14 de agosto de 1979. Radiobrás

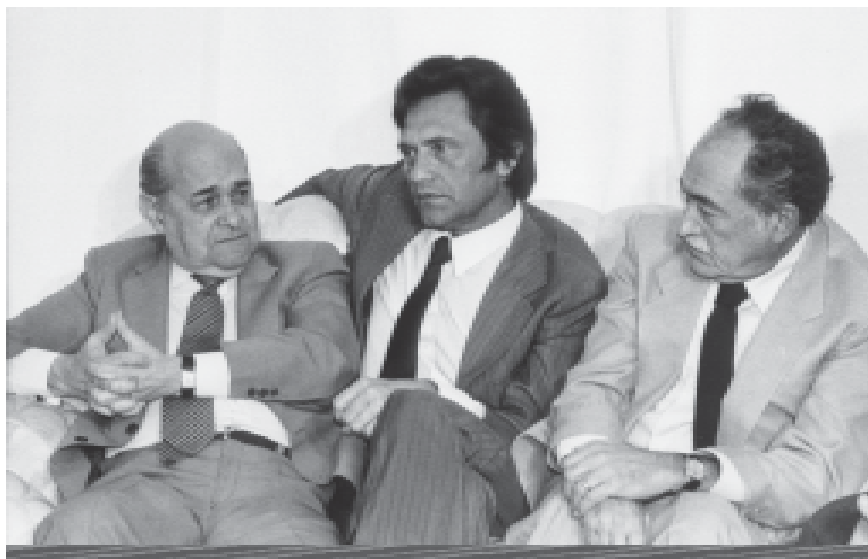
Ministro Andreazza visita a favela da Maré. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1982. Radiobrás

Tancredo de Almeida Neves

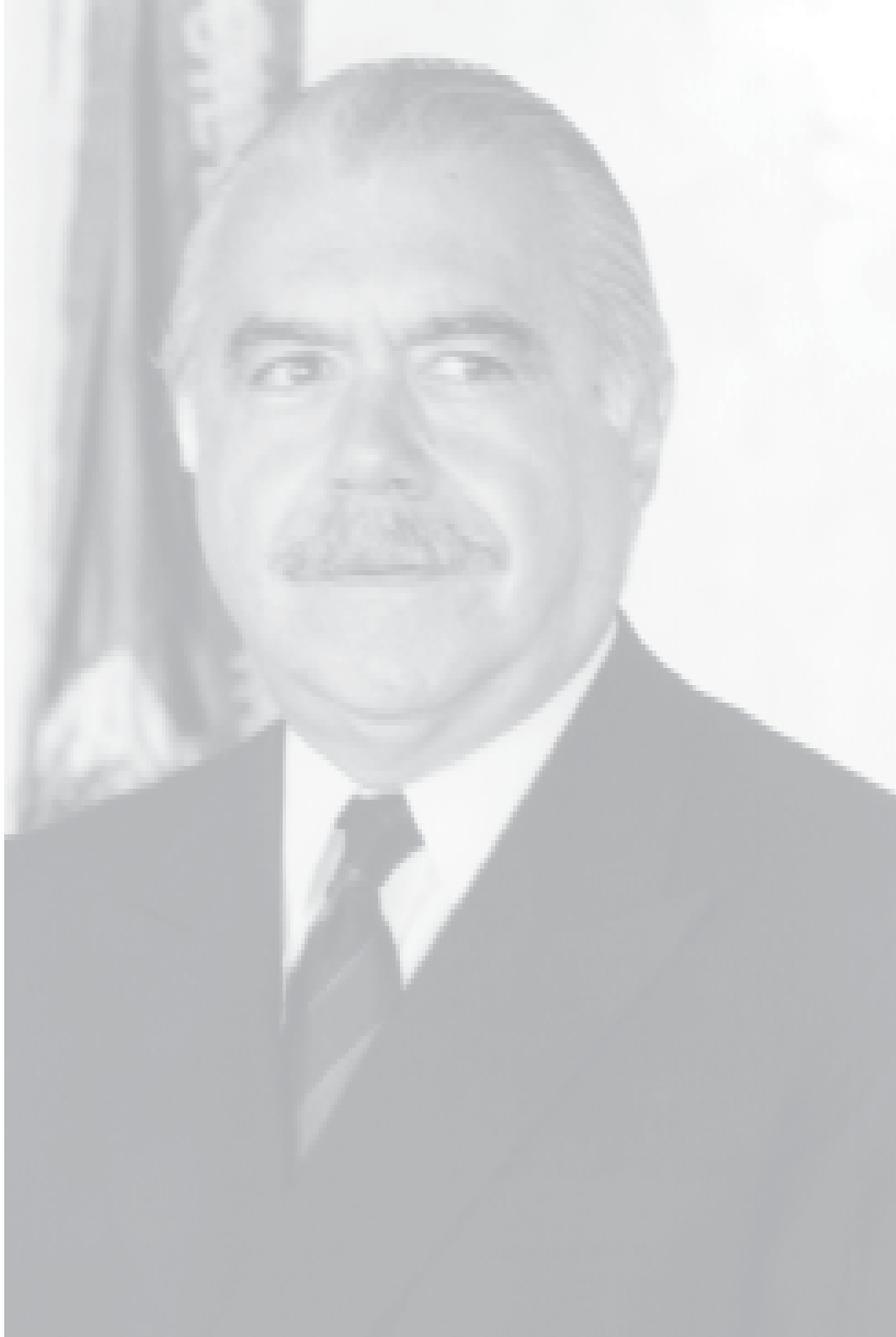
Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de São João del Rei, estado de Minas Gerais, em 4 de março de 1910. Iniciou sua carreira política no Partido Progressista (PP), por cuja legenda foi eleito vereador de São João del Rei (1935-1937). Elegeu-se deputado estadual (1947-1950) e deputado federal (1951-1953) na legenda do Partido Social Democrático (PSD). De 25 de junho de 1953 até o suicídio de Getúlio Vargas exerceu o cargo de ministro da Justiça e Negócios Interiores. Novamente eleito deputado federal (1954-1955), foi diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1955) e da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil (1956-1958). Assumiu a Secretaria de Finanças do estado de Minas Gerais (1958-1960). Com a renúncia de Jânio Quadros e a instauração do regime parlamentarista, tornou-se primeiro-ministro (1961-1962). Eleito deputado federal em 1963, com a extinção dos partidos políticos e a decretação do bipartidarismo pelo AI-2, de 27 de outubro de 1965, ingressou no MDB, tornando-se um dos seus líderes. Reelegeu-se deputado federal seguidas vezes (1963-1979). Senador pelo MDB em 1978, com a volta do pluripartidarismo fundou o Partido Popular (PP) e, nessa legenda, continuou a exercer seu

mandato (1979-1982). Ingressou no PMDB e elegeu-se governador de Minas Gerais (1983-1984). Em virtude da derrota da emenda Dante de Oliveira, que propunha a realização de eleições diretas para presidente da República em 1984, foi lançado candidato à presidência por uma coligação de partidos de oposição reunidos na Aliança Democrática, tendo como vice o senador José Sarney. Foi eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985, vencendo o candidato governista Paulo Maluf. Na véspera da posse, em 14 de março de 1985, foi internado em estado grave, assumindo interinamente o cargo o vice-presidente José Sarney. Faleceu em São Paulo, no dia 21 de abril de 1985. A lei nº 7.465, de 21 de abril de 1986, determinou, em seu art. 1º, que Tancredo Neves passaria a figurar na "galeria dos que foram ungidos pela Nação brasileira para a Suprema Magistratura, para todos os efeitos legais".

Tancredo Neves com o deputado Ulisses Guimarães. S.l., 8 de fevereiro de 1985. Radiobrás

Tancredo Neves com Marcos Freire e Miguel Arraes, ambos do PMDB de Pernambuco. S.l., 11 de janeiro de 1985. Radiobrás

Funerais do presidente Tancredo Neves chegam em São João del Rei. Minas Gerais, 24 de abril de 1985. Radiobrás

Radiobrás

José Sarney

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de Pinheiro, estado do Maranhão, em 24 de abril de 1930. Elegeu-se suplente de deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD), assumindo o mandato em 1956 e 1957. Foi deputado federal (1959-1966) pela União Democrática Nacional (UDN) e, com a extinção dos partidos políticos e a imposição do bipartidarismo pelo AI-2, em 27 de outubro de 1965, ingressou na Arena, partido de sustentação do regime militar. Elegeu-se governador do Maranhão (1966-1970) e senador (1971-1985). Tornou-se presidente da Arena em 1979 e, no ano seguinte, com a instalação do pluripartidarismo, do Partido Democrático Social (PDS). Em 1980 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Em 1984, juntamente com outros dissidentes do PDS, passou a integrar a Frente Liberal, que o lançou como vice-presidente da República na chapa de Tancredo Neves, do PMDB, tendo sido eleito pelo Colégio Eleitoral em janeiro de 1985. Assumiu interinamente a presidência, em 15 de março de 1985, em virtude da doença de Tancredo Neves e, com a morte de Tancredo, em 21 de abril, foi efetivado no cargo. Após o término de seu mandato presidencial, elegeu-se três vezes senador pelo Amapá (1991-), exercendo a presidência do Senado de 1995 a 1997 e de 2003 a 2005.

Período presidencial

O governo do presidente Sarney foi marcado, sobretudo, por duas grandes tarefas que se impunham ao país: reconstruir a democracia e enfrentar a crise inflacionária. Assim, em 1º de fevereiro de 1987 instalava-se a Assembleia Nacional Constituinte, iniciando suas atividades sob a liderança do deputado Ulisses Guimarães. A nova Constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988, tendo sido a mais democrática da história brasileira. A Carta estabeleceu eleições diretas em dois turnos para presidente, governadores e prefeitos, adotou o presidencialismo como forma de governo, afirmou a independência dos três poderes, restringiu a atuação das forças armadas, estendeu o voto aos analfabetos e maiores de 16 anos, universalizou o direito de greve, entre diversas outras garantias civis, sociais e trabalhistas, deixando lacunas, no entanto, no que se refere à reforma agrária.

No plano econômico, o governo Sarney anunciou, em 1º de março de 1986, uma ampla reforma monetária que ficou conhecida como Plano Cruzado, em referência à nova moeda implantada. Comandado pelo ministro da Fazenda Dílson Funaro, e considerado heterodoxo por diferir dos planos recomendados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), tinha como medidas de estabilização econômica o congelamento de preços e salários, o abono de 8% para todos os trabalhadores, o "gatilho" salarial a cada vez que a inflação ultrapassasse 20%, e o incentivo à produção em detrimento da especulação financeira. A moeda valorizada funcionaria como um instrumento de distribuição de renda, aumentando o poder de compra dos salários. Inicialmente, os resultados foram positivos, com inflação inferior a 2% ao mês. Todavia, em dezembro daquele ano, foram sentidos os efeitos do aumento camuflado de preços e do que foi avaliado como um aquecimento excessivo da economia. Em fevereiro de 1987, as reservas cambiais caíram rapidamente e o ministro Funaro suspendeu os pagamentos dos juros da dívida externa aos bancos

privados, enquanto a inflação atingia um patamar de 365,7% anuais. A moratória foi suspensa em novembro, quando o Brasil pagou 500 milhões de dólares ao FMI. Em janeiro de 1988, o novo ministro da Economia, Luís Carlos Bresser, promoveu um outro plano de estabilização, que, ainda assim, não conteve a inflação, cujo índice girou em torno de 1.000% naquele ano. Em janeiro de 1989, um terceiro programa econômico foi anunciado pelo governo, batizado de Plano Verão, porém o ano encerrou-se com a taxa anual de inflação de 1.764,86%.

O Brasil vivia então os efeitos da crise que atingiu amplamente a América Latina na década de 1980, quando o aumento da taxa de juros americana e a recessão mundial atingiram as exportações brasileiras. Em consequência, verificou-se a diminuição dos investimentos públicos, traduzidos em cortes orçamentários, e a retração da iniciativa privada, dadas as altas taxas de juros e a reduzida perspectiva de consumo.

Destacou-se, nesse período, a criação do Ministério da Cultura, em 15 de março de 1985, obedecendo, segundo o decreto que o originou, à "situação atual do Brasil" que não poderia prescindir de uma "política nacional de cultura, condizente com os novos tempos e com o desenvolvimento já alcançado pelo país". Na política externa, foram reatadas relações diplomáticas com Cuba e assinado o protocolo do Mercosul, em conjunto com a Argentina e o Uruguai.

O Brasil e o mundo

Em 1985, assinalou-se a retirada de tropas israelenses do Líbano e a criação, em São Paulo, da primeira Delegacia de Defesa da Mulher. Em 1986, o cometa Halley passou pela Terra; o primeiro-ministro de Israel, Shimon Peres, reconheceu a Nação palestina; e Fernanda Torres conquistou o prêmio de melhor atriz em Cannes, com o filme *Eu sei que vou te amar*, de Arnaldo Jabor. No primeiro dia de 1987, estudantes chineses protestaram na Praça da Paz Celestial, e ainda no primeiro

semestre desse ano, anunciava-se na França a descoberta da vacina contra a esquistossomose. Em agosto faleceu o poeta Carlos Drummond de Andrade, e em setembro ocorreu o acidente com césio 137 em Goiânia. Em 1988 foi comemorado o centenário da abolição da escravidão no Brasil e, na África do Sul, um milhão de negros entraram em greve; os Estados Unidos tornaram pública a descoberta de uma nova galáxia, a 15 bilhões de anos-luz e, em dezembro, foi assassinado, no Acre, o ecologista e sindicalista Chico Mendes. Em 1989 comemorou-se o centenário da República no Brasil e o bicentenário da Revolução Francesa. O Muro de Berlim caiu, após uma revolução social pacífica que terminou com o regime comunista da Alemanha Oriental. Era o marco inicial do fim do socialismo autoritário nos países do Leste Europeu e na União Soviética. No Brasil, realizou-se a primeira eleição direta para presidente da República após o regime militar, e o candidato Fernando Collor de Melo derrotou Luís Inácio Lula da Silva, no segundo turno eleitoral.

José Sarney recebe o presidente de Portugal, Mário Soares. Brasília, 12 de agosto de 1988. Radiobrás

José Sarney em São Luís do Maranhão, dezembro de 1989. Radiobrás

O presidente Sarney recebe a nova Constituição das mãos de Ulisses Guimarães, presidente da Câmara. Brasília, 5 de outubro de 1988. Radiobrás

Fernando Afonso Collor de Melo

Dados biográficos

Jornalista, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1949. Iniciou sua carreira política como prefeito nomeado de Maceió (1980-1982). Foi eleito deputado federal (1983-1987) pelo Partido Democrático Social (PDS) e governador de Alagoas (1987-1989) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Fundou o Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e, nessa legenda, elegeu-se presidente da República em 1989, após derrotar Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), no segundo turno eleitoral. Em 2 de outubro de 1992, foi afastado temporariamente da presidência da República, em decorrência da abertura do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados. Renunciou ao cargo de presidente em 29 de dezembro de 1992, data da sessão de julgamento do processo de *impeachment* no Senado, que o tornou inelegível por oito anos. Tentou concorrer à prefeitura de São Paulo em 2000, mas foi impedido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Período presidencial

No primeiro dia de governo o presidente anunciou o plano econômico de combate à inflação que confiscou provisoriamente contas de

poupança, contas correntes e outras aplicações financeiras, a partir de determinado valor. O programa de governo estabeleceu também a extinção de órgãos públicos, a demissão e a disponibilidade de funcionários públicos federais, além de promover a privatização de inúmeras empresas públicas. O enxugamento do meio circulante reduziu drasticamente a inflação, e o déficit fiscal foi igualmente diminuído. A eliminação das tarifas aduaneiras, uma das medidas implementadas pela equipe econômica chefiada por Zélia Cardoso de Melo, ministra da Economia, teve grande impacto nas importações brasileiras, que, além de aumentarem, passaram a incluir uma pauta de produtos supérfluos. O caráter pouco competitivo da indústria brasileira e a valorização do cruzeiro, cotado acima da moeda americana, levariam à redução das exportações e à diminuição das vendas no mercado interno. Anunciou-se, assim, uma recessão econômica, com a queda da produção industrial do país, a expansão do desemprego e a redução do PIB de 453 bilhões de dólares, em 1989, para 433 bilhões em 1990.

Implementada com base em inúmeras medidas provisórias, a política econômica deu sinais de esgotamento com a volta da inflação no final de 1990, o que obrigou o governo a instituir o chamado Plano Collor II, em janeiro de 1991. Intensificou-se, então, a política de juros altos, a desindexação da economia, a abertura para o mercado externo e o incentivo às importações. Essas medidas provocaram um "choque" na indústria nacional, levando a uma crescente automação dos setores industrial e bancário, e à consequente liberação de mão de obra e ao desemprego tecnológico. De modo geral, o projeto de "modernização" implementado pelo governo, visando à diminuição de gastos públicos e o incentivo à economia de mercado, ajustava-se à ideia de "Estado mínimo" e à nova ordem mundial que se impôs com o término da Guerra Fria, conceituada como neoliberal.

No plano externo, destacou-se, no governo Collor, a assinatura de um pacto de não-proliferação nuclear com a Argentina.

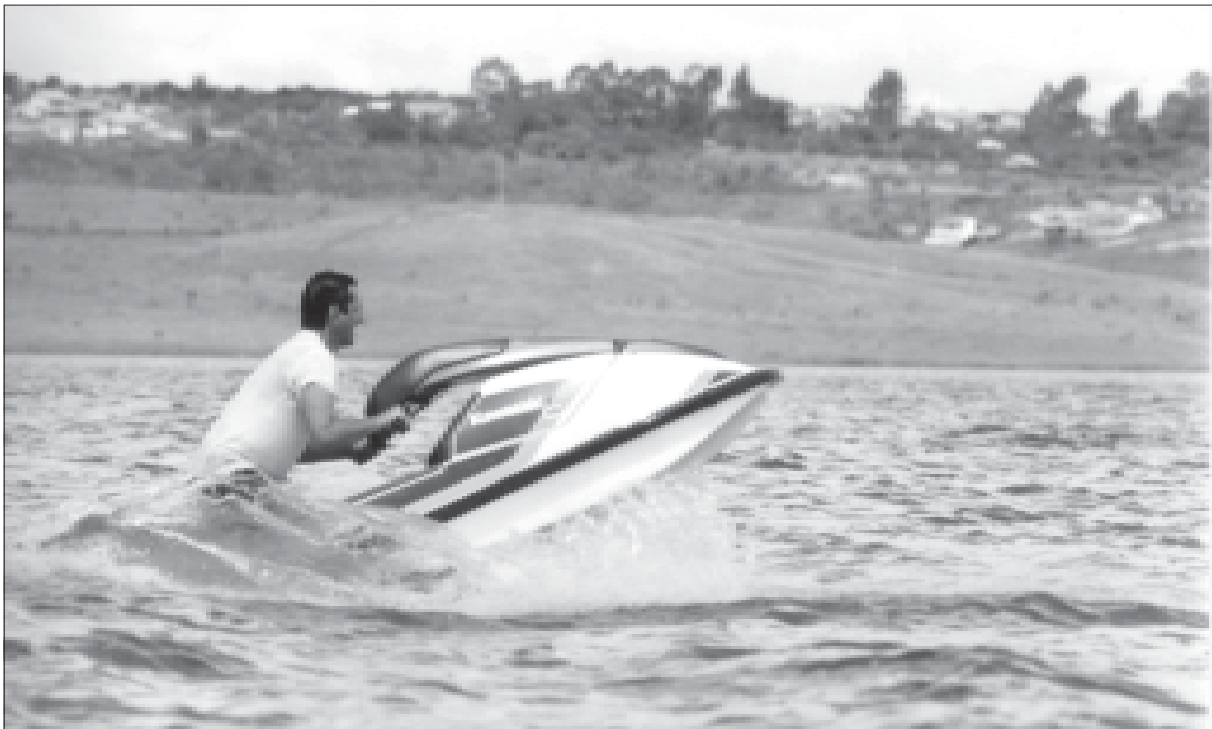
Em 1992 foi denunciada na imprensa a existência de um esquema de

corrupção no governo, comandado por Paulo César Farias, ex-tesoureiro da campanha presidencial de Collor. A CPI instalada para investigar as denúncias encerraria seus trabalhos recomendando o afastamento de Collor da presidência. Respaldada por maciço apoio popular, a abertura do processo de *impeachment* foi proposta, então, pelos presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e aprovada pela Câmara dos Deputados em 29 de setembro de 1992. Afastado do cargo após a votação na Câmara, Collor foi substituído interinamente pelo vice-presidente Itamar Franco. Em 29 de dezembro renunciou à presidência da República, horas antes de ser condenado pelo Senado por crime de responsabilidade, perdendo seus direitos políticos por oito anos. Itamar Franco assumiu, assim, definitivamente a presidência da República.

O Brasil e o mundo

Em 1990 o Iraque invadiu o Kuwait. Na Inglaterra, a renúncia de Margaret Thatcher concluiria mais de uma década de hegemonia conservadora. Em setembro foram sepultados, no Chile, os restos mortais do presidente Salvador Allende, deposto por um golpe militar em 1973. Em novembro, no Brasil, morreu Caio Prado Júnior. Em 1991, após o presidente do Iraque haver rejeitado o ultimato da ONU para retirar suas tropas do Kuwait, teve início, em 16 de fevereiro, a Guerra do Golfo, que se encerrou onze dias depois. Ainda em fevereiro, um acordo extinguiu o Pacto de Varsóvia. Em março, entrou em vigor, no Brasil, o Código de Defesa do Consumidor. A independência da Croácia em maio, o estabelecimento da cidade de Berlim como capital da Alemanha unificada e o início da guerra civil na Iugoslávia fecharam o semestre. Esse ano marcou, ainda, o fim da URSS, após 74 anos da revolução bolchevique de 1917. Em 1992, um novo sistema solar foi descoberto por astrônomos americanos, a independência da Croácia e Eslovênia foi reconhecida pela Comunidade Europeia, terminou a guerra civil em El Salvador e o

Peru passou por um golpe de Estado liderado por Alberto Fujimori. Segundo dados do IBGE, divulgados em maio, o Brasil tinha dois milhões de crianças desnutridas. Nesse mês começou no Rio de Janeiro a Eco-92, evento ecológico que reuniu 178 países. Em julho começaram os Jogos Olímpicos de Barcelona. Em agosto, uma multidão, tendo à frente Nelson Mandela, protestou em Pretória, África do Sul, contra a segregação racial. Em outubro morreu, em acidente aéreo, o deputado Ulisses Guimarães.

Fernando Collor em Brasília, abril de 1990. Radiobrás

Fernando Collor em Uberaba, s.d.
Radiobrás

Fernando Collor deixa o Palácio do Planalto, após ser afastado da presidência. Brasília, 2 de outubro de 1992. Radiobrás

Radiobrás

Itamar Augusto Cautiero Franco

Dados biográficos

Engenheiro, nasceu a bordo de um navio que fazia a rota Salvador–Rio de Janeiro, tendo sido registrado em Salvador, estado da Bahia, em 28 de junho de 1930. Filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e foi eleito prefeito de Juiz de Fora em duas gestões (1967-1971 e 1973-1974). Elegeu-se senador em 1974 pelo MDB e reelegeu-se em 1982 pelo PMDB. Em 1986, após divergências com o PMDB mineiro, que apoiara a candidatura de Newton Cardoso ao governo do estado, transferiu-se para o Partido Liberal (PL). Concorreu ao governo de Minas Gerais pela Coligação Movimento Democrático Progressista, mas foi derrotado pelo candidato do PMDB. Em 1989, concorreu à vice-presidência da República na chapa de Fernando Collor de Melo, ambos na legenda do PRN, vencendo a eleição no segundo turno. Com o afastamento de Collor em virtude de processo de *impeachment*, assumiu o cargo de presidente da República, em caráter provisório, em 2 de outubro de 1992. Foi efetivado no cargo em 29 de dezembro de 1992, após a renúncia do presidente Collor. Com o término do mandato presidencial, tornou-se embaixador do Brasil em Portugal (1995-1996) e na Organização

dos Estados Americanos (OEA), em Washington (1996-1998). Em 1998, foi eleito governador de Minas Gerais na legenda do PMDB.

Período presidencial

Com o afastamento definitivo de Fernando Collor, Itamar Franco assumiu a presidência da República apoiado por um amplo leque partidário, num esforço claro para a manutenção da ordem democrática e a superação dos graves problemas econômicos. Em janeiro de 1993, Itamar reuniu-se com presidentes de 19 partidos, com o intuito de estabelecer um pacto de governabilidade que permitisse enfrentar os problemas econômicos decorrentes da escalada inflacionária. Em março, foi aprovado pelo Senado o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) calculado em 0,25% do valor dos cheques emitidos até dezembro de 1994.

Em 21 de abril de 1993 foi realizado um plebiscito, conforme previa a Constituição de 1988, para escolher a forma e o sistema de governo no Brasil, tendo sido o regime republicano e o sistema presidencialista confirmados pela maioria dos eleitores.

Em maio, Itamar Franco nomeou o ministro das Relações Exteriores Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), para assumir o Ministério da Fazenda. De acordo com o novo ministro, o combate à inflação só poderia ser alcançado com a reforma do Estado, que incluiria a redução dos gastos públicos e a intensificação do processo de privatizações. Em fins de julho, foi decretado o corte de três zeros na moeda, que passou a se chamar Cruzeiro Real. Em dezembro foi lançado o Plano de Estabilização Econômica que visava, entre outras medidas, preparar a economia para a entrada em circulação de uma nova moeda, o Real, antecedida pela adoção da Unidade Real de Valor (URV) que passou a vigorar, a partir de 1º de março de 1994, como um indexador único da economia. Ainda em março foram diminuídas as alíquotas de importação de diversos produtos. Em fevereiro de 1994, apesar das críticas da oposição, o

Congresso aprovou o Fundo Social de Emergência (FSE), considerado como essencial para a implementação do programa econômico, uma vez que o governo poderia dispor com autonomia do montante arrecadado para o saneamento da Fazenda Pública Federal.

Em julho, o Real entrou em circulação, cotado acima da moeda norte-americana. O plano promoveu a queda da inflação, e no primeiro trimestre de 1994 a atividade econômica cresceu em proporções comparáveis apenas ao início da década de 1980, verificando-se um grande aumento do consumo, apesar da manutenção das altas taxas de juros.

O programa de privatizações executado durante o governo Itamar Franco abrangeu a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Aço Minas Gerais (Açominas) e a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), além de subsidiárias da Petrobras.

A estabilidade econômica alcançada com o Plano Real garantiu ao ministro Fernando Henrique Cardoso, candidato do PSDB à sucessão de Itamar Franco, uma posição confortável na disputa presidencial. Desincompatibilizado do cargo desde abril de 1994, Fernando Henrique elegeu-se no primeiro turno das eleições presidenciais, realizado em 3 de outubro de 1994, conquistando 54,3% dos votos válidos.

O Brasil e o mundo

Em novembro de 1992, Bill Clinton foi eleito presidente dos Estados Unidos. Em 1993, foram marcadas eleições gerais na África do Sul para abril de 1994, que levariam ao poder Nelson Mandela. No Brasil, o governo decidiu indenizar famílias de presos políticos mortos durante o regime militar e duas chacinas ocorridas no Rio de Janeiro, na Candelária e em Vigário Geral, iniciaram um amplo debate nacional sobre a violência urbana. Os ianomâmis denunciaram o assassinato de 17 índios em Roraima. Em 1994, foi inaugurado o túnel da Mancha,

ligando Inglaterra e França; em Haia, foi instalado tribunal internacional para julgamento dos crimes cometidos durante a guerra civil na antiga Iugoslávia. Ainda no mesmo ano, a Seleção Brasileira de Futebol conquistou o tetracampeonato na Copa do Mundo realizada nos Estado Unidos.

Itamar Franco chegando ao Palácio do Planalto. Brasília, 18 de janeiro de 1993. Radiobrás

O cerimonial da presidência mostra à imprensa a parte do Pálacio da Alvorada que foi aberta à visitação pública. Brasília, 21 de outubro de 1992. Radiobrás

O ministro da Fazenda, Eliseu Resende, transmite o cargo a Fernando Henrique Cardoso. Brasília, 21 de maio de 1993. Radiobrás

Departamento de Documentação Histórica da Presidência da República

Fernando Henrique Cardoso

Dados biográficos

Sociólogo, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1931. Após o golpe militar de 1964, exilou-se no Chile, integrando a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse período, lecionou no Chile, Argentina, México e França. Retornou ao Brasil em 1968, assumindo a cátedra de ciência política na USP até 1969, quando foi aposentado compulsoriamente, por força do AI-5. Nesse último ano, foi membro fundador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), passando a lecionar também em universidades americanas e europeias. Publicou, entre outros trabalhos, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional,* sua tese de doutorado, e *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, com o sociólogo chileno Enzo Faletto. Candidatou-se ao Senado em 1978 na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como suplente de Franco Montoro. Em 1980, com o fim do bipartidarismo, foi um dos fundadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1983 assumiu a vaga de senador aberta com a candidatura de Franco Montoro ao governo do estado de São Paulo. Candidato à prefeitura de São Paulo nas eleições de

1985, foi derrotado por Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Reelegeu-se senador pelo estado de São Paulo em 1986, ainda na legenda do PMDB, e dois anos depois fundou o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ao lado de Franco Montoro e Mário Covas, entre outros, tornando-se líder da nova legenda no Senado (1988-1992). Foi ministro das Relações Exteriores (1992-1993) e ministro da Fazenda (1993-1994) durante o governo Itamar Franco. Candidato à presidência da República pela coligação PSDB/PFL/PTB, elegeu-se no primeiro turno eleitoral, em 3 de outubro de 1994, tendo obtido 54,3% dos votos válidos. Reelegeu-se presidente da República em 1998 pela coligação PSDB/PFL/PTB/PPB.

Período presidencial

Sob o impacto do êxito do Plano Real, o maior desafio do governo Fernando Henrique Cardoso foi manter a estabilização da moeda e, ao mesmo tempo, promover o crescimento econômico.

Com esse objetivo, o governo submeteu à aprovação do Congresso Nacional uma série de medidas visando alterar a Constituição Federal de 1988 e promover uma mudança estrutural na feição do Estado brasileiro, na tentativa de adaptá-lo às novas realidades da economia mundial. Assim, determinados temas passaram a fazer parte do cotidiano político nacional, tais como reforma administrativa e previdenciária, desregulamentação de mercados, flexibilização das regras de contratação de mão de obra e fim do monopólio estatal nas áreas de siderurgia, energia e telecomunicações.

A reforma da Administração Federal e a da Previdência Social, consideradas fundamentais na redução dos gastos públicos, seriam longamente debatidas no Congresso e sofreriam diversas modificações. O programa de privatizações, objeto prioritário na estratégia do governo, foi alvo de críticas acirradas da oposição, que questionava as avaliações sobre o valor das empresas e, em alguns casos, como o da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), o próprio valor estratégico

do setor. A despeito das críticas, o programa foi implementado com eficácia: o setor de energia elétrica, na área de distribuição e geração regional, foi completamente privatizado; o setor de telecomunicações, incluindo a Telebrás e as empresas telefônicas estaduais, passou às mãos da iniciativa privada na segunda metade de 1998; teve fim o monopólio da Petrobras sobre a exploração e o refinamento do petróleo e sobre a exploração de gás natural; e o controle acionário da CVRD passou, em maio de 1997, a um consórcio formado por bancos nacionais e estrangeiros e fundos de pensão.

Comprometido com a luta democrática, o governo Fernando Henrique concluiu a lista de desaparecidos durante o regime militar e, já em 1995, encaminhou ao Congresso um projeto de indenização às famílas das vítimas.

No mesmo ano, visando à desindexação da economia, o governo proibiu o reajuste automático dos salários pela inflação e estabeleceu a livre negociação entre patrões e empregados. Em novembro desse ano, uma medida provisória ampliou os poderes do Banco Central para intervir, quando necessário, nas instituições bancárias, com o objetivo de evitar que a crise que atingiu o setor – resultante da queda das taxas da inflação, das medidas de contenção do consumo e da consequente diminuição dos lucros obtidos com a especulação financeira – se alastrasse e comprometesse todo o sistema financeiro, e foi também regulamentado o Programa de Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer).

Fortemente inserido nos mercados financeiros internacionais, o Brasil enfrentou, durante o governo Fernando Henrique, um quadro internacional adverso, com sucessivas crises econômicas externas, destacando-se a do México, iniciada em dezembro de 1994, e a da Rússia, que declarou moratória da sua dívida externa em 1998, verificando-se nessas ocasiões uma expresssiva saída de divisas do país. Em que pese os fortes vínculos existentes entre a economia nacional e o capital estrangeiro, o Brasil demonstrou capacidade

superior a de outros países para absorver as crises externas e se recuperar. A estabilização da economia, com a contenção do processo inflacionário, permitiu o crescimento da renda média dos trabalhadores assalariados. Contudo, os mecanismos utilizados na defesa da moeda nacional e a manutenção de altas taxas de juros implicaram um ritmo lento de crescimento econômico e, em decorrência, a elevação do índice de desemprego, que atingiu 5,6% em 1997 e 7,6% em 1998, segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

No que diz respeito à política agrária, a elevação das alíquotas de transmissão de propriedades improdutivas, a aprovação de leis que possibilitaram a sua desapropriação imediata e o aumento do número de famílias assentadas pelo governo não foram suficientes para evitar a intensificação dos conflitos no campo. Assistiu-se, no período, a diversas manifestações e ocupações de terra promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), entidade que congrega grande contingente de trabalhadores rurais e desempregados que reivindicam a aceleração do processo de reforma agrária.

Em 4 de junho de 1997, foi aprovada no Senado a emenda que permitia a reeleição para mandatos do Executivo nos âmbitos federal, estadual e municipal. O presidente Fernando Henrique Cardoso candidatou-se à reeleição pela mesma coligação que o levara ao poder em 1994, formada pelo PSDB, PFL e PTB, à qual se reuniu o PPB. Mais uma vez favorecido pela estabilidade econômico-financeira promovida pelo Plano Real, Fernando Henrique venceu o primeiro turno das eleições realizadas em 4 de outubro de 1998, conquistando 53,06% dos votos. Tomou posse em 1º de janeiro de 1999.

O Brasil e o mundo

Em 1995 Alberto Fujimori foi reeleito presidente do Peru e Carlos Menem, da Argentina. Os Estados Unidos reataram relações diplomáticas com o Vietnam e, em Oklahoma City, um atentado a

bomba, praticado por um americano, matou 169 pessoas. Ainda no mesmo ano, o primeiro-ministro israelense, Yitzhak Rabin, foi assassinado por um estudante judeu. Em 1996, Boris Yeltsin foi reeleito presidente da Rússia e Bill Clinton, dos Estados Unidos; Nelson Mandela, presidente sul-africano, assinou a nova Constituição que aboliu o *apartheid*, instituindo a igualdade racial. No Brasil, 19 integrantes do MST foram mortos em confronto com a polícia em Eldorado dos Carajás, no Pará, e o filme brasileiro *O quatrilho* foi indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro. Em 1997, cientistas britânicos surpreenderam o mundo com a apresentação da ovelha Dolly, o primeiro animal clonado na história; Tony Blair foi eleito primeiro-ministro britânico. Cuba recebeu os restos mortais de Che Guevara. Em 1998, o escritor português José Saramago ganhou o Prêmio Nobel de Literatura e o ex-ditador chileno Augusto Pinochet foi preso em Londres, acusado de terrorismo, tortura e genocídio. O Congresso americano autorizou abertura de processo de *impeachment* contra o presidente Bill Clinton. O filme *Central do Brasil*, de Walter Sales Júnior, foi premiado no Festival de Berlim.

O presidente Fernando Henrique e o vice Marco Maciel. Brasília, 1º de janeiro de 1995. Radiobrás

O presidente e a primeira-dama Ruth Cardoso, na recepção realizada no Palácio do Itamaraty no dia da posse. Brasília, 1º de janeiro de 1995. Departamento de Documentação Histórica da Presidência da República

O presidente Fernando Henrique e o vice Marco Maciel, em direção ao Palácio do Planalto no dia da posse. Brasília, 1º de janeiro de 1995. Radiobrás

Primeiro aniversário do Real. Brasília, 1º de julho de 1995. Departamento de Documentação Histórica da Presidência da República

Cerimônia de assinatura de decretos de homologação de terras indígenas, durante a homenagem aos 30 anos da Funai. Brasília, 3 de novembro de 1997. Radiobrás

Departamento de Documentação Histórica da Presidência da República

Fernando Henrique Cardoso

Período presidencial

O segundo mandato do presidente iniciou-se com uma ruptura na política cambial até então praticada: em janeiro de 1999 o real sofreu uma desvalorização e o Banco Central adotou a livre flutuação do dólar, o que contribuiu para o aumento das exportações e a redução da taxa de juros. A implementação do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), assinado no ano anterior, exigiria do país o alcance de metas rígidas, entre elas um superávit fiscal elevado. Sob esse aspecto, destacou-se a aprovação, pelo Congresso Nacional, em maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispôs sobre o planejamento, a execução e a elaboração de relatórios orçamentários. A necessidade de ampliar as exportações brasileiras foi atendida, em parte, pelos resultados da produção agroindustrial, com a estimativa de que a safra 2002-03 fosse de 115,2 milhões de toneladas de grãos, um crescimento de 19,1% em relação à safra anterior, de 96,7 milhões de toneladas. Ainda na área econômica, o país enfrentou dificuldades, entre elas, a maior crise de energia da história, entre 1º de junho de 2001 e 1º de março de 2002, e que acarretou o racionamento de eletricidade para todos os setores da sociedade. Em agosto de 2002, em meio ao processo eleitoral, a desconfiança dos mercados, a

elevação do 'risco Brasil' na avaliação das agências internacionais e a disparada da cotação da moeda americana fizeram com que o Brasil fechasse um acordo com o FMI da ordem de 30 bilhões de dólares, elevando o piso das reservas internacionais do país. O ano de 2002 se encerrou com a inflação anual atingindo os dois dígitos e a taxa de desemprego em 9,4%. Na intensa agenda internacional do governo, registraram-se iniciativas como a realização, no Rio de Janeiro, em 1999, da cúpula de chefes de Estado e de governo da União Europeia e da América Latina e, em setembro de 2001, em Brasília, a reunião, pela primeira vez, dos chefes de governo dos 12 países da América do Sul.

A reforma agrária implementada levou, segundo dados do governo, ao assentamento de três vezes mais famílias do que os realizados nos trinta anos anteriores. De modo geral, a política diretamente aplicada à área social viria por meio da continuidade de ações iniciadas no primeiro governo, como o Programa Comunidade Solidária, ou da criação de novos programas. São exemplos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor); o Programa Garantia de Renda Mínima (PGRM), o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) e o programa de investimento em infraestrutura visando à criação de novos empregos (Pró-Emprego). Em relação à infância, educação e saúde, foram dirigidos ainda os programas Toda Criança na Escola (alimentação escolar), Bolsa-escola; Programa de Saúde da Criança e Aleitamento Materno, Programa de Combate ao Abuso e Exploração de Crianças e Adolescentes; Programa de Saúde da Família (PSF) e Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Na área da saúde, destacou-se a aprovação, pelo Congresso Nacional, da proposta de regulamentação dos remédios genéricos em fevereiro de 1999 e, em setembro de 2000, da emenda constitucional que estabeleceu a vinculação orçamentária da área da Saúde, determinando que os gastos da União crescessem de acordo com a variação anual

do PIB e da inflação. Distinguiu-se, ainda, o programa de combate a AIDS, que se tornou referência internacional. No final de 2001, um surto de dengue atingiu grandes proporções em diversas cidades do país, como o Rio de Janeiro. As grandes cidades e suas áreas metropolitanas foram também o principal espaço do crescimento expressivo da violência, apesar dos planos anunciados pelo governo para a segurança pública, como o de 2000, que previa investimentos de três bilhões de reais. Entre as iniciativas do Ministério da Educação, ao final do período, o governo obteve a marca de 97% das crianças na escola, contrastado com o índice de 88% registrado em 1994. No campo da cultura, um dos principais instrumentos da estratégia que uniu o Estado e o mercado foi a Lei Rouanet. Além do incentivo ao cinema brasileiro, devem ser citados, entre outros, o investimento prioritário nas bibliotecas públicas e o programa *Monumenta*, de recuperação do patrimônio histórico.

Em 1999, o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) situou o Brasil no ápice da concentração de renda entre 174 países do mundo. Parte dos anos FHC foi também retratada no Censo realizado em 2000 pelo IBGE, cobrindo a década de 1990. Os brasileiros somavam, naquele ano, 169 milhões, e o censo alternou bons e maus indicadores, prevalecendo, em linhas gerais, um saldo positivo. Assim, permaneceu a desigualdade de renda – a metade mais pobre representava 12% da renda total e o país registrou uma das piores taxas de analfabetismo da América Latina, equivalente a 17,6 milhões de pessoas. Por outro lado, a renda média subiu 41,8%; o número de domicílios com saneamento básico cresceu e a taxa de analfabetismo caiu de 19,7% para 12,8%. No final de 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso foi considerado pelas Nações Unidas a autoridade mundial que mais se destacou naquele ano no campo do desenvolvimento humano. Nesse mesmo ano, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou o processo de transição de governo com representantes das duas equipes.

O Brasil e o mundo

Em 1º de janeiro de 1999, foi lançada a nova moeda Euro, que passou a ser utilizada em 11 dos 15 países da União Européia, com exceção da Grã-Bretanha, Dinamarca, Grécia e Suécia. Na virada do ano, o mundo foi tomado pela expectativa do *bug* do milênio, o possível colapso do sistema de informática, estimando-se que as companhias tenham gasto cerca de 500 bilhões de dólares para evitá-lo. Em março de 2000, o ex-ditador Augusto Pinochet retornou ao Chile, após 16 meses na Inglaterra em decorrência do pedido de extradição da Espanha e outros países que queriam julgá-lo por crimes contra os direitos humanos. No Brasil, a festa comemorativa dos 500 anos dos Descobrimentos Portugueses, em 22 de abril, teve lugar em Porto Seguro, e foi marcada por protestos dos indígenas e dos sem-terra. No Oriente Médio, em setembro, reiniciou-se o conflito israelo-palestino com a eclosão da segunda Intifada. Nos Estados Unidos, em junho, depois de dez anos de trabalho, o Projeto Genoma completou o sequenciamento dos três bilhões de pares de letras químicas que compõem o DNA humano, atingindo 98% do código genético e dando o primeiro passo para debelar cerca de 11 mil doenças de origem genética. No Brasil, em março de 2001, a maior plataforma flutuante para extração de petróleo do mundo, a P-36 da Petrobras, afundou no mar da bacia de Campos, no Rio de Janeiro, causando a morte de 11 pessoas. Também em março, nasceu a bezerra Vitória, o primeiro animal clonado no Brasil, como resultado de pesquisas na área de reprodução desenvolvidas pela Embrapa desde 1984. Em Nova Iorque, em 11 de setembro, dois aviões de passageiros foram sequestrados e atingiram as torres gêmeas do World Trade Center, que desabaram cerca de uma hora após os atentados. Uma terceira aeronave atingiu o Pentágono, e um quarto avião, também tomado por terroristas, caiu em campo aberto, depois que passageiros enfrentaram os sequestradores. O número oficial de mortos ultrapassou três mil pessoas. Os atentados foram assumidos pela organização terrorista Al-Qaeda, liderada pelo saudita Osama bin

Laden, supostamente refugiado no Afeganistão. Em represália, os EUA e a Grã-Bretanha iniciaram, em 7 de outubro, os bombardeios contra o Afeganistão, numa guerra contra o terrorismo e o governo talibã, que se rendeu em 6 de dezembro de 2001. Em 2002, a Seleção Brasileira de Futebol conquistou o pentacampeonato na Copa do Mundo realizada na Coreia do Sul e no Japão, vencendo a seleção da Alemanha por 2 a 0.

O presidente com chefes de Estado na primeira reunião da Progressive Governance for the XXIst Century. Florença, novembro de 1999

Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Dados biográficos

Metalúrgico, nasceu na cidade de Garanhuns, estado de Pernambuco, em 27 de outubro de 1945. Em 1952 migrou com a família para Santos (SP) e em 1956 mudou-se para a cidade de São Paulo, onde aos 12 anos obteve seu primeiro emprego numa tinturaria. Ingressou na Fábrica de Parafusos Marte aos 14 anos e ali permaneceu por quatro anos, alternando o trabalho na fábrica com a formação no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), onde obteve o diploma de torneiro mecânico. Ainda em São Paulo, em 1964 trabalhou na Metalúrgica Independência, e em 1965, depois de alguns meses desempregado, ingressou na Metalúrgica Villares, em São Bernardo do Campo. Em 1967 começou a participar do movimento sindical, tornando-se presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em 1975. Em seu primeiro mandato, em plena ditadura militar, lançou a campanha pela recuperação das perdas salariais dos metalúrgicos durante os anos de 1973 e 1974, reunindo diversos setores do sindicalismo no movimento contra a política econômica do governo. A atuação de Luiz Inácio Lula da Silva à frente do Sindicato dos Metalúrgicos caracterizou-se

pela busca de ampliação das bases do movimento sindical e pela organização de greves como recurso político. Em 1978 foi reeleito presidente do sindicato e, no ano seguinte, destacou-se como líder na paralisação de cerca de 150 mil metalúrgicos do estado de São Paulo. A repressão policial aos movimentos grevistas se intensificou durante os anos de 1979 e 1980, quando o sindicato sofreu intervenção do Ministério do Trabalho e vários dirigentes sindicais, entre eles Lula, foram presos e processados pela Lei de Segurança Nacional. Com o fim do bipartidarismo e a aprovação da nova Lei Orgânica dos Partidos pelo Congresso Nacional, foi apresentado o manifesto de lançamento do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade de São Paulo, em fevereiro de 1980. O novo partido fundado por Lula, intelectuais, sindicalistas e dirigentes de movimentos sociais concorreu, pela primeira vez, nas eleições legislativas e para os governos estaduais de 1982. Nesse pleito, Lula disputou o governo de São Paulo, conquistando o quarto lugar. O processo de abertura gradual do regime levou o PT a defender a ideia de uma campanha popular pelas eleições diretas para a Presidência da República, movimento conhecido como *Diretas já*, que teve em Lula uma de suas principais lideranças. Em 1983, participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e em 1986 candidatou-se à Assembleia Nacional Constituinte pelo estado de São Paulo, tornando-se o deputado federal mais votado do país. Em 1989, concorreu à Presidência da República pela Frente Brasil Popular, coligação formada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Verde (PV), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tendo sido derrotado no segundo turno pelo ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo. Disputou, sem êxito, as eleições presidenciais de 1994 e de 1998, vencidas em primeiro turno por Fernando Henrique Cardoso. Em 2002, foi eleito presidente da República com cerca de 53 milhões de votos, uma das mais expressivas votações da história do país, derrotando o candidato governista José Serra. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse em 1º de janeiro de 2003, em meio a uma gigantesca festa cívica que reuniu 150 mil pessoas e tomou a

cidade de Brasília. Em seu discurso para a multidão que o saudava em frente ao parlatório do Palácio do Planalto, anunciou o seu projeto prioritário, o Fome Zero, inaugurando, em suas palavras, o primeiro dia de combate à fome no Brasil.

Período presidencial

No princípio de 2003 o país enfrentou obstáculos ao crescimento. Embora a primeira semana já anunciasse a queda expressiva do dólar, a inflação se desacelerasse e as bolsas de valores demonstras sem confiança no governo, o cenário econômico foi também de índices crescentes de desemprego e declínio da renda, do consumo e da produção.

Entretanto, ao longo do mandato, o cenário externo favorável associado à política econômica austera, que privilegiou o controle da inflação, a estabilidade, a obtenção do superavit primário, trouxe um período bastante favorável para o Brasil. A própria política de juros altos, bastante criticada por defensores de uma política de desenvolvimento, constituiu fator de atração de moedas fortes e o risco país que mede o grau de confiança dos investidores caiu. Entre os números favoráveis alcançados, destacam-se os das exportações: de 2002 a 2005, o superavit comercial passou de 13 bilhões de dólares para 45 bilhões. O país ingressou, desse modo, no que os especialistas denominam de “ciclo virtuoso”, quando a economia obedece a uma dinâmica própria, menos sujeita a fatores externos.

Logo em 2003 foram promulgadas as emendas constitucionais que alteraram os sistemas previdenciário e tributário. Contudo, como não foram votadas as leis complementares, nem empreendidas outras medidas regulamentares pelo Congresso, as reformas foram adiadas. Como uma das principais estratégias do governo, o Fome Zero deu ensejo ao Bolsa Família, a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que prevê a transferência direta de renda para famílias em estado de extrema pobreza ou de pobreza, de acordo

com o fixado pela legislação de janeiro de 2004. O programa Bolsa Família estabelece ainda ações complementares como os programas federais Luz para Todos, Agricultura Familiar e Brasil Alfabetizado. De uma população total de 182.062.687 brasileiros em 2004, segundo o IBGE, estimava-se naquele ano a existência de 16.068.232 famílias pobres, de acordo com o perfil fornecido pelo Cadastro Único. Outra iniciativa nascida naquele ano e institucionalizada em 2005 foi o ProUni – Programa Universidade para Todos, que visa à concessão de bolsas de estudo a estudantes em instituições privadas de educação superior, em contrapartida à isenção de alguns tributos para as entidades que aderirem ao programa.

Nesse período, o governo e o Congresso Nacional atravessaram crises políticas resultantes de denúncias de compra de votos e financiamento de campanhas eleitorais. Instaladas as Comissões Parlamentares de Inquérito dos Correios e do Mensalão, procedeu-se também nos demais poderes à averiguação da matéria, gerando em alguns casos o afastamento de ocupantes de cargos no Executivo e a perda de mandatos parlamentares.

No âmbito da política externa, o país viu recusada a sua candidatura à Diretoria Geral da Organização Mundial do Comércio, à Presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Em 2004, como parte da força militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), tropas brasileiras desembarcaram no Haiti. No âmbito do Mercosul, o Brasil investiu em relações diversificadas traduzidas no Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e na realização da Cúpula América do Sul-Países Árabes. Acordos preferenciais de comércio foram assentados entre o Mercosul e a Índia e com a União Aduaneira da África Austral entre outros. Na IV Cúpula das Américas, em 2005, os países do Mercosul, acompanhados pela Venezuela, opuseram-se à proposta americana que estabelecia um cronograma para a implementação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas),

condicionando o prosseguimento dessas negociações ao término da Rodada de Doha, que tinha como principal objeto a liberalização do comércio mundial.

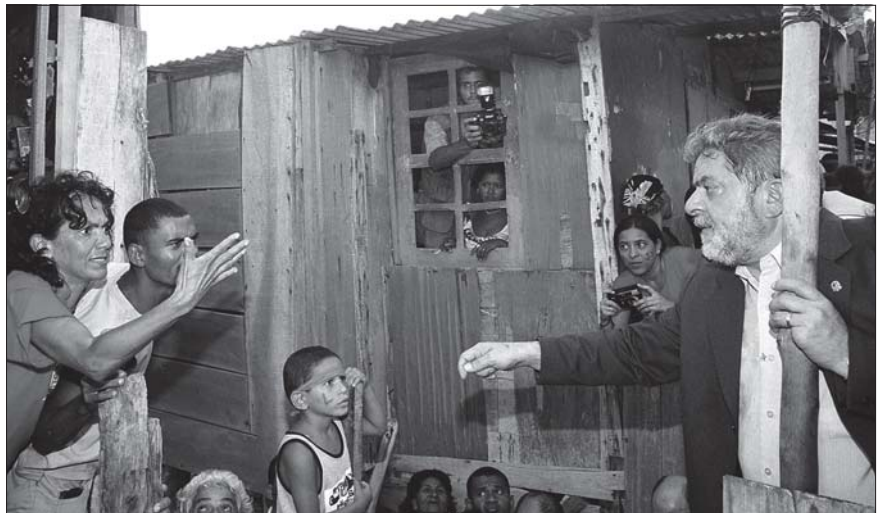
Em 2006, candidato pelo Partido dos Trabalhadores, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito com 58.295.042 votos, o que representou a segunda maior votação já obtida nas democracias ocidentais.

O Brasil e o mundo

Em janeiro de 2003 entrou em vigor o novo Código Civil brasileiro. Aos 98 anos, morreu o empresário Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo. O Brasil também perdeu nesse ano o jurista e historiador Raymundo Faoro e a escritora Rachel de Queiroz. No cenário internacional, começou em março a guerra contra o Iraque, deflagrada pela coalizão liderada pelos Estados Unidos com apoio da Inglaterra, pondo fim a 24 anos do regime de Saddam Hussein, em meio a uma controvérsia internacional sobre a ocupação daquele país; chefe da missão da ONU no Iraque, o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello morreu vítima de um ataque terrorista com caminhão-bomba em Bagdá. Em 11 de março, um atentado em Madri, conduzido por extremistas islâmicos, deixou 191 mortos e mais de 1.500 feridos. Imagens da guerra do Iraque chocaram o mundo com cenas de linchamento e esquartejamento de quatro civis americanos por uma multidão de iraquianos na cidade de Falluja e com a divulgação pela TV americana de fotografias entregues por um soldado à Justiça Militar dos Estados Unidos denunciando o abuso e a tortura de presos iraquianos por militares americanos na prisão de Abu Ghraib. Em setembro, a cidade de Beslan, na Rússia, foi palco de um massacre de mais de trezentas e trinta pessoas em uma escola, por terroristas que exigiam, entre outros itens, a retirada das tropas russas da Chechênia. Em novembro de 2004, morreu o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat, e no mesmo mês

reelegeu-se presidente dos Estados Unidos George W. Bush. Em 26 de dezembro de 2004, ondas gigantes provocadas por um terremoto no Oceano Índico mataram mais de duzentas mil pessoas, principalmente na Tailândia, Indonésia, Índia, Sumatra e Somália. No Brasil, a delegação brasileira retornou dos Jogos Olímpicos da Grécia com dez medalhas: quatro de ouro, três de prata e três de bronze, e um público recorde de mais de 880 mil pessoas prestigiou a 26ª Bienal de São Paulo. Em 2004 e em 2005, respectivamente, Leonel Brizola e Miguel Arraes, dois líderes históricos e ex-governadores brasileiros, faleceram. Em abril de 2005, após a morte do papa João Paulo II, foi eleito para o posto o cardeal alemão Joseph Ratzinger, que se tornou Bento XVI. Ainda nesse ano, bombas explodiram no metrô e num ônibus em Londres, com um saldo de 56 mortos e mais de setecentos feridos. Os atentados foram realizados por quatro ingleses de origem árabe. Em 2006, após o sequestro de dois soldados israelenses assistiu-se ao conflito entre Israel e o grupo Hezbollah no Líbano. O ex-presidente Saddam Hussein foi enforcado em Bagdá, condenado no processo que julgou o assassinato, em 1982, de 148 xiitas. O presidente Fidel Castro, desde 1959 no poder, delegou, por

Ricardo Stuckert/PR

Acompanhado de toda a equipe do governo, o presidente visita a favela de Brasília Teimosa. Recife, 10 de janeiro de 2003

motivo de saúde, as funções de presidente de Cuba a seu irmão Raúl Castro; o presidente da Venezuela Hugo Chávez reelegeu-se para um período de seis anos e morreu o ex-ditador do Chile Augusto Pinochet. Ainda em 2006, estreou no Brasil o filme *O ano em que meus pais saíram de férias*, de Cao Hamburguer, indicado posteriormente para concorrer ao Oscar de melhor filme estrangeiro e foram comemorados os cinquenta anos do livro *Grande sertão*: veredas de João Guimarães Rosa.

Ricardo Stuckert/PR

O presidente assina ato sobre o biodiesel. Brasília, 18 de maio de 2005

Visita do presidente ao conjunto habitacional do Casarão Cordeiro, construído para receber as famílias vindas da favela de Brasília Teimosa. Recife, 19 de setembro de 2004

Ricardo Stuckert/PR

Campanha à reeleição. Setembro de 2006

Ricardo Stuckert/PR

Cerimônia de posse
no segundo mandato. Brasília,
1º de janeiro de 2007

Ricardo Stuckert/PR

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Cristina Vieira Machado e LEITE, Iara Costa. O primeiro governo Lula e o Mercosul: iniciativas intra e extrarregionais. *Revista de economia heterodoxa*, nº 7, ano VI, 2007.

BRASIL. Presidência da República. *Governos da República*. 3. ed. rev. e atual. Brasília: Casa Civil, 1996.

BRASIL. Presidência da República. *Informações históricas*: galeria dos presidentes. Disponível em: http://www.presidenciadarepublica.gov.br

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Os presidentes da República*: guia de acervos privados. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1989.

DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Alzira Alves de Abreu et al. (coord.). 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas; CPDOC, 2001. 5v.

ENCICLOPÉDIA Nosso Século. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 10v.

FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil republicano (1889-1930)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1985. 4v. (História geral da civilização brasileira, tomo III).

_______. *História do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

FOLHA ONLINE ESPECIAL 2006. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/

HIPPÓLITO, Lúcia. *Por dentro do governo Lula*: anotações num diário de bordo. São Paulo: Futura, 2005.

JORNAL DO BRASIL. Jornal do Século. Disponível em: http://www.jbonline.com.br.

LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEIREDO, Rubens (org.). *A era FHC*: um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Universidade para Todos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/prouni/index.php?option=com_content&task=view&id=124&Itemid=140

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Programa Bolsa Família. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e/

MUSEU DA REPÚBLICA. Centro de Referência da História Republicana Brasileira. *Presidências*. Disponível em: http://republicaonline.org.br

PENA, Lincoln de Abreu. *República brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

REVISTA VEJA. Arquivo Veja. Disponível em: htpp://vejaonline.abril.com.br

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

_______. *Uma história do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

VEJA ON-LINE. *Governo Lula* 2003-2006. Disponível em: http://veja.abril.uol.com.br/idade/exclusivo/governo_lula/